

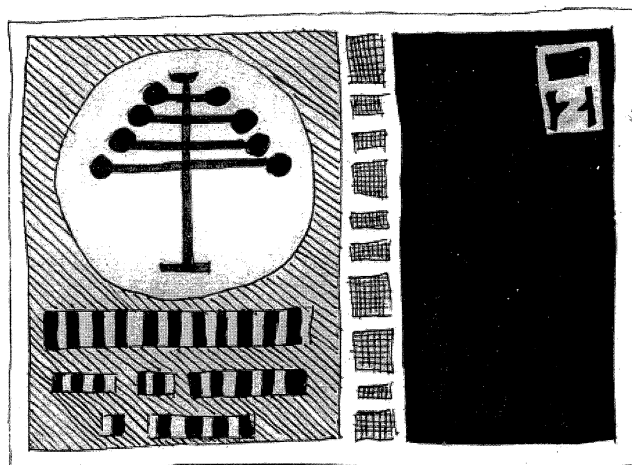
E D I T O R I A L

Participando do XI Encontro Nacional de Editores Científicos, ocorrido no início de Outubro em Ouro Preto, o Conselho Editorial da Revista Três Pontos teve a importante oportunidade de (re)pensar o formato de nossa publicação. Uma série de pequenas alterações pode ser percebida nesta edição se comparada com as anteriores: a paginação das edições, dentro de um mesmo volume anual, tornou-se contínua; os meses correspondentes à edição estão na capa; o título do artigo, bem como nome de seu autor, consta na parte superior da página. Estas são algumas dentre outras mudanças que podem ser notadas ao longo da leitura.

O ENEC foi significativo devido à possibilidade de se colocar e discutir os problemas concernentes à dinâmica e rotina de um periódico científico. O Encontro nos permitiu, por um lado, deparar-nos com nossas próprias limitações enquanto editores de uma Revista voltada para a publicação de artigos de alunos de graduação; por outro, possibilitou-nos debater e entender melhor certas questões comuns à execução de um periódico acadêmico – e percebê-las através do contato com colegas de outras instituições nos auxiliou a ter uma melhor visão daquilo que diz respeito à atividade de editoração. Muitas das dificuldades expostas – que giram em torno, por exemplo, de problemas concernentes ao volume de artigos submetidos, crescente a cada ano, e a conseqüente insuficiência de pareceristas em função do número elevado de trabalhos a serem avaliados – foram discussões que tiveram prolongamento durante o Fórum “Revistas Científicas”, que ocorreu no último Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais.

As mudanças mencionadas anteriormente são fruto, em grande parte, dessas experiências, ao mesmo tempo em que são acompanhadas de outras alterações – decorrentes de nosso ensejo em dar conta dos contínuos desafios colocados ao longo de nossa atividade na Revista. Decidimos ampliar o tamanho máximo dos artigos previsto nas normas de publicação, bem como o escopo de nosso corpo editorial, em resposta às demandas advindas das últimas edições – em especial, o grande número de artigos que temos recebido para apreciação: cerca de cem, em 2007. Optamos, ainda, por aumentar em 20% a tiragem de nossa publicação, esperando com isso ampliar a abrangência e visibilidade dos trabalhos produzidos e publicados, cuja qualidade é um dos mais importantes motivos pelos quais a Revista Três Pontos tem recebido reconhecimento. Outro ponto fortemente debatido e tema do ENEC é o acesso livre (*Open Access*) e a indexação de periódicos científicos: constatando a necessidade de permitirmos a leitura dos artigos a aqueles que não possuem o exemplar da Revista, todos os textos em breve estarão disponíveis em nosso site.

Mantivemos nossa parceria com o Centro Acadêmico de Ciências Sociais, cuja atuação vem demonstrando aos órgãos estudantis que é possível desenvolver projetos acadêmicos de excelência que contribuem para a melhoria dos cursos da UFMG – compreendendo que fazer política tem a ver, também, com a capacidade de entender e influir sobre questões que dizem respeito à realidade e à rotina estudantil e acadêmica. À Diretoria da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, mais uma vez, nossos sinceros agradecimentos pelo apoio e confiança. Os Departamentos de Sociologia e Antropologia e de Ciência Política atuaram, mais uma vez, como fatores de essencial sustentação do projeto. Somos gratos aos docentes desses departamentos, e também aos demais professores pareceristas, pelo auxílio de sempre.



A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, é um periódico com publicação semestral, destinada a estimular a produção de conhecimentos científicos de graduandos e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS publica artigos, resenhas e trabalhos artísticos inéditos que tenham passados pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

EXPEDIENTE

REDAÇÃO

REVISTA TRÊS [...] PONTOS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627. FAFICH/UFMG – Sala 4188.
Pampulha – CEP 31270-000. Belo Horizonte – MG. Telefone/Fax 31-3441-4603.
revistatrespontos@fafich.ufmg.br - www.fafich.ufmg.br/~revistatrespontos

EDITOR-EXECUTIVO:

Bruno Nogueira Guimarães (Discente-UFMG)

EDITOR-ADJUNTO:

Martha Verônica S. Menezes (Discente-UFMG)

CONSELHO EDITORIAL:

Profa. Ana Lúcia Modesto (SOA-UFMG)
Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG)
Prof. Eduardo Viana Vargas (SOA-UFMG)
Frederico Batista Pereira (Discente - UFMG)
Isabel Lüscher Fonseca (Discente - UFMG)
Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG)
Raquel Guilherme de Lima (Discente-UFMG)
Prof. Renarde Freire Nobre (SOA-UFMG)
Rogério Jerônimo Barbosa (Discente - UFMG)
Profa. Tânia Quintaneiro (SOA-UFMG)

COLABORADORES:

Amanda Horta (Discente - UFMG)
Fabrício Mendes-Fialho (Discente-UFMG)
Guilherme Alberto Rodrigues (Discente-UFMG)
Henrique Gonçalves Rodrigues (Discente - UFMG)

CONSELHO CONSULTIVO:

Prof. Carlos Pereira (University of Michigan/EUA)
Prof. Cicero Araújo (USP)
Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG)
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Prof. Ivan Domingues (UFMG)
Prof. Leonardo Avritzer (UFMG)
Prof. Marcelo Medeiros (IPEA / PNUD)
Profa. Maria de Lourdes Dolabella Pereira (UFMG)
Profa. Mariza Corrêa (Unicamp)
Profa Neuma Aguiar (UFMG)
Prof. Pierre Sanchis (UFMG)
Prof. Renan Springer de Freitas (UFMG)
Prof. Solange Simões (University of Michigan/ EUA)

PROJETO GRÁFICO: Gilmar Campos

DIAGRAMAÇÃO: Tiago de Macedo (Ofício)

CAPA: Marcelo Terça Nada

IMAGENS:

Heloisa Etelvina (págs: 95, 103, 105, 109, 119, 121, 123, 131, 145)
Marcos Antônio Mota (págs: 89, 98, 111, 113, 116, 126, 141, 143)

FICHA CATALOGRÁFICA: Biblioteca Fafich-UFMG.

EDITORA: O Lutador

IMPRESSÃO: Gráfica O Lutador

TIRAGEM: 600 exemplares

Circulação: dezembro de 2007.

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciências Sociais e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, todos da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

Revista Três Pontos : revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.
- Ano 4, n. 1 (mar 2007 / ago 2007). - Belo Horizonte: O Lutador, 2007 - .

V. ; 30,5 cm.

Semestral

Editor: Centro Acadêmico de Ciências Sociais/UFMG

ISSN:1808-169X

1 Teoria social - Periódicos 2. Ciência Política - Periódicos 3. Sociologia e Antropologia
- Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Centro Acadêmico de Ciências Sociais. III. Título



SUMÁRIO

89

Regulação e Interesses: um mapeamento das audiências públicas da ANEEL

Mariana Batista da Silva

97

Entre brincadeiras e trocados: Fragmentos Etnográficos das experiências lúdicas de crianças em situação de rua em Fortaleza-CE.

Daniel Costa Valentim

105

Localizações Contraditórias e Formação de Classes: o lugar dos trabalhadores de escritório na visão marxista

Frederico Batista Pereira

115

Amizade e auto-identidade: contribuições giddensianas para uma teoria dos afetos

Nina Gabriela Rosas

123

Políticas públicas do Governo do estado do rio de janeiro para o uso de trabalho de mão-de-obra prisional

Carolina Gagliano Rodrigues

131

Associativismo e confiança interpessoal: uma abordagem culturalista da política em BH

Claudia Fioretti Bongianino

Mariah Lança de Queiroz Casséte

Vinícius Baptista Soares Lopes

139

Dádivas Glocalizadas : A Cooperação Internacional em Itaobim

Fernanda Cimini Salles

Regulação e Interesses: um mapeamento das audiências públicas da ANEEL

Mariana Batista da Silva

Graduanda em Ciências Sociais/UFPE

Palavras-chave: Reforma do Estado; regulação; interesses; pressão social.

Key Words: State Reform; regulation; interests; social pressure.

RESUMO: As agências reguladoras brasileiras possuem um grande *gap* de legitimidade devido ao fato de não serem controladas diretamente por nenhum representante eleito. De modo a suprimi-lo, foram formulados mecanismos de participação social diretamente nas agências. Dentre estes, as audiências públicas se constituem o objeto de nosso estudo. Perguntamo-nos: a quais interesses servem esses mecanismos de participação social? O estudo indica que as audiências permitem a permeabilidade da ação regulatória aos diversos grupos da sociedade. Entretanto, essa permeabilidade é seletiva, de modo que podem se constituir numa via de acesso à captura.

ABSTRACT: The Brazilian regulatory agencies have a big gap of legitimacy on account of the fact that they aren't directly controlled by any elected representative. In a way to suppress it, mechanisms of social participation directly in the agencies were formulated. Among those, the public hearings constitute the object of our study. We ask: to what interests serve those mechanisms of social participation? The study indicates that those hearings allow the permeability of the regulatory action to the several groups of the society. However, that permeability is selective, in a way that they can constitute in an access path to capture.

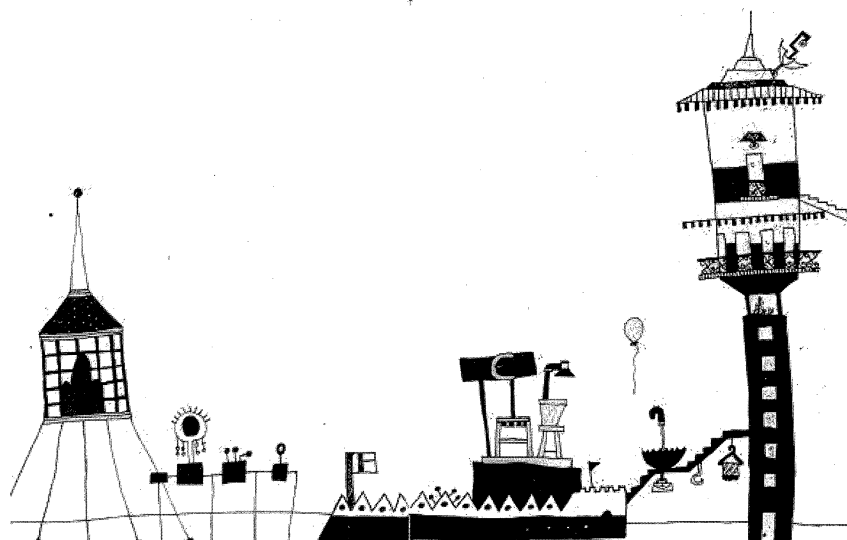
1. Introdução

A década de 1990 foi palco de profundas transformações na estrutura do Estado brasileiro. A exaustão do modelo desenvolvimentista teve seu ápice na onda de privatizações dos anos Fernando Henrique Cardoso, gerando um movimento de *downsizing* que culminou na saída do Estado da atividade produtora em algumas áreas e na ostensiva delegação de poder para agências independentes para exercer o controle sobre os setores privatizados. Como passo à solidificação desse novo relacionamento entre o Estado e o mercado foram criadas, a partir de 1996, para regular o setor de infra-estrutura, as primeiras agências reguladoras brasileiras, sendo a primeira a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Construídas com o objetivo de

garantir a credibilidade regulatória (MUELLER & PEREIRA, 2002), as agências reguladoras se constituem na grande inovação institucional da Reforma do Estado, inaugurando também uma nova forma de relacionamento entre os poderes políticos constituídos, os órgãos reguladores e a sociedade¹.

Devido à grande complexidade de sua atividade, que envolve imposição de regras, instituição de normas, punição, arbitragem e estímulo à participação social, assumindo papéis executivos, legislativos e judiciários (NUNES, 2001), as agências reguladoras são centro de grande visibilidade, constituindo-se num alvo de pressão política, econômica e social. Ademais, a legitimidade de ação dessas agências se mostra bastante questionável, devido ao fato de que, mesmo inseridas numa estrutura de *accountability* horizontal, elas não são controladas diretamente por

¹ Apesar de o Banco Central do Brasil exercer desde há muito competências tipicamente regulatórias, sendo sua experiência bem-sucedida ao ponto de influenciar, inclusive, o funcionamento e as práticas de muitas agências reguladoras, seu desenho institucional jamais assegurou o grau de autonomia alcançado pelas referidas agências.



nenhum representante eleito. Por conseguinte, de modo a suprir esse *gap* de legitimidade, o desenho institucional dessas agências foi formulado de modo a propiciar mecanismos de participação da sociedade diretamente na agência, como a ouvidoria, as consultas e as audiências públicas. Dentre esses mecanismos, as audiências públicas se constituem numa preocupação com o procedimento regulatório, de modo que propiciam a participação no processo decisório da agência, garantindo a influência direta dos participantes no resultado final, seja através de exposições ou de intercâmbio documental.

Devido a tais características, são estas audiências o nosso objeto de estudo. Perguntamos: a quais interesses servem esse mecanismo de participação? De modo a responder tal questionamento, realizamos um mapeamento dos participantes e das colaborações enviadas às audiências públicas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), no período que vai do ano de 1998 – ano de instituição do mecanismo – ao ano de 2006.

Além desta introdução, este trabalho se compõe de mais quatro seções: na seção seguinte trabalhamos a temática da Reforma do Estado e o desenho institucional das agências reguladoras. Na seção posterior, discutimos os vários interesses envolvidos e a pressão social da qual é alvo a política regulatória. Na seção seguinte inserimos o mapeamento das audiências públicas, os participantes, as contribuições e os resultados. E por último a conclusão.

2. A Reforma do Estado e o Desenho Institucional das Agências Reguladoras

Tema de amplo consenso, os anos de 1990 para o Brasil se constituíram na "década das reformas", que alcançaram várias de suas esferas, como a reforma da previdência, a reforma administrativa e a reforma regulatória. Reformar aparece como a resposta para os problemas de ineficiência, ineficácia e falta de efetividade do grande Estado brasileiro. "Fazer o Estado funcionar melhor e a um menor custo tornou-se a palavra de ordem" (REZENDE, 2002, p. 163). Duas idéias principais permearam o fio condutor da Reforma do Estado: rever a excessiva intervenção do Estado na economia e na sociedade e rever a eficiência da intervenção e o tamanho da administração pública (REZENDE, 2002, p. 163).

No eixo da constituição dessa nova organização do Estado colocou-se a privatização das empresas públicas que até então se encarregavam diretamente de prover os bens públicos e distribuí-los, além de ter a sua gerência e regulação sob o mesmo órgão. Entre 1991 e 2001, o governo brasileiro privatizou mais de cem empresas estatais e transferiu para o controle privado participações minoritárias em

várias companhias (ANUATTI-NETO *et al*, 2005). Os leilões geraram US\$67,9 bilhões em receitas, mais US\$18,1 bilhões em transferências de dívidas aos compradores, constituindo um dos maiores programas de privatização do mundo (ANUATTI-NETO *et al*, 2005). Com a transferência da atividade de provisão dos bens públicos para a iniciativa privada, num esforço de diminuir o tamanho do Estado, ao mesmo tempo em que fortalece o seu núcleo central de atividades, surgiu a necessidade de o Estado supervisionar a produção e a distribuição desses bens, caracterizando a ascensão do "Estado regulador" (MAJONE, 1999): A produção e a regulação são repartidas em duas funções distintas, a produção a cargo da iniciativa privada e a regulação como monopólio do Estado. Segundo Neto (2002a),

"[A] necessidade regulatória aumenta porque, deixando o Estado de ser ele próprio provedor dos bens ou serviços de relevância social, tem ele que passar a exercer algum tipo de controle sobre essa atividade, sob pena de estar descurando de controlar a produção de uma utilidade dotada de essencialidade e relevância". (NETO, 2002a, p. 73).

Desse modo, são instituídas as agências reguladoras como corolário da transição do modelo endógeno de regulação centrado na auto-regulação por departamentos de ministérios gestores para o modelo de regulação por agência independente (MELO, 2002). O objetivo declarado desses órgãos é o de garantir o equilíbrio entre as empresas reguladas, os consumidores e o governo, de forma imparcial. Para tanto, as agências reguladoras se inserem no ordenamento jurídico brasileiro como autarquias em regime especial. Isto as caracteriza como órgãos com personalidade jurídica, receita e patrimônio próprios. Não são subordinadas a nenhum órgão do governo, são apenas vinculadas aos ministérios.

Além, e também em decorrência de tais especificidades jurídicas, do ponto de vista institucional, as agências reguladoras se constituem como a principal inovação organizacional da Reforma do Estado brasileiro. Seu escopo de atuação vai além da implementação de políticas de distribuição ou de redistribuição de renda que competem a uma burocracia comum. Reunindo num só órgão, livre de obrigação direta com qualquer instituição política, a atividade das agências reguladoras envolve os três poderes do Estado, Executivo, Legislativo e Judiciário, na implementação contextualizada de diretrizes básicas que emanam de políticas de Estado e não de políticas de governo.

No que concerne à relação das agências com os poderes políticos, o desenho institucional é o de independência jurídica e política. Possuem autonomia decisória para o emprego

da *expertise* regulatória e cumprir o seu objetivo de garantir a credibilidade regulatória, sinalizando para o mercado regras claras, estáveis e longe de ingerências políticas (MUELLER & PEREIRA, 2002; CORREA *et al*, 2006). A autonomia das agências é garantida por características institucionais como podemos ver no quadro abaixo:

Autonomia e Estabilidade dos dirigentes
Mandatos fixos
Mandatos não coincidentes
Estabilidade dos dirigentes
Aprovação pelo poder Legislativo, mediante aquisição
Pré-requisitos quanto à qualificação dos dirigentes
Independência Financeira, funcional e gerencial
Autarquia especial sem subordinação hierárquica
Última instância de recurso no âmbito administrativo
Delegação normativa (poder de emitir portarias)
Poder de instruir e julgar processo
Poder de arbitragem
Orçamento próprio
Transparência
Ouidoria com mandato
Publicidade de todos os atos e atas de decisão
Representação dos usuários e empresas
Procedural Justificativa por escrito para cada voto e decisão dos dirigentes
Audiências públicas
Diretoria Colegiada
Fonte: Melo, 2002.

Mecanismos como a estabilidade dos diretores que são efetivados no cargo mediante arguição do Legislativo e possuem mandatos fixos e não-coincidentes com o do Presidente, orçamento e quadro de pessoal próprios, formalmente, garantem a autonomia decisória, técnica e operacional das agências (MELO, 2002). Seus objetivos e a sua forma de intervenção só podem ser modificados mediante legislação, devido a sua não inserção em alguma hierarquia.

O desenho institucional baseado na estabilidade dos dirigentes e independência financeira, funcional e gerencial são fruto do objetivo expresso de isolar a atividade regulatória da interferência política. Isto porque os investimentos na área de infra-estrutura são exorbitantes e os investidores vêem a relação entre as agências e os poderes políticos como uma chance para os políticos agirem oportunisticamente, modificando o marco regulatório de acordo com suas preferências de

cunho eleitoral ou de controle inflacionário (CORREA *et al*, 2006). Entretanto, a autonomia das agências não é exercida livremente de qualquer constrangimento (*constraints*). A sua estrutura institucional também é desenhada de modo a garantir a responsabilização, sendo responsiva aos representantes eleitos através de mecanismos como o contrato de gestão, o pedido de esclarecimento, as audiências instituídas pelo Legislativo, a indicação e arguição dos diretores da agência, dentre outros. Ademais, o desenho institucional desses órgãos também é fundamentado num terceiro pilar que é o da transparência. Este busca inserir a política regulatória no contexto social, incentivando além da responsabilização aos políticos, também a responsabilização à sociedade pela ação regulatória, de modo a preencher o *gap* de legitimidade que advém do fato desses órgãos não serem controlados diretamente por nenhum representante legitimamente eleito pelos cidadãos (MATTOS, 2004). Estes mecanismos de prestação de contas podem ser a ouvidoria, a publicidade dos atos e as audiências públicas.

Entretanto, evitar a captura política não é o único desafio de uma agência reguladora. A relação entre a política regulatória e os interesses da sociedade, que tem por principal objetivo garantir a transparência dos atos e "inserir" tal política nos interesses da sociedade, também pode ocasionar em desvios do objetivo da agência de equilibrar os interesses da sociedade. Este é um tema recorrente no debate político e na literatura especializada (BECKER, 1983; NOLL, 1982; POSNER, 2004; STIGLER, 1971). Discutimos esta relação mais detidamente na próxima seção.

3. Política Regulatória, Interesses e Pressão Social

A especificidade dada ao estudo da política regulatória consiste primeiramente na natureza distinta de sua atividade que se constitui na ação direta do poder do Estado para constranger a ação de atores privados, podendo gerar tanto custos quanto benefícios concentrados (GERBER & TESKE, 2000). Assim, sua ação ganha grande visibilidade devido ao número de atores envolvidos e de interesses em conflito. Desde os atores que representam o sistema político, como o Presidente, Legisladores e os partidos políticos, passando pelas instituições de controle como o Judiciário e o Ministério Público, até os grupos de interesses específicos da sociedade como os consumidores industriais, as empresas reguladas e os consumidores residenciais. Assim, o estudo da política regulatória se constitui basicamente no estudo dos interesses envolvidos. Quem ganha e quem perde com determinada política. O equilíbrio e a intermediação imparcial desses interesses é o pilar principal de uma agência reguladora. Isto porque durante sua atividade, a agência interfere no curso do mercado, lidando com a imposição de custos e benefícios a grupos privados que possuem liberdade e recursos para pressionarem por um resultado que melhor convenha a seus

interesses. Ademais, a relação com os diversos grupos, cada um com seus interesses específicos, seria o fundamento através do qual a agência julgaria a extensão que suas decisões estão atendendo do interesse público, observando as respostas dos grupos para as suas políticas e regras (NOLL, 1982). A agência reguladora se tornaria um "amortecedor" dos diversos interesses em conflito (BECKER, 1983). Entretanto, nesta relação também há o risco de captura pelos grupos mais diretamente interessados (os regulados) ou também de um excessivo beneficiamento de determinados interesses em detrimento de outros.

Ressaltamos que o excessivo beneficiamento de determinados grupos não necessariamente se constitui numa atividade ilegal. Muitas vezes se dá devido a diferenças no tamanho do grupo, no grau de mobilização e dos recursos disponíveis. Contudo, a diferença na imposição de custos e benefícios aos grupos pela ação da agência influencia diretamente esses fatores, resultando no fato de que os grupos mais diretamente interessados – aqueles que arcam com os custos concentrados ou esperam benefícios também concentrados – são aqueles que possuem mais incentivos para pressionarem a agência (STIGLER, 1971).

Um grupo de interesse específico que busque influenciar o resultado de uma política regulatória pode tomar dois caminhos: a influência indireta, que tem por foco os políticos, ou buscar pressionar a agência diretamente. Muitos são os mecanismos de pressão disponíveis, tanto legais quanto ilegais. Neste trabalho, focamos num mecanismo de participação de grupos de interesses específicos que se caracteriza pela legalidade de sua existência e a publicidade de suas circunstâncias: as audiências públicas. Uma audiência pública, no contexto da atividade regulatória, consiste num espaço de diálogo direto entre a agência e atores externos que defendem os seus interesses e controlam externamente a ação da agência. Tal mecanismo se caracterizaria, para a Teoria dos Sinais Externos (NOLL, 1982), como um "tribunal de julgamento externo", através do qual a agência receberia os indicadores de aprovação ou desaprovação de suas ações.

Como unidade de análise para o estudo da estrutura, dos limites e das possibilidades desse mecanismo de participação foi escolhida a Agência Nacional de Energia Elétrica. Tal escolha se fundamenta no fato de que a energia elétrica se constitui no serviço público de maior alcance na sociedade, afetando todos os segmentos sociais, desde os grupos de interesse mais fortes até os consumidores residenciais. É de grande visibilidade também para o poder público devido ao fato de ser o número total de consumidores da mesma proporção do número de eleitores. Portanto, tais audiências se constituem num espaço de articulação e interação entre os mais diversos interesses.

Ressaltamos que o objetivo deste trabalho é analisar os interesses envolvidos e quais destes são beneficiados neste mecanismo de participação que são as audiências públicas. Não almejamos derivar desta análise conclusões acerca do resultado final da política regulatória, principalmente por ser

este um processo complexo que envolve muitas outras instâncias, internas e externas à agência reguladora, que não estão sendo levadas em consideração aqui. Realizamos agora um mapeamento das audiências públicas da ANEEL.

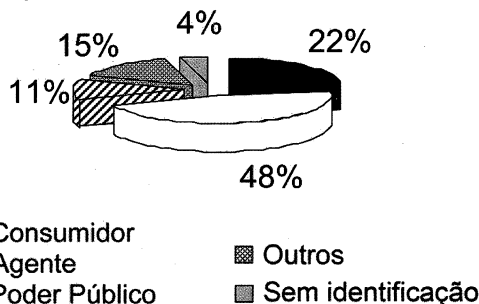
4. Mapeamento das Audiências Públicas da ANEEL (1998 – 2006)

No âmbito da ANEEL, o processo decisório que, mediante projeto de lei ou por via administrativa, afetar os direitos dos agentes ou dos consumidores deve ser precedido de uma audiência pública convocada pela própria agência. Duas modalidades de audiências são previstas: a audiência presencial e o intercâmbio documental. No primeiro caso, qualquer cidadão pode participar e se expressar, sendo necessária apenas uma inscrição prévia para a exposição oral. O envio de documentos como contribuições para a matéria em questão também é feito. No segundo caso, apenas a troca de documentos é realizada, não havendo participação presencial nem exposições. Após a realização da audiência (ambos os tipos), a ANEEL expede um relatório de análise no qual são divulgadas as contribuições aceitas, parcialmente aceitas e as rejeitadas.

Deste modo, as audiências públicas se constituem num espaço de pressão dos mais diversos interesses que podem ser classificados a partir de três categorias: os agentes econômicos (regulados), os consumidores e o poder público, caracterizando-se como uma "instituição híbrida" (AVRITZER & PEREIRA, 2006) por envolver conjuntamente atores estatais e sociais. Temos, portanto, no plano das audiências públicas, a mesma lógica de estabelecimento do equilíbrio entre os interesses dos regulados, dos consumidores e do poder público. Entretanto, a busca do equilíbrio e a lógica da mediação imparcial de interesses tão díspares tem suas limitações, levando-nos ao questionamento acerca de quais interesses estão sendo beneficiados com esse mecanismo.

Foi realizado um mapeamento de todas as audiências públicas da ANEEL, desde o ano de instituição do mecanismo – 1998 – até o fechamento do ano de 2006, num total de 233 audiências. Discutimos quem são os participantes, quem envia contribuições e também quem tem suas contribuições efetivamente aceitas. Primeiramente analisamos o total de participantes e contribuições enviadas em todas as audiências.

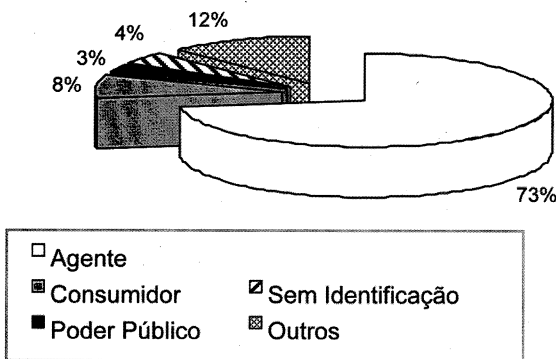
Figura 1: Participantes por Categoria



Fonte: elaboração própria.

Como podemos ver a partir da Fig. 1, há uma preponderância de participantes do segmento de interesses regulados pela agência (agente)², correspondendo a 48% de todos os participantes nas audiências, contra 22% de consumidores, 11% do poder público, 15% de outros e 4% sem identificação. Este fato se explica principalmente pela natureza do setor em questão. A regulação de energia elétrica é um setor que impõe benefícios elevados e concentrados aos agentes e seus custos são de certo modo difusos para a maioria dos consumidores (WILSON, 1989). Isto faz com que os agentes sejam mais estimulados a se organizar e pressionar em defesa de seus interesses e os consumidores sofrerem mais com os problemas de ação coletiva (OLSON, 1999). Com relação às contribuições enviadas chegamos ao seguinte resultado:

Figura 2: Contribuições por Categoria

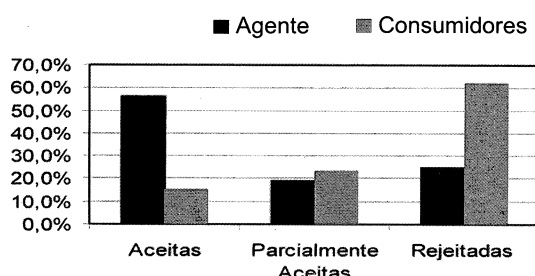


Fonte: elaboração própria.

Com relação aos documentos enviados como sugestão para a matéria em análise, o resultado é ainda mais elucidativo. Do total de contribuições de todas as audiências, 73% são oriundas dos regulados. Apenas 8% são de consumidores. Ficando o poder público, outros e sem identificação, respectivamente, com 3%, 12% e 4%. Os efeitos da distribuição de custos e benefícios discutida são sentidos com ainda mais força, principalmente devido à assimetria de informação e de recursos empenhados pelos agentes na construção dos documentos enviados. Documentos estes de difícil elaboração por um não-especialista. Tais efeitos podem ser sentidos ainda com relação ao aproveitamento destas contribuições:

Figura 3: Resultado da Análise das Contribuições:

Como podemos ver, os regulados têm 56% de suas contribuições aceitas, ao mesmo tempo em



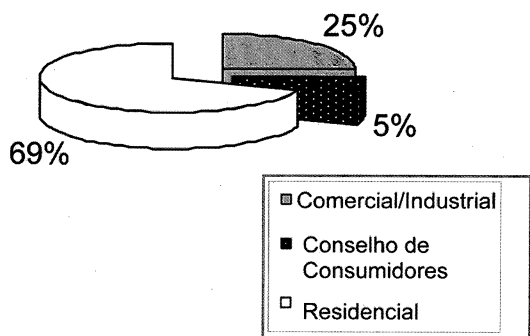
Fonte: adaptado de Farias, 2004.

que os consumidores têm apenas 15% de suas contribuições aceitas. Tal número por si mesmo já é elucidativo da supremacia dos interesses dos regulados³, mas, se mostra ainda mais importante quando levamos em consideração que os agentes são responsáveis por 73% do total de contribuições enviadas às audiências públicas. Deste modo, podemos notar que além de sofrer com os problemas de ação coletiva, os consumidores também não possuem a *expertise* técnica necessária para a efetividade de sua ação. Assim, vemos a noção de equilíbrio entre os segmentos da sociedade proposta pela agência ser rompida com a clara sobreposição dos interesses dos regulados. Algumas colocações importantes podem ser derivadas desses resultados, mas antes acreditamos ser interessante algumas reflexões acerca do segmento social intitulado "consumidores", já que tal categoria não é homogênea, podendo esconder diferenças no seu interior.

Podemos desagregar a categoria "consumidores" em três diferentes: os consumidores de grande porte – comercial/industrial – os consumidores de pequeno porte – residenciais – e os conselhos de consumidores – entidade de representação que envolve consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e o poder público, além de um secretário em nome da concessionária.

Figura 4: Número de Participantes por Categoria de Consumidor

Fonte: elaboração própria.



Contrariamente ao que seria o esperado, devido aos recursos e incentivos à participação dos consumidores de grande porte, o número de participantes do segmento consumidores residenciais é o preponderante com 69% do total, contra 25% dos consumidores comerciais/industriais e apenas 5% dos conselhos de consumidores. Resultado inesperado principalmente com relação à diminuta participação dos conselhos de consumidores. Isto porque os conselhos são órgãos consultivos criados, por obrigação legal, pela concessionária de serviço público, especificamente com o objetivo de garantir os interesses dos consumidores. Ou seja, há conselhos de consumidores na mesma proporção de que há concessionárias de serviços públicos de energia, um número de aproximadamente 64. Portanto, é inesperado o fato de não ser sentida a presença desses conselhos

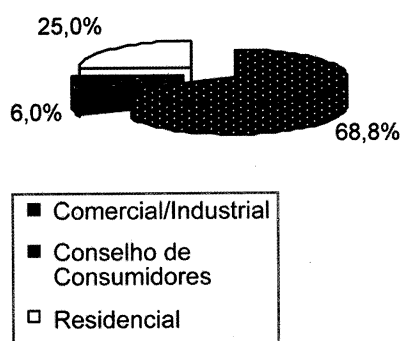
2 A categoria "agente" refere-se a qualquer empresa regulada, de geração, transmissão ou comercialização de energia; pública ou privada. Isto porque no setor elétrico ainda existem empresas públicas que com a criação das agências passaram a ser por elas reguladas como uma empresa privada. "Poder público" é uma categoria formada de atores da esfera estatal: Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Procon. "Outros" é uma categoria heterogênea formada principalmente de pesquisadores, estudantes, ambientalistas e sindicatos.

3 Neste ponto, nos referimos à supremacia dos interesses dos regulados no sentido de que a posição declarada desse segmento é geralmente acatada pelos reguladores no âmbito das audiências públicas da agência aqui em questão. Deste modo, não discutimos o impacto que tais posições têm sobre os regulados ou sobre os consumidores, até porque a posição declarada de um grupo nem sempre é a que realmente lhe trará benefícios no longo prazo.

que existem num número relativamente alto. Com relação à participação dos consumidores "comerciais/industriais" a explicação consiste no fato de que a participação desse grupo é feita prioritariamente via associação, e não individualmente como é feito pelos consumidores residenciais. Entretanto, esta disposição não é repetida com relação às contribuições enviadas:

Figura 5: Número de Contribuições por Categoria de Consumidor

Fonte: elaboração própria.



Como podemos observar, a primeira posição se inverte. O número de contribuições dos consumidores comerciais/industriais é muito maior que o dos demais, correspondendo a 68,8% do total contra 25% dos consumidores residenciais e 6% dos conselhos de consumidores. Isto se dá principalmente devido à necessidade de uma alta *expertise* técnica para a elaboração desses documentos, dificilmente encontrada num consumidor residencial que não tem os recursos nem os incentivos para a especialização que tem um industrial, já que sua atividade envolve um custo muito mais concentrado.

Como pode ser visto, os dados nos indicam que numa situação de conflito de interesses, a ação de pressionar a agência por um resultado que melhor lhe convenha é mais efetiva quando conduzida pelas empresas reguladas pela agência, em detrimento dos demais segmentos da sociedade. A imposição de benefícios concentrados nos agentes e custos difusos para os consumidores faz com que os benefícios tenham um valor *per capita* alto, gerando incentivos para os beneficiados (agentes) se oporem e, contrariamente, os custos tenham um valor *per capita* baixo e os prejudicados tenham pouco incentivo para pressionarem (WILSON, 1989), implicando num conjunto de incentivos que estimula a ação coletiva no primeiro caso, mas não no segundo.

Ambos os segmentos possuem um interesse coletivo, entretanto, o tamanho do grupo se mostra como uma característica fundamental para observar se a busca racional por um interesse comum irá de fato resultar numa ação grupal (OLSON, 1999). Isto devido à natureza própria dos benefícios públicos, ou seja, se ele estiver disponível para uma pessoa, ele terá que estar disponível para todos os membros do grupo. Como em

um grande grupo a não-participação de um membro não aumentará de forma perceptível o custo dos outros participantes, o indivíduo poderá usufruir do benefício adquirido mesmo que não tenha colaborado para a aquisição. Isto faz com que a incidência do *free rider* seja maior num grupo grande onde o "caroneiro" não acredita que sua participação seja fundamental do que num grupo pequeno onde cada participante é fundamental para a provisão do serviço.

Esta mesma lógica pode ser sentida no que concerne à maior efetividade da pressão dos consumidores de grande porte – comerciais/industriais – do que dos consumidores residenciais. Apesar da maior participação dos consumidores residenciais, esta participação é essencialmente individual, não engajada em associações e, por conseqüência, sem os recursos necessários para a especialização necessária para a construção dos documentos que são o ponto central de uma audiência pública.

Ademais, a análise dos dados nos indica o viés dos resultados obtidos através desse mecanismo de integração da sociedade no processo regulatório que são as audiências públicas, e também o desvio do objetivo declarado da agência reguladora de equilibrar os diversos interesses envolvidos. Os limites dessa iniciativa de controle externo remetem à falta de mecanismos no desenho institucional capazes de equalizar as diferenças de tamanho e de recursos entre os grupos interessados. Por fim, o estudo indica que o instituto das audiências públicas se constitui num mecanismo que permite a permeabilidade da ação regulatória aos grupos da sociedade, apresentando-se como um "tribunal de julgamento externo" (NOLL, 1982) a partir do qual os reguladores podem ser informados da receptividade de suas ações. Entretanto, essa permeabilidade é seletiva no sentido de que beneficia alguns grupos em detrimento de outros, podendo se constituir numa via de acesso à captura.

5. Conclusão

Tivemos por objetivo neste trabalho analisar os interesses envolvidos e quais destes foram beneficiados no mecanismo de participação que são as audiências públicas. A análise da estrutura, dos limites e das possibilidades deste mecanismo teve por foco as audiências da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no período que vai de 1998 até 2006. Tal escolha se deu devido ao fato de ser a energia elétrica um serviço público de enorme alcance na sociedade, afetando vários segmentos sociais, desde os interesses mais desarticulados até os grupos de interesse mais fortes. É de grande visibilidade também para os políticos devido ao fato de o número de consumidores e de eleitores serem equivalente. Portanto, tais audiências se constituem num espaço de articulação e interação entre os mais diversos interesses.

A análise dos dados obtidos nos indicou uma clara sobreposição dos interesses das empresas reguladas pela agência em detrimento dos

interesses dos consumidores. E dentro do segmento dos consumidores uma maior efetividade dos interesses dos consumidores de grande porte em detrimento dos consumidores residenciais, caracterizados pela ação individual. Tal fato pode ser explicado a partir da distribuição de custos e benefícios na sociedade que faz com que os benefícios tenham um valor *per capita* alto, gerando incentivos para os beneficiados (agentes) se oporem e, contrariamente, os custos tenham um valor *per capita* baixo e os prejudicados tenham pouco incentivo para pressionarem agindo coletivamente (WILSON, 1989; OLSON, 1999).

O grande resultado inesperado, entretanto, foi com relação à participação dos conselhos de consumidores. Isto porque a instituição e manutenção desses conselhos, obrigação legal das concessionárias, se constitui no primeiro esforço institucional para diminuir as diferenças de recursos dos consumidores com relação aos agentes. Contudo, a ação desses conselhos não é sentida como era de se esperar.

Podemos notar também que a estrutura das audiências públicas permite a sua consolidação como um "tribunal de julgamento externo" (NOLL, 1982) através do qual os diversos grupos da sociedade podem ser "inseridos" no processo regulatório e emitir considerações acerca das ações adotadas, caracterizando uma permeabilidade das atividades regulatórias aos interesses da sociedade. Entretanto, esta permeabilidade se mostra bastante seletiva já que beneficia excessivamente um grupo em detrimento dos outros.

Analisamos aqui a ação dos grupos e também a efetividade da pressão exercida por estes. Entretanto, não objetivamos aqui derivar os resultados a que chegamos com a análise das audiências públicas para o resultado final da política regulatória. Isto porque a regulação se constitui num processo complexo, alvo de pressão de muitos atores, em outras instancias, internas ou externas, que não as audiências públicas. Assim, esperamos ter contribuído para a incipiente e muito mais ampla área de estudos da relação entre as agências reguladoras e os interesses específicos da sociedade.

Submetido em Agosto de 2007
Aprovado em Novembro de 2007



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANUATTI-NETO, Francisco. *et al* (2005). "Os efeitos da privatização sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas privatizadas". *Revista Brasileira de Economia*, 59, 2: 151 – 175.
- AVRITZER, Leonárdo. PEREIRA, Maria. (2005). "Democracia, Participação e Instituições Híbridas". *Teoria e Sociedade* (UFMG), ed. 13.1, p.16-41
- BECKER, Gary. (1983). "Theory of Competition among Pressure Groups". *Quarterly Journal of Economics*, v. 98, p. 371-400. 1983.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Do Estado Patrimonial ao Gerencial*. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/00-73EstadoPatrimonial-Gerencial.pdf> Acessado em: 05 de novembro de 2007.
- CORREA, Paulo. *et al* (2006). *Regulatory governance in infrastructure industries: assessment and measurement of Brazilian regulators*. Washington DC, The World Bank.
- FARIAS, Regina. (2004). *Controle Social na Regulação do Setor Elétrico*. Tribunal de Contas da União – Instituto Serzedello Corrêa. Brasília – DF.
- GERBER, Brian.; TESKE, Paul. (2000). "Regulatory Policymaking in the American States: A Review of Theories and Evidence". *Political Research Quarterly*, v. 53, n. 4, p. 849 – 886.
- GROTTI, Dinorá (2003). *O Serviço Público e a Constituição Brasileira de 1988*. São Paulo, Malheiros Editores.
- MAJONE, Giandomenico. (1999). "Do Estado positivo ao estado regulador: causa e conseqüências de mudanças no modo de governança". *Revista do Serviço Público*, 50, 1: 5 – 35.
- MATTOS, Paulo. (org.) (2004). *Regulação econômica e democracia: o debate Norte-Americano*. São Paulo, Editora 34.
- McCUBBINS, Mathew; NOLL, Roger e WEINGAST, Barry (1987). "Administrative procedures as instrument of political control". *Journal of Law, Economics and Organization*, 30, 2: 243 – 277.
- MELO, Marcus André. (2000). "Política regulatória: uma revisão da literatura". *BIB — Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 50: 7 – 44.
- _____. (2001). "A política da ação regulatória: responsabilização, credibilidade e delegação". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 116(46): 55 – 68.
- MELO, Marcus André. (2002). "As agências regulatórias: gênese, desenho institucional e governança". in Fernando Abrucio e Maria Rita Loureiro (orgs.), *O Estado numa era de reformas: os anos FHC*, Brasília: SEGES-MP.
- MUELLER, Bernardo. e PEREIRA, Carlos. (2002). "Credibility and the design of regulatory agencies in Brazil". *Brazilian Journal of Political Economy*, 22 (3): 65 – 88).
- NETO, Floriano. (2002a). "A nova regulação estatal e as agências independentes". in: SUNDFELD, Carlos Ari (org.), *Direito administrativo econômico*. São Paulo: Malheiros.
- _____. (2002b). *Regulação estatal e interesses públicos*. São Paulo, Malheiros Editores.
- NOLL, Roger. (1982). "Government Regulatory Behavior: A Multidisciplinary Survey and Synthesis". *Social Science Working Paper*. California Institute of Technology, n. 62, p. 1 – 107.
- NUNES, Edson. (2001). "O quarto poder: gênese, contexto, perspectivas e controle das agências". Paper submetido ao II Seminário internacional sobre agências reguladoras de serviços públicos. Instituto Hélio Beltrão, Brasília.
- OLSON, Mancur. (1999). *A Lógica da Ação Coletiva*. São Paulo: EDUSP.
- POSNER, Richard. (2004). "Teorias da Regulação Econômica", in: MATTOS, P. (Org.), *Regulação Econômica e Democracia o debate Norte-Americano*. 1º Ed. São Paulo: Editora 34, p. 49 - 80.
- REZENDE, Flávio. (2002). "As reformas e as transformações no papel do Estado: Brasil em perspectiva comparada". in Fernando Abrucio e Maria Rita Loureiro (orgs.), *O Estado numa era de reformas: os anos FHC*, Brasília: SEGES-MP.
- SANTOS, Fabiano. (1997). "Dinâmica Congressual e Regulação Econômica: o caso da lei portuária". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 34, p. 133 – 146.
- STIGLER, George. (1971). "The Theory of Economic Regulation". *The Bell Journal of Economics and Management Science*, v. 2, n. 1, p. 3 – 21.
- WILSON, James. (1989). *Bureaucracy: What Government Agencies Do and Why They Do It*. New York: Basic Books.

Aluna do 8º período do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco (nº de identificação 110420640). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) desenvolvendo a pesquisa "Estrutura e Processo das Agências Reguladoras no Brasil".
mariana.bsilva@gmail.com

Entre brincadeiras e trocados: Fragmentos Etnográficos das experiências lúdicas de crianças em situação de rua em Fortaleza-CE*

**Daniel Costa
Valentim**

Graduando em
Ciências Sociais/
UECE

Palavras-chave:

Antropologia da criança; crianças em situação de rua; cultura lúdica; etnografia.

Key Words:

Anthropology of children; street children; games and plays; ethnography.

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar as práticas lúdicas vivenciadas por crianças em situação de rua em Fortaleza. Os sujeitos da pesquisa são crianças e jovens que freqüentam sinais de trânsito, esquinas ou praças desenvolvendo alguma forma de ganhar dinheiro, seja para sobrevivência própria, seja para manutenção da família. Utilizamos o método etnográfico e a observação participante como recurso metodológico. A nova "antropologia da criança" é a base do referencial teórico utilizado para analisar a fala, as ações e os pensamentos dessas crianças de forma mais complexa. Esta nova corrente da antropologia tenta perceber a criança partindo do seu próprio ponto de vista e de seus sistemas simbólicos. A literatura existente sobre crianças em situação de rua analisou suas atividades lúdicas de maneira muito incipiente. Nossa pesquisa demonstra que existem muitas brincadeiras e jogos realizados no contexto da rua. As crianças, ao brincar, reinventam situações e reelaboram sentidos, utilizando objetos de forma diferentes de suas finalidades previstas. A "virinha", os jogos de briga e a "castanha" são alguns dos jogos e brincadeiras realizados nas ruas descritos e analisados neste trabalho.

ABSTRACT: This article aims to analyze the ludic activities experienced by street children in Fortaleza. The subjects of the research are children and adolescents who develop some kind of making money activity at traffic lights as breadwinners or to help support the family. We used the ethnographic method and the participant observation. The new "anthropology of children" is the basis of the theoretical reference used to analyze the discourse, the actions and the thoughts of them in a more complex way. This new perspective attempts to perceive children concerning their own points of view and their symbolic system. Existing literature about street children analyzed their ludic activities in a very superficial way. Our research shows that there are many games played by those children. When they play, they make up situations, recreate meaning using objects in ways other than their original purpose. The "virinha", fight matches, and the "castanha" are just a few examples of those games which are described and analyzed in this work.

"Sem dúvida brincar significa sempre libertação"
(Walter Benjamin)

Introdução

Ao ingressar no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará tive a oportunidade de freqüentar desde o início de minha formação acadêmica o grupo de estudos e pesquisas GPDU (Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano). Uma das linhas de pesquisa desse grupo me chamou a atenção. Refiro-me ao laboratório COVIO (Conflitualidade e Violência) que se propõe a estudar as diversas formas de violências e conflitos, muitos invisíveis aos olhos, na cidade de Fortaleza.

Esta pesquisa é o resultado de um trabalho inicial que tem como tema central a vida de meninos em situação de rua em Fortaleza. Investigo de que modo as complexas relações sociais são estabelecidas nas ruas, dando ênfase às atividades lúdicas praticadas por meninos nesse contexto.

A literatura existente sobre crianças em situação de rua na tradição sociológica e antropológica apresenta uma ampla variabilidade temática (ALVIM & VALLADARES, 1988). Entretanto, as

atividades lúdicas desses sujeitos quase nunca foram analisadas em profundidade. Muitas vezes, estas atividades foram consideradas frívolas e sem importância para o olhar da maioria dos pesquisadores. Ao enfocarmos as análises da pesquisa em suas brincadeiras e jogos, estamos tentando mostrar uma parte importante da vida cotidiana desses meninos.

Importantes trabalhos nesta área surgiram nos últimos anos. Destaco a pesquisa de Silva (2000) sobre crianças trabalhadoras na Zona da Mata canavieira pernambucana. Sua tese investiga o trabalho infantil conjugado com aquilo que denomina de "corpo brincante". Os resultados confirmam que, apesar da imensa carga destrutiva de trabalho alienado a que essas crianças estão submetidas, seus jogos, brincadeiras e outras formas de externarem sua cultura lúdica não deixam de estar presentes: "*doces-jogos* e brincadeiras das crianças resistem às intempéries e iniquidades capitalistas no meio rural, porém, são construídos no *mundo amargo da cana-de-açúcar*". (p. ix, grifos de autor).

* Agradeço as contribuições de Glairton Ferreira de Paula nas traduções diretas e indiretas dos textos em língua inglesa lidos e traduzidos neste artigo.

E nas cidades, nas grandes metrópoles, será possível existir brincadeira no mundo fervente e sufocante do asfalto e da fumaça? Se existir, de que brincam essas crianças? Com o quê brincam estes meninos? Esses jogos são importantes para eles? Existem jogos específicos? Como eles são aprendidos e repassados para os outros? Essas foram algumas das questões que eu tinha em mente sempre que estava em campo conversando com alguns meninos.

Por meio de uma pesquisa etnográfica realizada, entre agosto de 2006 e abril de 2007 em uma praça de Fortaleza, pretendemos discutir e analisar as práticas lúdicas vivenciadas no cotidiano de meninos que, à primeira vista, estão "trabalhando" ou perambulando nas ruas, praças e avenidas de Fortaleza.

Na primeira seção do artigo faço uma pequena análise teórica sobre como a criança foi pensada nos textos etnográficos; na segunda seção analiso a questão da ludicidade dentro da tradição antropológica, para finalmente concluir descrevendo as principais brincadeiras de rua praticadas pelos meninos durante o tempo em que compartilhei com eles experiências cotidianas.

1. A criança em contexto: a nova antropologia da criança

Antropólogos em geral têm se dedicado muito pouco a entender as crianças, estejam elas em qualquer sociedade ou cultura. Alguns trabalhos antropológicos com crianças datam do século XIX, o que demonstra que este campo de pesquisa não é nenhuma novidade (BENTHALL, 1992). No entanto, estudos enfocando as crianças como principais sujeitos pesquisados ainda são muito incipientes, especialmente no Brasil. Em virtude disso, discorrerei brevemente sobre a peculiar "fala do infante" na pesquisa antropológica, analisando os caminhos e os encaixos por mim atravessados nesta pesquisa.

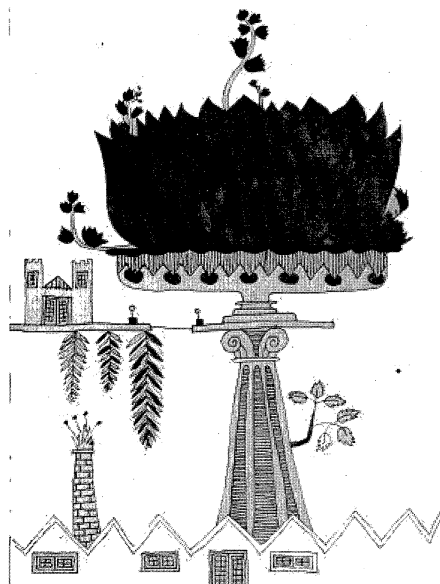
A antropologia tem sido facilmente acusada de negligenciar a criança no contexto da pesqui-

sa. De fato, a criança tem sido alvo de poucas reflexões por parte dos antropólogos. Discutir as razões teóricas e empíricas que "justificam" esse menosprezo por parte dos antropólogos pelo universo das crianças é um passo importante para reverter esta concepção.

O antropólogo americano Lawrence Hirschfeld (2002) escreveu um artigo intitulado "*Why don't anthropologists like children?*"¹, no qual o autor discute o menosprezo dos antropólogos por questões relacionadas à infância. O título já indica a direção que a argumentação segue: as crianças fazem parte de um grupo social esquecido pelos antropólogos. Por que os antropólogos não "gostam" das crianças? Ainda hoje é pertinente fazer esta pergunta? Quais as conseqüências desta discriminação para a antropologia como ciência e como produtora e reprodutora das desigualdades sociais? Sobre a resistência dos pesquisadores a direcionar suas reflexões às crianças, o autor postula que isso é subproduto de uma visão empobrecedora que enxerga a aprendizagem superestimando as regras dos adultos e subestimando as contribuições que as crianças dão para a reprodução cultural.

Felizmente, muita coisa mudou. Uma das importantes mudanças paradigmáticas sobre a forma como os antropólogos enxergam a criança surgiu a partir da década de 60 quando estes estudiosos começaram a perceber a importância de dar um pouco mais de atenção à infância partindo do seu próprio ponto de vista e de seus sistemas simbólicos (COHN, 2005). Partindo da recusa em enxergar as crianças apenas como "adultos em miniatura", ou "seres em formação", estes trabalhos conceberam a criança como o "miolo central" de toda discussão, tentando entendê-las partindo de seus próprios referenciais².

As reflexões teóricas de Toren (1993) sobre o desafio antropológico de pesquisar a criança em seu contexto são bastante esclarecedoras. A autora não aceita taxarmos idéias infantis como imaturas, argumentando que as crianças têm capacidade de compreender o mundo a sua volta:



¹ Em uma tradução literal "Por que os antropólogos não gostam das crianças?"

² Importantes etnografias surgiram sobre a criança em situação de rua. Destaco a pesquisa de Gregori (2000) sobre um fenômeno muito comum nas ruas chamado de viração, que consiste na estratégia de aquisição de bens, materiais e simbólicos, que a criança apreende em suas relações cotidianas para tentar sobreviver e se relacionar com seus pares e com a sociedade em geral. Para essa autora, as crianças em situação de rua percebem as representações que são feitas sobre elas e manipulam estas imagens cotidianamente, dependendo da situação.

“As crianças têm que viver suas vidas dentro de seu âmbito de compreensão, exatamente como os adultos o fazem; suas idéias são alicerçadas nas suas experiências e, logo, igualmente relevantes.” (TOREN, 1993, p. 463, tradução minha)

José de Sousa Martins (1993) foi um dos primeiros cientistas sociais brasileiros a questionar a ausência da fala das crianças nas pesquisas sociais. Este autor acredita que as crianças podem “falar com clareza” sobre as situações a que estão submetidas e que esses sujeitos dão significativa demonstração de compreensão da situação que estão vivendo.

De fato, o silêncio das crianças nas pesquisas antropológicas³ não se refere à incompetência delas por compreenderem suas culturas ou entenderem a situação em que vivem. Isso ocorre, na verdade, pela não opção dos pesquisadores em considerarem a fala do infante como uma opção no cenário da pesquisa. A prática etnográfica tradicional, sugerida por Malinowski, demonstra que é preciso selecionar bem nossos informantes: aquelas pessoas que tenham uma ampla visão de sua cultura, que dominem as tradições locais, que tenham poder e prestígio social. Isso resultou em um absurdo silenciamento de muitas pessoas: as mulheres, as crianças e os desprestigiados socialmente foram os mais afetados.

Críticas ao “adultocentrismo”, à forma periférica como as crianças aparecem nas etnografias clássicas e ao “vazio etnográfico” e teórico de suas falas são denunciados também por Rodrigues (1999). Sua pesquisa com crianças que frequentam um centro comunitário no bairro da periferia do Maranhão contraria as etnografias clássicas na medida em que enxerga as crianças como seres críticos e construtores de seu mundo e de suas identidades. Para esta autora, a grande importância de trazer as crianças para dentro da antropologia e dos textos etnográficos é a “nova luz” que esta disciplina pode lançar sobre elas, além de lhes assegurar um importante espaço narrativo. Esse silêncio etnográfico precisa ser quebrado, por isso o novo olhar dos antropólogos sobre o universo da criança pode nos mostrar algo que foi silenciado.

Sobre a fala do infante em culturas não ocidentais, ressalto a pesquisa de Clarice Cohn (2000) sobre as crianças indígenas Xikrin, habitantes do sudoeste do Pará. Esse trabalho efetuou de maneira bastante coesa as bases teóricas desta nova “antropologia da criança”, e sustenta veementemente a importância de não enxergarmos as crianças como imaturas. De acordo com a autora, o desenvolvimento infantil sofre influências tanto dos adultos como das outras crianças. Ambos atuam de forma ativa neste processo, embora de maneira bastante assimétrica.

Todos estes autores reivindicaram de alguma forma a “fala do infante” na pesquisa antropológica. De fato, esse vazio teórico e etnográfico sofrido pelas crianças no contexto da pesquisa está próximo de um fim. Os estudiosos estão prestando cada vez mais atenção ao cotidiano dos peque-

nos e considerando de maneira precisa suas falas ainda subalternas (HARDMAN, 2001).

2. Etnografando brincadeiras infantis

A literatura antropológica sobre as atividades lúdicas de crianças é extremamente rara e escassa. Goldman e Emmison (1995) acreditam que muitos antropólogos incorporaram a visão de que “verdadeiros” antropólogos não estudam brincadeiras infantis. Helen Schwartzman (1976) postula que isto acontece em razão da visão “adultocêntrica” dos antropólogos, que consideravam as brincadeiras infantis atividades frívolas e efêmeras⁴. Em virtude disso, as etnografias existentes sobre o assunto acabaram não contribuindo para a formação de uma teoria consistente sobre esta temática.

Em seu texto clássico sobre o método e o objetivo da pesquisa etnográfica, Malinowski (1978) considera uma classe de fenômenos supostamente banais para o olhar superficial, mas que para o etnógrafo são de extrema importância. Estes fenômenos foram por ele denominados de “imponderáveis da vida real” (p. 29). Estes “imponderáveis” são situações cotidianas que, registrados e formulados cientificamente, eram de suma importância para o etnógrafo alcançar a “atitude mental” dos nativos. Schwartzman (1976) acredita que essa tendência de registrar tais imponderáveis acabou por concentrar as descrições antropológicas nos eventos “espetaculares” e extremamente ritualizados do cotidiano nativo. Os jogos e as brincadeiras eram vistos como atividades triviais aos olhos dos pesquisadores que procuravam as excentricidades, as alteridades radicais. Por que dar atenção às brincadeiras infantis se temos o *Kula* trobriandês? Não estou criticando estes trabalhos, estou apenas tentando demonstrar uma tendência na antropologia de “espetacularização dos eventos cotidianos” (SCHWARTZMAN, 1976, p. 293).

De acordo com Schwartzman (*ibid*) a metáfora mais comum nos estudos antropológicos sobre as brincadeiras das crianças era enxergá-la como uma preparação para a vida adulta. O caráter funcional da brincadeira era interpretado como um importante passo para a socialização/enculturação da criança.

Titiev (2004) nota, sobre as crianças que brincam, que elas “gostam de imitar os seres mais velhos, e muitos dos jogos das crianças servem para treiná-los para tarefas de adultos” (p. 344). No Brasil, um artigo que se enquadra dentro desta categoria é a pesquisa de Carvalho (1990) sobre meninos que jogam bolinhas em Ipanema (região do Vale do Rio Doce em Minas Gerais). Carvalho tenta mostrar como os “padrões de masculinidade da cultura local” (p. 216); exigido para o homem adulto em Ipanema, estão em perfeita concordância com as regras do jogo da infância. O autor tenta se desviar das críticas afirmando que não pretende integrar-se perfeitamente às visões funcionalistas. Acredito, contudo, que apesar das profundas reflexões e dos importan-

³ Para uma visão mais aprofundada sobre esse “silêncio” e suas consequências para a antropologia ver: CARVALHO (1999) e CAPUTO (1995).

⁴ Em 1974 foi organizado um grupo de pesquisa em uma universidade da Califórnia (The Association for the Anthropological Study of Play – TAASP) que pretendia estudar os jogos, as brincadeiras e as atividades de lazer em diversas culturas. No entanto, o foco de análise era, na maioria dos casos, as atividades lúdicas dos adultos. As brincadeiras infantis quase não eram problematizadas.

tes questionamentos que o texto levanta, ele termina enquadrando as crianças em um sistema fechado, no qual resta às crianças se conformarem com os papéis já dados em uma totalidade social pronta a ser reproduzida indefinidamente. Metáforas como "homens em formação" (p. 218) e "à imagem e semelhança dos adultos" (p. 213) são freqüentes no texto. O problema desta visão é que em nenhum momento o autor questiona o valor simbólico ou a representação que a criança faz sobre o jogo, chegando à estranha conclusão de que o jogo do infante, diferentemente do jogo do adulto, é bem menos reflexivo e autônomo.

Entretanto, alguns antropólogos descreveram de maneira bastante concisa as atividades lúdicas de crianças em vários contextos. A pesquisa de Pessoa (1992) sobre as brincadeiras de crianças trabalhadoras na periferia de Teresina demonstra uma enorme maturidade teórica ao deslocar a análise do lúdico das perspectivas folcloristas, funcionalistas e economicistas. Contudo, essas tendências acabaram enxergando as brincadeiras como se essas fossem dotadas de um sentido em si mesmas, caracterizando a ludicidade como uma atividade apenas funcional na estrutura social e econômica (PESSOA, 1992). A proposta de análise de Pessoa, da qual compartilho neste artigo, é de que as brincadeiras podem ser estudadas e analisadas como um sistema de comunicação englobado em uma rede de significados, envolvendo práticas multidimensionais e diversas variáveis ao mesmo tempo. Em outras palavras, enfocaremos o valor simbólico das brincadeiras infantis através das multiplicidades conceptuais complexas dos fenômenos culturais como conceitos semióticos (GEERTZ, 1989).

3. Entre brincadeiras e trocados: o ser brincante de meninos em situação de rua

Muitos pesquisadores não enxergaram o fenômeno da ludicidade entre crianças em situação de rua. Lemos e Giugliani (2002) notaram que: "O fato de ter deixado de brincar nesta etapa causa uma lacuna que só será percebida quando este vazio for preenchido pela droga, pela rigidez afetiva, pela passividade, pelo não envolvimento em projeto algum" (p. 26, grifo nosso).

Entretanto, alguns autores escreveram especificamente sobre o "ser brincante" das crianças que vivem e/ou trabalham nas ruas das grandes cidades (ALVES, 1998; SANTOS & KOLLER, 2003; SANTOS, 2004). Especificando a importância da brincadeira para o desenvolvimento cognitivo, estes autores chegaram a conclusão de que a brincadeira pode ser vista como uma forma das crianças se distanciarem da violência imediata que as cerca. Isso só foi possível ao considerarem a rua como um fator impulsor do desenvolvimento e não somente como um ambiente hostil. Santos postula que

"[...] brincando na rua, as crianças passam grande parte do tempo longe dos adultos/ cuidadores e exposta às mais diversas si-

tuações de risco, como a violência física e emocional. Porém, as crianças criam mecanismos próprios de proteção contra essas adversidades e, assim, continuam brincando. Andam em grupos conhecidos e coesos e sempre mantêm a atenção no que está acontecendo à sua volta. O seu próprio corpo e os objetos deste espaço são seus brinquedos mais freqüentes, apesar de não serem os preferidos. As crianças brincam com qualquer objeto, sejam sucatas, lixo, etc." (2004, p. 8).

Korbin (2003) analisa que muitas crianças podem deixar de ser vistas como tais dependendo do tipo de violência que cometam. Algumas crianças em situação de rua vivem de pequenos furtos, consomem drogas regularmente, insultam transeuntes, ou seja, fazem coisas que crianças regularmente não fazem. Mas isso não determina que práticas violentas sejam as únicas atividades presentes em seus cotidianos. Dentro desta concepção, Silva e Milito (1995) argumentam que "a delinqüência que [as crianças] praticam dissolvem a condição infanto-juvenil" (p. 25). Portanto, estes agentes podem ser notados apenas quando praticam atos considerados violentos. Isso explicaria o fato de suas brincadeiras ser atividades invisíveis para grande parte da população.

No meu trabalho de campo, tinha a intenção de estudar as práticas lúdicas desenvolvidas no contexto da rua por crianças em situação de rua.⁵ O local da pesquisa foi desenvolvido em uma praça na zona urbana de Fortaleza no bairro da Parangaba. Essa praça é popularmente conhecida como Praça da Lagoa por contornar toda a extensão da Lagoa da Parangaba. Os contatos com os meninos foram feitos próximo ao Terminal da Lagoa⁶. A praça da Lagoa da Parangaba é considerado um local crítico pelas instituições que trabalham com atendimento a crianças em situação de rua. A praça é vista como um local propício para a permanência dos jovens nas ruas por causa das muitas vias de acesso que ela engloba. O cruzamento da avenida José Bastos com a avenida Senador Fernandes Távora é considerado um dos locais preferidos pelos meninos para a mendicância, o trabalho infantil e uso de psicoativos. Um dos educadores de rua de um projeto do governo do Estado do Ceará afirmava que a própria lagoa facilitava a estabilidade destas crianças nesta praça, já que ela funcionava como um esconderijo.

O trabalho de campo desta pesquisa durou seis meses e foi realizado entre os meses de agosto e dezembro de 2006. Nas duas primeiras semanas não fiz contato direto com os meninos. Nesse meio-termo, coletei informações sobre eles com educadores sociais de distintos projetos governamentais, com seguranças do terminal de ônibus e com a população em geral. Não tive muita dificuldade em participar das atividades cotidianas praticadas na rua porque sempre dizia que era um amigo de um dos educadores sociais considerado pelos meninos, em seus termos, uma "autarquia"⁷. Esse educador conhecia bem a realidade dos meninos e todos o procuravam quando estavam com problemas.

⁵ Optei por esta categoria mas ressalto que não existe um consenso nas ciências sociais sobre a terminologia mais adequada para se referir a crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas. Na esfera política e no campo da luta de direitos, o termo "em situação de rua" é considerado o mais adequado. As imprecisões estatísticas e o vazio analítico de algumas categorias (criança carente, criança abandonada, menor, menino(a) de rua, etc.) são, de certo ponto, responsáveis por esta polêmica.

⁶ Os terminais de ônibus em Fortaleza são locais onde os passageiros que trafegam pela zona urbana podem trocar de condução sem precisar pagar outra passagem. Existem sete terminais em toda Fortaleza. De acordo com dados da pesquisa elaborada pela Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua, 26,1% das crianças e jovens em situação de moradia de rua passam grande parte do tempo próximos aos terminais de ônibus. Apenas dois destes sete terminais (Terminal da Lagoa e Terminal do Siqueira) congregam nada menos que 25% de todas as crianças e jovens em situação de rua de Fortaleza.

⁷ Nas linguagens das ruas ser considerado uma "autarquia" é ser aceito. Uma "autarquia" é uma pessoa confiável, respeitosa e amiga. Também podemos pensar que a categoria "autarquia" simboliza uma relação de "paternidade" que estes meninos estabelecem com os educadores de rua. Apesar deste conceito ser pertinente a vários campos, ele sempre acaba lidando com a idéia geral de algo que exerce poder sobre outro.

Na época da pesquisa, existiam cerca de vinte meninos que freqüentavam essa praça pelos menos uma vez por semana. Um dos educadores sociais me apresentava aos meninos e sempre respondia que estava ali para fazer uma pesquisa sobre as brincadeiras que eram realizadas nas ruas.

Um dia resolvi sentar com eles no meio da praça. O local era sujo, com um cheiro quase insuportável de urina. Neste instante perguntei quais eram as brincadeiras e os jogos que eram praticadas na praça. Eles me responderam que costumavam brincar de bola (futebol), carreira, briga, "castanha", pipa, "virinha". Analisarei brevemente cada uma destas brincadeiras

O jogo de bola

Percebi que os meninos pequenos adoraram a proposta da pesquisa. Uma das crianças, 12 anos e usuário de crack, puxou-me pelas mãos e mostrou onde guardavam a bola que usavam para as peladas. O local era uma árvore com o caule retorcido, com um grande buraco no meio. A bola era relativamente nova, eles tinham ganhado de presente de um "amarelinho" (educador de rua do projeto do Governo do Estado "Criança fora da rua dentro da escola", conhecido desta forma por usarem uma bata de cor amarela).

As brincadeiras de bola são as mais comuns entre os meninos que não usam drogas e são facilmente interrompidas. O jogo é praticado de forma espontânea, sem apostas e sem grandes expectativas. Como a praça dispõe de um grande espaço físico, as brincadeiras de bola acontecem geralmente às margens da lagoa, sem incomodar ninguém. As divisões sociais entre os meninos não se refletem nas divisões dos times. O grau de competitividade neste jogo é muito pequeno. Nas minhas observações em campo, percebi que é muito comum ver meninos brincando de bola sozinhos. Certamente, este tipo de brincadeira não é a mais popular entre os meninos que pesquisei.

As brincadeiras de briga

As brincadeiras "de carreira" e os jogos de briga são os mais praticados entre os meninos. São jogos que tentam mostrar quem é o mais forte, quem corre mais rápido, quem tem mais habilidade física. Este é um dos grandes problemas enfrentados pelos educadores sociais, visto que eles tinham que estar o tempo todo apartando brigas. Estas brincadeiras acontecem de forma espontânea e, diferentemente do futebol, envolvem um alto grau de competitividade. Elas geralmente começam com um insulto que pode ser direcionado ao próprio menino ou à sua família.

Rodrigues (1999) em sua pesquisa com crianças que brincam em um centro comunitário no Maranhão demonstrou a importância dos apelidos. Ganhar um apelido é ser socialmente aceito, assim como lembrá-los é reviver momentos. Como os apelidos entre os meninos em situação de rua são, geralmente, representações do ridículo, quem os lembra está sujeito a uma repre-

sália. Deste modo, é comum ver os meninos "brigarem" após lembrarem momentos e situações jocosas do cotidiano. Mas, o que vale ressaltar é que o ato de apelidar já os predispõe a uma representação simbólica e lúdica de suas vidas.

O fato destas brincadeiras de insulto acabarem em briga não nos autoriza a dizer que são brincadeiras violentas. A forte carga simbólica que envolve o ato de apelidar é uma das características marcantes das brincadeiras de briga. Portanto, percebi em minhas observações empíricas, que estas brincadeiras precisam ser relativizadas e entendidas em contexto. O olhar superficial muitas vezes não consegue ver além do imediato e caracteriza as brigas como atos selvagens de mirins de rua. O pesquisador desatento pode não compreender a brincadeira, descontextualizá-la e não dar conta da teia de significados tecida por esses meninos. O que tento caracterizar, por meio da busca pela compreensão de significados subjacentes, é como diferenciar uma briga de uma brincadeira de briga.

Estas brincadeiras, na realidade, servem como um importante mecanismo de interação entre os meninos. Para entrar em uma brincadeira "de briga" ou em uma brincadeira "de carreira" é preciso muita intimidade. Isso porque se chegar a acontecer uma escoriação ou uma contusão será bem mais fácil esquecer e perdoar quando já existe um histórico de relação.

Brincando de "castanha"

Outra brincadeira muito comum entre os meninos em situação de rua é a "castanha". Esta brincadeira consiste em falar a palavra "castanha" toda vez que você for sentar ou levantar de algum lugar. Não pronunciar a palavra "castanha" para o outro integrante da brincadeira ao levantar-se ou sentar-se autoriza o outro a lhe dar um safanão com os dedos na nuca ou nos braços.

É comum ver meninos chorando ou reclamando de injustiças nesta brincadeira. Alguns questionam a intensidade do castigo – é bem verdade que quanto mais forte for a pancada, mais respeitado é o jogador –, outros questionam a veracidade do castigo – já que uma das premissas da brincadeira é apanhar o transgressor da regra de surpresa, impossibilitando um acordo tácito entre o infrator e quem o pune –, pois muitas vezes não há possibilidade de questionar aquele (ou aqueles) que aplicam as regras injustamente punindo erroneamente participantes. Por esta razão, muitas vezes a brincadeira de castanha pode acabar em brigas sérias entre os meninos.

Ressalto que esta brincadeira não é exclusividade dos meninos em situação de rua. Lembrome de minha infância em uma escola privada de Fortaleza e de como essa brincadeira era extremamente difundida. As regras eram as mesmas, pronunciar "castanha" toda vez que você se sentar ou se levantar da cadeira. Como muitos meninos em situação de rua freqüentam a escola regularmente, a brincadeira de "castanha" acaba sendo reelaborada para o contexto da rua. Como

não pude acompanhar os meninos em outras instâncias além da praça, não tenho como afirmar se esta brincadeira é praticada em outros ambientes. Um dos adolescentes, freqüentador da praça, disse que aprendeu a jogar "castanha" com os amigos da vizinhança. Isso demonstra que mesmo os meninos em situação de rua que não freqüentam a escola acabam tendo contato com os outros que freqüentam. Nascem assim oportunidades de trocas de experiências.

A brincadeira de "castanha" tem início, mas não tem um fim previsto. Ela deixa os meninos sempre em estado de alerta. Como uma tentativa de interpretação, acredito que o objetivo final desta brincadeira quase sem fim não é o safanão no infrator das regras, afinal é comum que os meninos menores e os meninos sob efeito de psicoativos, por exemplo, sejam perdoados e se livrem da punição que o jogo impõe. Acredito que o principal objetivo desta brincadeira é a regulamentação da violência. Ninguém é obrigado a participar da brincadeira. Mas ao participar fica implícito que você aceita tacitamente a única regra desse jogo. Revidar um safanão levado dentro das regras de sociabilidade das ruas é extremamente transgressor e pode levar a sérias discussões.

O jogo de "virinha"

Descreverei agora uma intrigante brincadeira praticada entre os meninos em situação de rua: a brincadeira de "virinha". Considero este jogo um dos mais intrigantes dentre aqueles praticados no contexto da rua. Este jogo foi apresentado a mim por dois meninos freqüentadores da praça. Já tinha ouvido falar do jogo, pois já tinha visto meninos brincando nas calçadas de um shopping center em uma movimentada avenida da cidade. Os meninos me pediram uma moeda de 25 centavos para explicar o jogo, entreguei e eles começaram a me explicar como funciona. Infelizmente não pude gravar suas falas, portanto as descrições foram baseadas nas anotações do diário de campo.

O jogo de "virinha" é praticado apenas com moedas. Para se jogar é necessário ter em mãos no mínimo uma moeda de qualquer valor. Cada jogador coloca no chão suas respectivas moedas que correspondem ao seu ingresso no jogo. O objetivo central é virar todas as moedas que estão no chão. Para isso é necessária uma outra moeda, geralmente é escolhida a de 25 centavos por causa de sua estrutura que facilita o ato de virar as outras, por ser maior e mais pesada. Comumente o jogo é praticado em dupla, mas já presenciei meninos jogando sozinhos ou situações em que quatro meninos jogavam. As moedas não são colocadas no chão de maneira aleatória, elas são arranjadas em pares, uma sobrepondo-se parcialmente à outra, não importando qual lado fica para cima (a cara ou a coroa), desde que todas mostrem a mesma face. A moeda de 25 centavos é atirada contra as moedas de 10 centavos com o objetivo de virá-las. Ganha o jogo quem conseguir virar todas de uma só vez ou quem virar a última moeda. Se o(s) primeiro(s) jogador(es) for(em)

bastante habilidoso(s) e conseguir(em) virar todas as moedas antes, pode vir a ser que o próximo jogador nem chegue a participar do jogo. Vale ressaltar que neste jogo só existe um vencedor, que é aquele que consegue virar todas as moedas de uma só vez ou quem consegue virar a última.

Darei um exemplo para tentar ser um pouco mais claro. Vamos supor que dois jogadores estejam disputando uma partida. Cada um começa colocando sua moeda de 10 centavos – também poderá ser outro valor – no chão (arranjadas em pares com uma parcialmente sobreposta à outra). Se o primeiro jogador virar uma moeda, ele passa a vez para o outro jogador. Já se o segundo jogador virar a outra moeda ele "arrasta" (termo utilizado pelos meninos) as duas para si e ganha a partida. Se o segundo jogador não conseguir virar ele retorna a vez para o primeiro jogador, até que alguém consiga virar a última moeda.

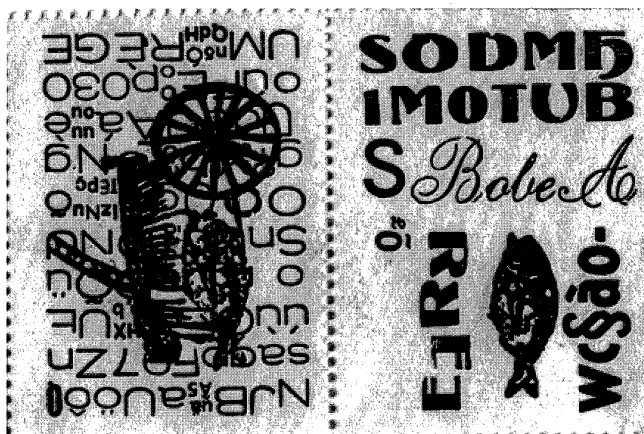
Para os jogadores, não há distinção entre quem é o dono de qual moeda. Quando são colocadas em jogo, as moedas ganham uma certa neutralidade, já que uma regra básica é colocar sempre moedas do mesmo valor para virá-las. O mais comum é que sejam colocadas moedas de 10 centavos para serem viradas – acredito que seja por causa de seu tamanho e de sua estrutura que facilita o ato de virá-las –, mas já presenciei partidas com moedas de 5, 25 e 50 centavos.

A ordem de participação é decidida através do "cara ou coroa" ou através do "pedra, tesoura, papel". O vencedor "arrasta" todas as moedas para si, exceto a de 25 centavos, que vai para seu dono original.

A "virinha" é praticada nas ruas, calçadas, meio-fios e praças. As moedas são conseguidas através da mendicância nos sinais, da venda de balas (doces), do trabalho "de rodo" (limpeza de pára-brisas de carros em sinais), do trabalho de malabares ou dos pequenos furtos, o que reforça o simbolismo do jogo que faz uso do ganha-pão desses meninos acumulando características semelhantes aos jogos de azar e apostas.

Nunca presenciei a "virinha" sendo jogada sem ser apostado. Talvez porque o jogo ajuda na transferência de moedas entre os meninos. Aquele que não foi muito bem no trabalho ou na mendicância pode ganhar umas moedas extras no jogo. Entretanto, isso não significa dizer que o ganho é mais importante que o jogo em si. Existem coisas que estão sendo apostadas que perpassam a troca material, por exemplo, o orgulho de ser melhor jogador, a masculinidade e a coragem de se arriscar e perder muitas de suas moedas. White, (*apud* GEERTZ, 1989) sobre a importância do jogo de meninos nas esquinas, escreve que,

"qualquer que seja o jogo que os garotos da esquina joguem, eles sempre apostam no resultado. Quando nada há para apostar, o jogo não é considerado uma disputa verdadeira. Isso não significa que o elemento financeiro seja o mais importante. Tenho ouvido, freqüentemente, homens dizer que o prazer de ganhar é muito mais importan-



te que o dinheiro em jogo. Os garotos da esquina consideram jogar a dinheiro uma prova real de habilidade, e, a não ser que um homem se dê bem quando o dinheiro está em jogo, ele não é considerado um bom competidor.” (ibid, p. 301).

Geertz (1989), em sua análise sobre a briga de galos, demonstra que o dinheiro para o balinês é menos uma medida de utilidade do que um símbolo de importância moral. O dinheiro para os meninos em situação de rua – apesar de ser simbolicamente reinterpretado – não pode ser pensado unicamente como uma medida sócio-moral de elevação social. Nas ruas, alguns meninos tentam bater metas que consistem em ir para casa após conseguir juntar entre dez e quinze reais. Portanto, perder moedas no jogo pode ser extremamente frustrante. Isso não diminui a importância do jogo, ao contrário, aumenta a possibilidade de pensarmos a “virinha” como um “jogo absorvente”, utilizando mais uma vez a expressão de Geertz (1989). Como pontuou Huizinga (2004): “Todo jogo é capaz, a qualquer momento, de absorver inteiramente o jogador” (p. 11). Não é pelo fato deste jogo envolver pequenas quantidades de dinheiro que não podemos utilizar o conceito de “jogo profundo”. Na “virinha” não existem jogos frívolos, portanto, todos os embates são sociologicamente relevantes.

Outro ponto interessante sobre o jogo de “virinha” é a reapropriação simbólica que esses meninos fazem do dinheiro. O dinheiro neste jogo precisa ser visto de uma maneira não-funcional, visto que o dinheiro como sendo um instrumento da brincadeira seria quase que uma subversão, uma utilização não prescrita para tal objeto. Kátia Lund, em seu curta-metragem ficcional intitulado “Bilú e João”, ilustra uma brincadeira parecida em uma grande metrópole brasileira. Bilú e João são duas crianças catadoras de materiais recicláveis que em seu tempo livre fazem uma caixa de madeira cheia de pregos para jogar uma adaptação do “totó”⁸ (futebol de mesa), sendo a moeda o substituto da bola.

O ato de brincar com o fruto de seu “trabalho” – a mendicância, que, ao contrário do que pensa o senso comum, é uma atividade extremamente cansativa e desgastante – nos mostra que a dura realidade da vida nas ruas não suprime uma das principais características do ser criança na nos-

sa sociedade: a necessidade de brincar, de fantasiar, do lúdico. Como afirmou Nunes (2002):

“Os resultados têm indicado que o caráter lúdico com que a criança sempre age nas mais variadas circunstâncias pode ser considerado como uma espécie de denominador comum às crianças de todas as sociedades, manifestando sua universalidade por meio de infinitas particularidades, realizando e concretizando sua essência na singularidade sócio-cultural de cada um dos povos.” (p. 69).

Considerações Finais

Clifford Geertz (1989) pontuou que ao descrever a briga de galos balinesa, tinha a intenção de tornar compreensível, aos olhos do etnógrafo, uma parte das experiências cotidianas da sociedade que estudava. Para este autor, a briga de galos nada mais é do que um dos vários “textos culturais” que podiam fornecer pistas sobre a cultura nativa.

A “virinha”, assim como outros jogos praticados nas ruas, deveriam ser no mínimo “inquietantes”. O grande desafio é tentar entender a subjetividade alheia partindo de experiências variadas da vida cotidiana. Acredito que as atividades lúdicas são afirmativas culturais eloquentes e devem, também, ser pensadas e analisadas sociologicamente.

Sustentar que crianças em situação de rua não brincam, ou que perdem sua infância, ou ainda que estão a um passo da degradação humana, é, para dizer o mínimo, deixar de ver um mundo de significados e atitudes em jogo. Mesmo a título de denúncia, as assertivas acima parecem pouco válidas. É comum pesquisadores não enxergarem as brincadeiras e os jogos dessas crianças, afirmando erroneamente que crianças em situação de rua não brincam. Compreendemos que ao reconhecer na criança em situação de rua o “ser brincante” estamos dando um importante passo para uma melhor compreensão de suas vidas.

Submetido em Agosto de 2007
Aprovado em Novembro de 2007

⁸ O totó, ou pebolim, é um jogo inspirado no futebol, que consiste em manipular bonecos presos a manetes, possibilitando jogar futebol numa mesa. No curta-metragem ficcional mencionado os bonecos são representados pelos pregos e o objetivo é que a moeda (bola), movida pelos dedos, desvie dos pregos até chegar ao gol.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Paola Biasoli. (1998). *O brinquedo e as atividades cotidianas de crianças em situação de rua*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, Curso de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento.
- ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; VALLADARES, Lícia de Prado. (1988). "Infância e sociedade no Brasil: uma análise de literatura". *Boletim Informativo e Bibliográfico*, 26, 3-37.
- BENTHALL, Jonathan. (1992). "A late developer? The ethnography of children". *Anthropology Today*, 8,2:1.
- CAPUTO, Virginia. (1995). Anthropology's silent "others": a consideration of some conceptual and methodological issues for the study of youth and children's cultures. in: AMIT-TALAI, V.; WULFF, H. (org.). *Youth cultures: a cross-cultural perspective*. London, Routledge.
- CARVALHO, José Jorge de. (1990). "O jogo das bolinhas de vidro: uma simbólica da masculinidade". in: *Anuário Antropológico 87*. Brasília, UnB/Tempo Brasileiro.
- _____. (2002). "Poder e silenciamento na representação na etnográfica". *Série Antropologia*, 316, 1-21.
- COHN, Clarice. (2005). *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. (Coleção passo-a-passo).
- _____. (2000). "Crescendo como um Xikrim: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrim do Bacajá". *Revista de Antropologia*, 43, 2:195-222.
- GEERTZ, Clifford. (1989). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Editora LTC.
- GOLDMAN, Laurence; EMMISON, Michael. (1995). "Make-believe play among Huli children: Performance, myth, and imagination". *Ethnology*, 34, 4: 225-255.
- GRAUE, M. Elizabeth; WALSH, Daniel J. (2003). *Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GREGORI, Maria Filomena. (2000). *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HARDMAN, Charlotte. (2001) "Can there be an anthropology of children?". *Childhood*, 8, 4: 501-517 (Originalmente publicado em 1973).
- HIRSCHFELD, Lawrence A. (2002). "Why don't anthropologist like children?". *American Anthropologist*, 104, 2: 611-627.
- HUIZINGA, Johan. (2004). *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. 5 ed, São Paulo, Ed. Perspectiva
- KORBIN, Jill E. (2003). "Children, childhoods, and violence". *Annual Review of Anthropology*, 32, 431-446.
- LEMOS, Mirian Pereira; GIUGLIANI, Sílvia. (2002). "Educação social de rua". in: Paica-Rua (org). *Meninos e meninas em situação de rua: Políticas integradas para a garantia de direitos*. São Paulo, Cortez, Brasília, Unicef. (Série fazer valer seus direitos, v. 2)
- MALINOWSKI, Bronislaw. (1978). *Argonautas do Pacífico Ocidental*. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural.
- MARTINS, José de Souza (coord) (1993). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2. ed, São Paulo, Hucitec.
- NUNES, Angela. (2002). "No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A'uwe-Xavente". in: SILVA, Aracy Lopes da; NUNES, Angela; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva (org). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*, São Paulo, Editora Global. (Coleção antropologia e educação)
- PESSOA, Maria Lúcia de Medeiros Noronha. (1992). *A criança, a brincadeira e a vida: um estudo antropológico da prática lúdica de meninas e meninos trabalhadores do Bairro São Joaquim na periferia de Teresina-Pi*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, Departamento de Antropologia.
- RODRIGUES, Lélia Lofego. (1999). *A fala do infante: um estudo antropológico com a criança periférica*. Tese de doutorado, UnB, Brasília, Departamento de Antropologia.
- SANTOS, Elder Cerqueira; KOLLER, Sílvia Helena. (2003). "Brincando na rua". in: CARVALHO, Ana Maria A (et al). *Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca*, São Paulo, Casa do Psicólogo. (Vol. 1)
- SANTOS, Elder Cerqueira. (2004). *Um estudo sobre a brincadeira entre crianças em situação de rua*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, Curso de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento.
- SCHWARTZMAN, Helen. (1976). "The anthropological study of children's play". *Annual Review of Anthropology*, 5, 289-328.
- SILVA, Maurício Roberto da. (2000). *O assalto à infância no mundo amargo da cana-de-açúcar: Onde está o lazer/lúdico? O gato co-meu?*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, Faculdade de Educação.
- SILVA, Hélio R. S; MILITO, Cláudia. (1995). *Vozes do meio-fio: Etnografia sobre a singularidade dos diálogos que envolvem meninos e adolescentes ou que tomam a adolescência e a infância por tema e objeto nas ruas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- TITIEV, Mischa. (2004). *Introdução à Antropologia Cultural*. Trad. João Pereira Neto. 9 ed, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- TOREN, Christina. (1993). "Making History: the significance of childhood cognition for a comparative anthropology of mind". *Man*, 28, 461-478.

FILMOGRAFIA

CRIANÇAS INVISÍVEIS (All the Invisible Children). Itália: Paris Filmes, 2005. 1 DVD (119 min.):DVD, son., color.

Aluno do 6º período de Ciências Sociais pela UECE, bolsista PIBIC/CNPq, Pesquisador do Laboratório de Estudos da Conflitualidade e da Violência/COVIO do Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano/GPDU, da Universidade Estadual do Ceará/UECE. E-mail: danielvalentim@gmail.com.

Localizações Contraditórias e Formação de Classes: o lugar dos trabalhadores de escritório na visão marxista*

Frederico Batista Pereira

Graduando em Ciências Sociais/UFMG

Palavras-chave: Classes sociais; marxismo; trabalhadores de escritório.

Key Words: Social classes; marxism; white collar workers.

RESUMO: O presente trabalho consiste numa revisão bibliográfica que busca apreciar a evolução da elaboração analítica do conceito de classes sociais dentro do campo teórico marxista. O fio condutor do trabalho será a busca da identificação da localização e dos interesses de classe dos trabalhadores de escritório.

ABSTRACT: This article presents a brief revision of the Marxist production in class analysis. The work intends to show the theoretical evolution of the efforts to define the class locations and class interests in the advanced capitalist societies. It is also evaluated the complex identification of the white collar workers class location.

Introdução

Desde os escritos de Marx, tem-se como referência a idéia de que as sociedades capitalistas seriam basicamente compostas pela divisão entre os proprietários dos meios de produção e os não proprietários ou trabalhadores, divisão também conhecida pela dicotomia burguesia/proletariado. No entanto, com as mudanças ocorridas desde o final do século XIX e início do século XX, em especial duas, a chamada "separação entre propriedade e controle" e o crescimento das burocracias estatais em decorrência das políticas keynesianas, vem à tona um problema ao qual Marx não pôde se dedicar sistematicamente e que causa enormes celeumas entre os estudiosos da sociologia política. É sabido que durante longos anos do século XX pôde-se verificar um notável crescimento na proporção de indivíduos ocupando os chamados "estratos médios" da população na economia, ou seja, um crescimento da população de indivíduos que não seriam nem proprietários, nem proletariado, nas designações inicialmente fornecidas por Marx (ABERCROMBIE & URRY, 1983, p. 2-6). Desde então, o modelo analítico proposto por Marx (a ser mais sistematicamente apresentado à frente no artigo) tem sido constantemente desafiado por autores de linhagens diversas, em especial weberianos.

Um problema mais específico em relação à polémica dos "estratos médios" é a localização dos trabalhadores de escritório num mapa de classes de tipo marxista. O que se pode notar nas análises de autores marxistas que buscam operacionalizar o conceito de classes e identificar corretamente as posições de classe na estrutura capitalista é a existência de uma premissa quase constante de que os gerentes, aqueles ocupantes das posições de mando nas fábricas e grandes corporações co-

merciais, pertencem à classe dos capitalistas, dos burgueses. As divergências começam a aumentar na medida em que se "desce" na hierarquia das organizações, passando pelos supervisores, pelos técnicos especialistas e, por fim, chegando à mais problemática das categorias "médias", a dos trabalhadores de escritório, ou os *white collar workers*. Este agrupamento trouxe grandes divergências entre autores da mesma tradição teórica (como veremos à frente, para o marxismo), e talvez seja o mais atraente no que diz respeito ao problema das orientações políticas de tais categorias. Muitos estudiosos afirmam categoricamente que os trabalhadores de escritório seriam proletarizados, isto é, teriam suas condições de trabalho rotinizadas e degradadas, bem como as capacidades requeridas para tais funções estariam reduzidas ao longo do tempo.

* Este artigo é uma versão reduzida de um texto produzido durante a pesquisa bibliográfica intitulada "Sistematização e avaliação do estado atual de desenvolvimento da produção teórica e empírica sobre as relações entre estratificação social e política", realizada com bolsa de iniciação científica do CNPq, de agosto de 2006 a agosto de 2007, sob orientação da professora Vera Alice Cardoso Silva, professora titular do Departamento de Ciência Política da UFMG.



Marx e o problema das classes médias

Para Marx, o surgimento do sistema de produção capitalista teria papel determinante na estruturação da ordem moderna. Segundo ele, o modo de produção capitalista seria caracterizado como um modo de organização da economia no qual os proprietários dos meios de produção material, visando o lucro, exploram a força de trabalho daqueles que não são donos da propriedade, e que têm como único meio para sobreviver a venda de sua força de trabalho. Dessa maneira, uma elaboração simples sobre as relações de produção no capitalismo seria o antagonismo inerente às relações entre patrões e empregados, uma vez que o lucro e o salário seriam grandezas inversamente relacionadas. A burguesia, dona dos meios de produção, e o proletariado, explorado pelos burgueses pela extração da mais-valia, seriam as duas grandes classes em confronto no modo de produção capitalista.

Além disso, a caracterização das classes no pensamento de Marx não poderia deixar de levar em conta o caráter político desses agrupamentos. A relação entre burgueses e proletários seria marcada por um componente essencial à definição das próprias classes, a saber, a exploração. É a partir da exploração do proletariado pela burguesia que se poderia pensar os interesses de cada classe e, assim, verificar que as considerações de Marx sobre as classes fazem parte de algo mais ambicioso, uma narrativa da história das sociedades humanas.

Como muitos autores que revisaram os escritos de Marx fazem questão de mostrar, as previsões do pensador para o futuro do capitalismo teriam falhado, tanto em virtude de uma crença infundada no potencial revolucionário do trabalhador, como também em virtude de seu esquema simplista de definição das classes. Além disso, Marx teria subestimado a possibilidade de que o modo de produção capitalista pudesse lidar com suas próprias contradições. O potencial do proletariado enquanto classe revolucionária não se realizou, tanto pela fragmentação no interior da própria classe, com uma divisão crescente das tarefas manuais entre um número cada vez maior de ocupações diferenciadas, quanto pelo surgimento e crescimento proporcional dos chamados "estratos médios".

Entretanto, seria equivocado atribuir a Marx um esquema simplista de classes, bem como previsões superficiais sobre o futuro das sociedades capitalistas, revelando uma visão tacanha e míope por parte do autor¹. Pelo contrário, ao analisarmos com mais cuidado os escritos de Marx, podemos notar que estes se caracterizam muito mais por uma perspicácia na visão das mudanças no modo de produção capitalista, como também por uma refinada concepção da estrutura de classes das sociedades que Marx pôde observar.

Primeiramente tomemos algumas considerações de Giddens (1975) sobre o modelo dicotô-

mico de classes proposto por Marx. Segundo Giddens, seria possível falar apenas em um modelo dicotômico apenas na medida em que se tem em mente uma visão mais abstrata das análises de Marx. No "modelo abstrato" de classes existiriam, de fato, apenas os dois pólos antagônicos do modo de produção capitalista, a burguesia e o proletariado, assim como a pequena-burguesia, que seria um terceiro agrupamento pertencente à esfera da produção simples de mercadorias (e estaria presente, portanto, não apenas no capitalismo, vindo desde o modo de produção feudal). No entanto, Giddens afirma que haveria um "modelo concreto" de estrutura de classes nos escritos de Marx, e este teria sido desenvolvido por Marx de maneira pouco sistemática em duas oportunidades nas quais o pensador se propôs a analisar casos históricos concretos, a saber, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (escrito em 1848), e em *Luta de Classes na França* (escrito em 1871). Giddens procura sistematizar o "modelo concreto" de Marx. Segundo ele, a lógica desse "modelo concreto" se baseia na identificação, por parte de Marx, de que ao analisar os casos concretos, seria necessário levar em conta a co-existência de dois modos de produção com predominância de apenas um. Sendo assim, no modo de produção feudal, a burguesia mercantil seria uma classe própria do modo de produção posterior (o capitalista), e no modo capitalista poderíamos notar a presença de classes oriundas do modo anterior, como, por exemplo, os camponeses e a aristocracia agrária. Além disso, na análise desses casos concretos, Marx teria reconhecido a existências das frações de classes.

Segundo um intérprete dos escritos de Marx sobre as classes médias, Vallon Burris, o pensador não teria realizado uma análise sistemática do problema, tendo, no máximo, se referido a certos estratos ocupacionais, enquadrando-os em uma das duas classes antagônicas, por meio de introduções de critérios *ad hoc* para a definição das classes². É o que ele faz, por exemplo, em relação aos empregados do comércio e trabalhadores de escritório (os que nos interessam mais aqui), os quais, segundo ele, pertenceriam ao proletariado devido às condições de trabalho semelhantes, mesmo não produzindo mercadorias diretamente (BURRIS, 1995, p. 22). Também no que diz respeito aos engenheiros e supervisores, Marx introduz o critério do poder de mando sobre outros para enquadrar tais categorias ocupacionais na classe burguesa (1995, p. 22-23).

As implicações das análises de Marx sobre as classes sociais são mais do que conhecidas. Como dissemos mais acima, a partir dos escritos desse autor iniciaram-se vários debates sobre a definição das posições de classe nos estágios mais avançados do capitalismo. Para os propósitos do presente trabalho, focalizaremos a evolução desses esforços no interior do campo marxista, enfatizando a maneira como alguns (não todos) autores importantes trataram de definir especificamente a posição de classe dos trabalhadores de escritório, bem como suas orientações políticas.

¹ Em geral, tais conclusões apressadas são retiradas de leituras como a de *O Manifesto do Partido Comunista*, escrito em 1848. Pode-se dizer que esse texto deva ser avaliado muito mais por seu caráter panfletário e retórico do que por pretensões analíticas mais acuradas da parte de Marx.

² Faz-se mister a atenção a esses critérios *ad hoc* introduzidos por Marx, como o poder de mando e as condições de trabalho. À frente veremos que eles serão retomados de forma mais sistemática e cuidadosa pelos autores que têm o intuito de salvaguardar o arcabouço marxista para a definição das classes.

Nicos Poulantzas: determinação estrutural das classes

Primeiramente, é preciso assinalar que um certo conceito tem papel crucial no entendimento da proposta do grego Nicos Poulantzas, o de "formação social" (POULANTZAS, 1973, p. 32-33). Uma "formação social" é entendida no campo marxista como denotando, em termos simples, o fato de que existem diferentes sociedades do ponto de vista empírico, cada qual com seu modo específico de desenvolvimento histórico, ou seja, com um modo específico de realização do capitalismo enquanto uma forma mais geral de sistema econômico (ROSS, 1978, p. 171)³. Tendo isso em vista, verificamos que Poulantzas se mostra preocupado em elaborar um quadro analítico que leve em conta os diferentes aspectos das práticas sociais na determinação das posições de classes. É por isso que o autor introduz a noção de "determinação estrutural das classes", para designar o fato de que as classes são definidas por critérios econômicos, políticos e ideológicos, ao mesmo tempo. Os critérios econômicos compreendem a divisão entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, entendendo trabalho produtivo como aquele envolvido diretamente na produção da mais-valia. Os critérios políticos envolvem a supervisão do processo produtivo, ou a dominação política do capital sobre a classe operária na divisão social do trabalho. Já os critérios ideológicos, por sua vez, são representados pela divisão entre trabalho mental e manual, já que tal divisão exclui a classe operária do conhecimento secreto do processo de produção e pode ser, portanto, um critério determinante na diferenciação entre posições de classes⁴.

O quadro analítico de Poulantzas se configura quando o autor busca articular esses critérios para determinar as posições de classes no modo de produção capitalista. A burguesia e o proletariado seriam determinados pelos pontos extremos nos critérios definidos acima, de modo que a determinação estrutural da posição da burguesia fica caracterizada por esta se enquadrar: 1) no pólo improdutivo (critério econômico); 2) ter poder de mando e supervisão (critério político) e; 3) ser dotada do "segredo do conhecimento" sobre o processo produtivo (critério ideológico). O proletariado, por sua vez, é definido por: 1) estar no pólo produtivo (critério econômico); 2) ser subordinado (critério político) e; 3) realizar trabalho manual (critério ideológico). Até este ponto, a abordagem de Poulantzas não apresenta grandes problemas. Entretanto, quando surge a tarefa de definir as fronteiras das posições intermediárias é que aparecem os problemas do quadro analítico de Poulantzas. O autor não é muito rigoroso ao articular os três critérios estabelecidos de modo a obter uma determinação nítida das posições das classes. Segundo o autor, os trabalhadores de escritório, assim como os de comércio, por exemplo, não poderiam pertencer à classe operária por não serem explorados diretamente na

forma da relação capitalista. Tampouco fariam parte da burguesia, uma vez que seriam subordinados nas relações políticas. Os engenheiros e técnicos, por sua vez, não seriam operários por possuírem o "segredo do conhecimento" do processo produtivo, mas também não seriam burgueses por não se apropriarem da mais-valia. Em suma, a articulação dos critérios econômico, político e ideológico na determinação estrutural das posições de classe aparecem de forma um tanto arbitrária nos escritos de Poulantzas, de maneira que os setores médios parecem mais definidos por ocuparem um "não-lugar" na estrutura de classes do que por possuírem traços objetivos comuns que os identifiquem⁵.

Mas qual será, então, a posição desses novos segmentos ocupacionais, especialmente dos trabalhadores de escritório, na visão de Nicos Poulantzas? Para o autor, a pequena burguesia tradicional e a "nova pequena burguesia" ocupariam a mesma posição de classe. O que conferiria esse caráter comum a estes dois segmentos seriam considerações de cunho apenas ideológico, como deixa claro o trecho do autor:

"Petty bourgeois individualism; attraction to the status quo and fear of revolution; the myth of 'social advancement' and aspirations to bourgeois status; belief in the 'neutral State' above classes; political instability and a tendency to support 'strong States' and bonapartists regimes; revolts taking the form of 'petit bourgeois' jacqueries. If this is correct, then these common ideologico-political characteristics provide sufficient ground for considering that these two ensembles with different places in the economy constitute a relatively unified class, the petty bourgeoisie." (POULANTZAS, 1973, p. 38)

Poulantzas ratifica a afirmação de que os setores médios seriam definidos por um "não-lugar". Ele não demonstra por que esses dois segmentos deveriam ser enquadrados numa mesma posição de classe, mas apenas faz constatações sobre orientações ideológicas resultantes da formação da classe, o que parece também ser extremamente arbitrário (ABERCROMBIE & URRY, 1983, p. 72). Além disso, como o autor parece ignorar completamente os critérios econômicos para definir sua "pequena burguesia", somos levados a concordar com a constatação de Wright segundo a qual "... o método adotado por Poulantzas torna a ideologia em si o critério decisivo para a classe" (WRIGHT, 1981, p. 55).

Guglielmo Carchedi: a identificação econômica das classes médias

O economista italiano Guglielmo Carchedi pode ser visto como um dos primeiros estudiosos do campo marxista a enxergar a posição os "estratos médios" sobre o ponto de vista da contradi-

³ Ainda sobre este ponto, sobre as diferentes ocorrências do modo de produção capitalista nas diversas formações sociais, mais especificamente as da América Latina, uma boa discussão sobre padrões ou "modos de desenvolvimento" pode ser encontrada em Alain Touraine (1989, em especial a primeira parte).

⁴ Pode parecer estranho que Poulantzas se refira à divisão entre trabalho mental e manual utilizando o termo "ideológico", visto que tal divisão pode ser vista com possuindo um caráter eminentemente técnico. No entanto, se examinarmos o pensamento do autor a partir de sua matriz althusseriana de origem, podemos notar que ele emprega o termo "ideológico" justamente por ser um autor que pensa a totalidade das práticas sociais reproduzidas na determinação das classes. Assim, o autor argumenta que a divisão manual/mental seria de caráter ideológico, pois seria reproduzida nos aparatos ideológicos do Estado como as escolas, que buscariam reproduzir tal divisão enquanto situadas no sistema global de reprodução das relações de exploração (POULANTZAS, 1973, p. 52). Para a discussão mais completa do autor sobre os aparatos ideológicos do Estado, ver a seção VI do já referido artigo (1973, p. 48) e o livro *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje* (POULANTZAS, 1978).

⁵ Para uma apreciação mais crítica e sistematizada do quadro analítico de Poulantzas, ver o segundo capítulo do livro de Erik Olin Wright intitulado *Classe, Crise e o Estado* (1981, p. 40-56), ou o mesmo texto em forma de artigo (1976, p. 3-26).

ção. Apoiando-se em Lênin, o autor afirma que o modo de produção puro de capitalismo envolve quatro dicotomias fundamentais. A primeira diria respeito à distinção entre trabalhadores produtivos e improdutivos, ou explorados e exploradores. A segunda diria respeito à distinção entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. A terceira seria a dicotomia entre trabalhador e não trabalhador, oriunda da divisão social do trabalho. Por fim, a quarta dicotomia referir-se-ia à combinação entre as três dicotomias anteriores (CARCHEDI, 1975a, p. 10-13). A partir da consideração dessas quatro dicotomias fundamentais, Carchedi afirma que seria possível definir duas classes básicas. A classe trabalhadora seria caracterizada pelos indivíduos que são ao mesmo tempo produtores, não-proprietários, trabalhadores, cuja renda é determinada pelo valor de sua força de trabalho. A outra classe, a capitalista, seria composta pelos indivíduos que são ao mesmo tempo não produtores, proprietários, não-trabalhadores, e cuja renda deriva da mais-valia produzida na exploração do trabalho da classe oposta.

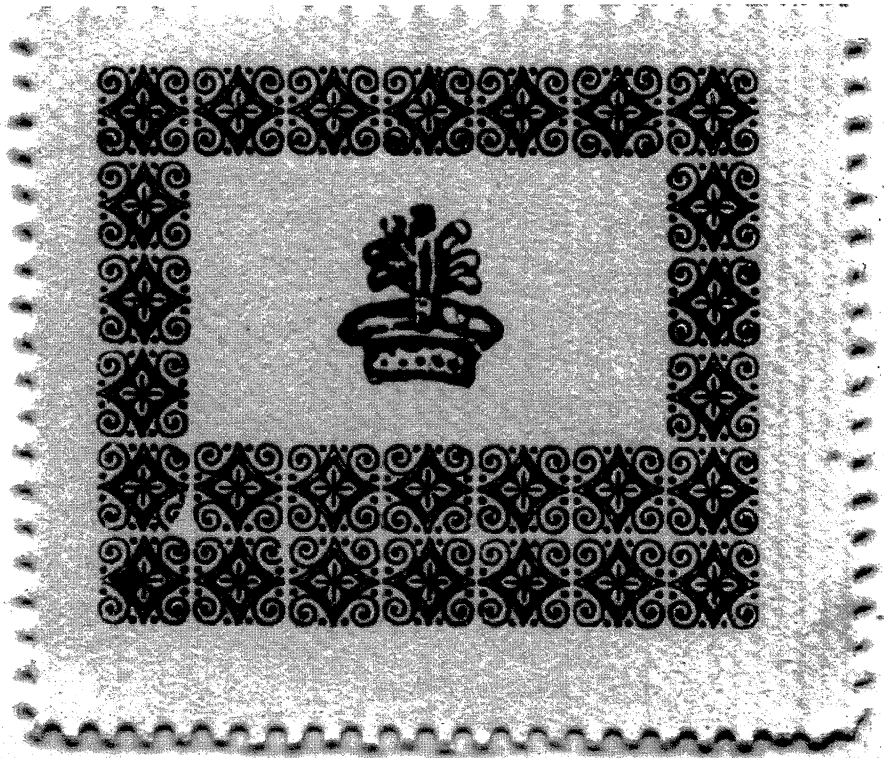
Em seguida, o argumento de Carchedi segue no sentido de elaborar uma caracterização do capitalismo em três estágios. O primeiro compreenderia a fase da mera subordinação formal do trabalho ao capital, entendendo por isto a fase na qual o desenvolvimento capitalista ainda estava em seu início. Nessa fase, a empresa capitalista seria caracterizada por reunir vários artesãos, a classe trabalhadora, sob um mesmo teto, cada qual produzindo em seu ritmo, dando conta de todo o processo de produção da mercadoria. O capitalista, nesta fase, seria representado por um único indivíduo, em geral, tendo apenas a função de garantir o controle e a vigilância dos trabalhadores, no intuito de garantir a realização do trabalho sem muitos danos a ferramentas utilizadas (fornecidas pelo capitalista). Na fase seguinte surgiria o que Carchedi chama "função do trabalhador coletivo", que consistiria no resultado dos incrementos tecnológicos e administrativos sobre o processo produtivo, levando a uma acentuada especialização das funções de produção de mercadorias de modo que o agente que produz mercadorias não mais tem conhecimento de todo o processo, mas apenas de uma parte. Dessa forma, o trabalhador, como aquele que produz integralmente a mercadoria, deve ser entendido como uma coletividade de agentes, e não como apenas um agente. Entre esses agentes, é necessário lembrar que alguns deixam de se caracterizar como sendo produtores, e passam a realizar apenas a função de coordenação do processo de trabalho (uma função improdutiva), que é considerada uma "função do trabalhador coletivo", se temos como referência a fase anterior do desenvolvimento capitalista na qual o trabalhador individual era quem coordenava o próprio processo de trabalho. Esse agrupamento, com isso, ocuparia uma posição contraditória, pois mesmo realizando uma "função do trabalhador coletivo", escaparia da definição mais estrita de classe tra-

balhadora dada mais acima. A terceira fase se caracterizaria pelo surgimento da "função global do capital", que teria um sentido análogo à função anterior, só que referida ao capital. Essa função denotaria o surgimento de uma multiplicidade de funções administrativas decorrentes do processo de especialização ocorrido na fase do capitalismo caracterizado pelos grandes monopólios. A função de controle e vigilância sobre os trabalhadores e sobre o processo produtivo, que nas primeiras décadas do capitalismo era reservada a alguns poucos agentes dentro da fábrica, passa agora a ser dividida entre diversos agentes e setores especializados, devido ao grande aumento no tamanho da estrutura produtiva e com o advento da chamada "gerência científica".

A "nova classe média" seria, na perspectiva de Carchedi, definida pelas ocupações que desempenhariam tanto a "função do trabalhador coletivo" quanto a "função global do capital", não simultaneamente, mas em momentos alternados do processo produtivo. Tais segmentos ocupacionais como, por exemplo, os trabalhadores de escritório, estariam em uma posição de classe contraditória, e só poderiam ser enquadrados em uma ou outra classe (capitalistas ou trabalhadores) a partir da avaliação do conjunto de suas atribuições e condições de trabalho em contextos específicos. A partir desse quadro analítico, Carchedi elabora sua definição do processo de proletarianização⁶. Na medida em que os "estratos médios" passam a desempenhar na maior parte de seu tempo a "função do trabalhador coletivo", em detrimento da "função global do capital", passam a ter sua renda determinada primordialmente pelo valor do trabalho, e não por explorarem a mais valia, uma vez que são "mais trabalhadores que capitalistas".

Muito embora a contribuição das análises de Carchedi no sentido de reconhecer a existência de posições eminentemente contraditórias de classe seja de extrema importância, muitos são os limites encontrados em seu quadro analítico. Pode-se dizer que, apesar de nos apresentar um esforço de sistematização da lógica da estrutura econômica do capitalismo, Carchedi termina por deixar indefinidas as demarcações das posições das "classes médias". Com isso queremos dizer que são muito imprecisas suas definições de "função do trabalhador coletivo" e "função global do capital". Como mostram Abercrombie e Urry, a "função global do capital", por exemplo, pode ser definida não apenas pelo controle e pela vigilância, mas por uma série de outros fatores que Carchedi simplesmente ignora em suas análises (ABERCROMBIE & URRY, 1983, p.64). Suas análises não nos levam muito longe no sentido de identificar mais precisamente os interesses desses novos segmentos ocupacionais utilizando critérios mais específicos. O que ele nos oferece pode ser visto, no máximo, como uma distribuição dos indivíduos no modo de produção num eixo contínuo que vai da restrita ocupação da "função global do capital", no pólo positivo, ao extremo da restrita ocupação da "função do trabalhador

⁶ Os principais escritos de Carchedi sobre a proletarianização são os ensaios da revista *Economy and Society*, (1975a; 1975b).



coletivo". Nesse eixo estariam distribuídos todos os funcionários da fábrica, por exemplo. Contudo, Carchedi não nos diz quais seriam os critérios ou as tarefas que criariam divisões discretas nesse eixo, que demarcariam mais precisamente interesses de classe comuns. Um dos esforços mais refinados nesse sentido encontraremos no autor seguinte, Erik Olin Wright.

Wright: localizações contraditórias de classe

A proposta de Wright pode ser vista como uma grande revisão das posições teóricas de vários autores dentro do campo marxista, incluindo o próprio Marx, em busca de solucionar os mais variados desafios impostos ao campo em questão. Entre os autores que fornecem subsídio teórico para as elaborações de Wright estão, evidentemente, os já analisados Poulantzas e Carchedi⁷, assim como John Roemer, que Wright toma mais posteriormente em sua carreira. Além dessa preocupação em avaliar as posições de autores anteriores, pode-se dizer que Wright também se ocupa, em boa medida, em reavaliar as próprias posições ao longo de sua carreira, o que o leva, por vezes, a modificar certos pontos de suas análises e até mesmo a abandonar premissas teóricas das quais fora tributário.

O primeiro "mapa de classes" de Wright (1981, p. 59)⁸ busca reproduzir o relacionamento das situações ou localizações contraditórias de classe com as forças de classe na sociedade capitalista. Segundo Wright, no nível do modo de produção puro do capitalismo, poderíamos encontrar apenas as duas classes já amplamente conhecidas, a burguesia e o proletariado. Já ao passarmos para o nível de abstração que leva em consideração

a totalidade das relações nas formações sociais, encontramos, além das duas classes já mencionadas, também a pequena burguesia, envolvida na produção simples de mercadorias.

Com o desenvolvimento do capitalismo avançado, podemos verificar a ocorrência de três processos centrais que modificam a relação entre capital e trabalho: a perda de controle sobre o processo produtivo pelos trabalhadores (processo também conhecido como separação entre propriedade e controle, ou separação entre propriedade econômica e propriedade meramente jurídica), a diferenciação das funções do capital e o desenvolvimento de hierarquias complexas no interior das organizações. Com o desenvolvimento do capitalismo e o aprofundamento desses três processos, passam a existir funções nas organizações que ocupam lugares tanto da burguesia quanto do proletariado, isto é, funções que podem, por exemplo, designar agentes que não são proprietários legais das ações da empresa, mas que ao mesmo tempo controlam amplamente o processo produtivo, como o caso dos gerentes. Essas posições, segundo Wright, não seriam propriamente forças sociais como as classes propriamente ditas, mas se caracterizariam por estarem em situações contraditórias de classe. Seria essa a maneira como Wright resolve, em seu primeiro "mapa de classes", a situação dos "estratos médios". Seriam três os principais critérios que determinariam a localização de tais estratos: o controle sobre investimentos e recursos, o controle sobre os meios físicos da produção e o controle sobre a força de trabalho de outros. A partir deles, o autor define a posição dos gerentes como estando em contradição entre a burguesia e o proletariado, os trabalhadores semi-autônomos estariam entre a pequena burguesia e os trabalhadores e os pequenos em-

⁷ Encontramos as referências a Poulantzas especialmente no segundo capítulo de *Classe, Crise e o Estado* (1978), que um pouco antes aparece na forma de artigo (WRIGHT, 1976). Nesse texto, Wright faz uma análise minuciosa da teoria de classes de Poulantzas e avalia seus desdobramentos utilizando seu arcabouço teórico para analisar a estrutura de classes dos Estados Unidos. A referência à proposta de Carchedi apenas aparece explicitamente numa nota de rodapé do já mencionado *Classe, Crise e o Estado* (1978, p. 57).

⁸ Referimo-nos aqui ao "mapa de classes" encontrado no livro *Classe, Crise e o Estado*, cuja primeira publicação é datada de 1978. No entanto, a primeira versão deste mapa é, na verdade, datada de 1976, quando da defesa da dissertação de doutorado de Wright pela Universidade da Califórnia. A dissertação era intitulada *Class Structure and Income Inequality*. Posteriormente, em 1979, esta dissertação foi publicada em forma de livro, com o nome *Class Structure and Income Determination* (New York, Academic Press).

pregadores teriam sua localização contraditória entre a burguesia e a pequena burguesia. Além disso, a distinção entre níveis de controle (podendo ser o controle de três tipos: sobre investimentos, sobre os meios de produção e sobre força de trabalho), podendo estes serem definidos como total, parcial, mínimo e nenhum, permite a Wright distinguir não apenas uma posição contraditória entre cada uma as forças principais (burguesia, proletariado e pequena burguesia), mas um total de quatro localizações. Tendo em vista esse quadro, resta a questão de saber se os trabalhadores de escritório poderiam ser qualificados como semi-autônomos ou como pertencentes à classe operária. Segundo Wright, que se apóia nas análises de Harry Braverman (1981), o segmento *white collar* possuiria autonomia apenas superficial (ou nenhuma autonomia ou controle sobre o próprio trabalho) em suas funções, sendo posicionados, por conseguinte, dentro da classe operária⁹. Nota-se, com isso, que Wright é favorável à tese sobre a proletarização dos trabalhadores de escritório¹⁰.

Os problemas decorrentes dessa primeira proposta de Wright são variados. Primeiramente, o autor enfrenta um grande problema quando tenta operacionalizar sua tipologia de classes utilizando os dados de *survey*, e nota que seria impossível identificar as situações contraditórias de classe entre a pequena burguesia e o proletariado, especialmente na diferenciação entre os trabalhadores semi-autônomos e a classe operária (EDGELL, 1993, p. 19). Entre outros pontos problemáticos, cabe assinalar a crítica que afirma ser a distinção entre as posições de classe e as localizações contraditórias demasiado rígidas. Com isto pretende-se mostrar que, muitas vezes, se aplicados regidamente os critérios definidos por Wright, corre-se o risco de criar distinções muito cortantes entre posições muito difíceis de serem diferenciadas, de um ponto de vista prático.

No livro *Classes*, de 1985, Wright realiza um "acerto de contas" em relação aos vários pontos problemáticos apontados em sua primeira proposta. Primeiramente, o autor busca enfatizar as relações entre as classes sob o prisma da exploração, categoria que fora marginalizada em *Classe, Crise e o Estado*, em detrimento da dominação como definidora das relações entre as posições de classe. Nesse sentido, o autor procede numa revisão da contribuição de John Roemer (1982), que enfatizara a categoria de exploração como base para uma abordagem compreensiva das análises das classes e para a revisão da posição de classe das "novas classes médias". A partir dessa revisão, Wright passa a definir exploração da seguinte maneira:

"Exploitation will be defined as an economically oppressive appropriation of the fruits of the labour of one class by another. [...]" (WRIGHT, 1997a, p. 77)

Essa concepção de exploração é articulada à definição de tipos de apropriação de ativos existentes no interior do modo de produção capitalista, os ativos de qualificação e os ativos de dominação ou ativos organizacionais, além da possibilidade ou não de contratar trabalhadores. Ao pensar e operacionalizar o conceito de exploração de maneira múltipla, a análise de Wright permite conceber as localizações contraditórias de classe como ocupadas por aqueles agentes que são exploradores no que tange a um tipo de ativo, e que são explorados ao mesmo tempo em outro ativo (FIGUEIREDO SANTOS, 2002, p. 49). O próximo passo no sentido de elaborar um "mapa de classes" mais complexo, capaz de identificar com mais precisão as posições de classes, passa a ser a decomposição das funções de exploração de ativos de modo que se possibilite identificar as categorias que são criadas a partir disso.

O novo "mapa de classes" de Wright apresenta divisões muito mais complexas do que as teorias anteriores tendiam a propor. Desta vez, resulta um total de 12 classes (o dobro em relação ao primeiro "mapa"), o que implica uma reviravolta significativa em relação às aspirações mais tradicionais do campo marxista, tanto do ponto de vista da definição das posições de classes, quanto do ponto de vista das possibilidades de ação política da classe trabalhadora. Esse novo "mapa" pode ser lido, segundo Edgell (1993, p. 20), de duas maneiras. Podemos notar, primeiramente, que a divisão básica entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção continua a ocupar lugar central, diferenciando burgueses (que possuem capital suficiente para contratar trabalhadores e não trabalhar), pequenos empregadores (que possuem capital suficiente para contratar trabalhadores, mas têm que trabalhar) e pequena burguesia (que possuem suficiente capital para trabalhar por conta própria, mas não para contratar trabalhadores) das demais situações de classe, tais como o proletariado e os gerentes e supervisores em seus mais variados níveis de qualificação. A segunda maneira de se ler esse novo "mapa de classes" consiste em focalizar apenas os não-proprietários dos meios de produção, verificando que estes se dividem no que diz respeito o grau de ativos organizacionais e de qualificação que cada segmento controla (*ibidem*)¹¹.

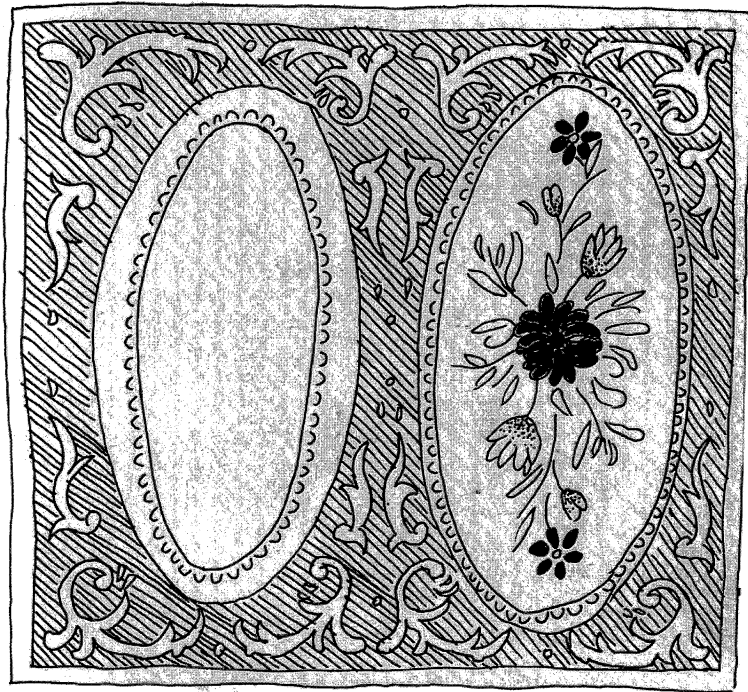
No que tange à posição de classe dos trabalhadores de escritório, podemos verificar que esse segundo mapa também deixa a questão em aberto, isto é, cabe verificar, na formação social em questão, que grau de controle esse segmento possui sobre os ativos de qualificação e de dominação. Seu alinhamento, do ponto de vista de seus interesses econômicos, depende do quanto esses trabalhadores de escritório se encontram proletarizados no processo de desenvolvimento do capitalismo.

É possível concluir que o segundo "mapa de classes" elaborado pelo autor representa uma grande evolução na busca de operacionalizar o conceito de classes, especialmente na medida em que passa a abarcar um critério relativo à

⁹ Wright assume que o grau de autonomia que diferencia trabalhadores autônomos, semi-autônomos e não autônomos aparece definido com certo teor de arbitrariedade (1981, p. 77). Nesse sentido, o máximo que o autor consegue fazer no sentido de diminuir esse teor de arbitrariedade é afirmar: "o critério mínimo que adotarei de passagem que essas posições devem implicar pelo menos algum controle sobre o que é produzido e como é produzido. [...]" (*ibidem*).

¹⁰ O que não implica que o autor defenda a mesma postura no tratamento de todos os segmentos da "nova classe média", incluindo gerentes, supervisores, técnicos, engenheiros, entre outras categorias. Essas últimas categorias são vistas por ele como ocupando localizações contraditórias, ao contrário dos trabalhadores de escritório, que seriam pertencentes à classe operária.

¹¹ A tabela que consiste na sistematização desse novo "mapa de classes" de Wright pode ser encontrada no livro *Classes* (1997a, p. 88).



qualificação. Sobre a introdução dessa dimensão, muitos críticos não tiveram dúvidas em afirmar o alinhamento da proposta de Wright ao campo weberiano de análise das classes, ao passo que outros procuraram mostrar que, em boa medida, o critério relativo à exploração dos ativos de qualificação é mais útil na medida em que denota divisões intra-classes, muito mais do que entre diferentes classes (EDGELL, 1993, p. 23-26). Outras críticas se preocupam em formular a pergunta sobre se a introdução das hierarquias múltiplas de estratificação não teria o efeito de minimizar importância do critério da propriedade dos meios de produção no arcabouço de uma teoria de classes que se pretenda marxista. Também se problematiza a categorização ou a divisão arbitrária dos critérios de controle sobre os ativos organizacionais e de qualificação em divisões tripartites, já que tais hierarquias não seriam intrinsecamente dessa natureza¹².

Conclusões: posições de classe e formação de classe

Ao tratarmos da evolução do campo marxista no sentido apresentado acima, deixamos de lado uma questão crucial no que concerne ao tema das classes, especialmente no campo marxista. De que maneira esses avanços analíticos contribuem para um melhor entendimento da formação de forças sociais protagonistas do conflito político que Marx chegou a afirmar ser a grande característica da história das sociedades¹³? Seria possível afirmar que a busca por tal rigor analítico na definição das posições de classe acaba por minimizar uma questão ainda mais importante para o campo marxista, a saber, aquela sobre o sentido da luta de classes no capitalismo avançado?

Nos dias atuais parece difícil sustentar uma postura teórica que trata as classes como

agrupamentos estruturados, ou seja, como comunidades de indivíduos que compartilham uma identidade de classe e se mobilizam na defesa de seus interesses econômicos. Em primeiro lugar, uma perspectiva dessa natureza tem que se defrontar com os questionamentos colocados pelos teóricos da teoria dos jogos que mostraram o problema da indeterminação da conduta política pelos membros de uma mesma classe, uma vez que o membro de uma classe poderia considerar a mobilização custosa e deixar que a classe se organize em prol da conquista de seus interesses. Sendo assim, o indivíduo não arca com os possíveis custos de participação na luta e ainda se beneficia das conquistas obtidas¹⁴. Além dessa crítica, uma lista de autores também buscou apontar os limites das classes como principais forças nos conflitos políticos modernos afirmando que dificilmente a classe seria o molde determinante da ação de indivíduos, pois seus motivos e intenções estariam quase sempre condicionados por diversos tipos de desigualdade, como as de cor e de gênero, por exemplo (BEYNON, 1996). No entanto, muitos críticos lançam mão de argumentos como esses para afirmarem a falência do conceito de classes como um dos mais importantes no entendimento da dinâmica das sociedades atuais, especialmente no que concerne às classes como atores nos conflitos políticos. Consideramos necessário ponderar sobre os possíveis excessos de tais críticas, a começar por uma distinção conceitual muito necessária propugnada por Wright, a respeito do conceito de "formação de classe":

"The expression refers to the formation of collectively organized social forces within class structures in pursuit of class interests. If class structures are defined by the antagonistic social relations between class locations, class formations are defined by

¹² Para uma apreciação mais detalhada das críticas de caráter mais específico ao esquema de Wright, ver Figueiredo Santos (2002, p. 59-66).

¹³ Ao levantarmos esse questionamento, temos em mente a seguinte afirmação, posta pelo próprio Marx: "A História da Sociedade se confunde até hoje com a história das lutas de classe. [...]" (MARX, 1984, p. 19). Evidentemente, sabemos do caráter retórico do contexto no qual encontramos tal afirmação, mas é válido lembrar que essa espécie de filosofia da história pode ser inferida a partir da análise de outros trechos da obra do autor.

¹⁴ Sobre esse questionamento colocado pelos autores da abordagem *public choice*, ver Reis (1991).

cooperative social relations within class structures. Strong, solidaristic relations in which individuals are prepared to make significant sacrifices for collective goals would be one form of class formation, but class formation can also be more narrowly instrumental, without strong solidarities binding people together." (WRIGHT, 1997b, p. 191)

Podemos notar, no trecho acima, que Wright supõe a existência de uma distinção entre a mera localização de classe e o processo de formação de classe. Segundo ele, são necessárias algumas condições que favoreçam a formação dessas bases de solidariedade comuns ou de identificação no que diz respeito à resolução de algum problema de caráter estratégico. Em contextos específicos, a mobilização por parte de indivíduos na mesma posição de classe pode ocorrer. Essa consideração parece ser muito plausível. Como mostra Beynon (1996, p. 267-272), é possível identificar contextos específicos nos quais certas manifestações e mobilizações de grupos se configuram como movimentos de classe. Nesses contextos podemos falar em classe no sentido forte. Segundo Göran Therborn (1983, p. 40), certas circunstâncias históricas específicas no decorrer do desenvolvimento capitalista das formações sociais podem conjugar as condições de reprodução das classes de forma favorável à formação das classes. Esses mecanismos de reprodução estariam envolvidos com, entre outras coisas, rupturas e acelerações súbitas na valorização do processo de trabalho e políticas de governo que afetam diretamente as condições de trabalho ou de acumulação do capital.

No que se refere à segunda crítica, aquela que afirma a sobreposição de modos de estratificação social como sendo um fator que minimiza a força das classes nos conflitos políticos modernos, um caminho possível de resposta em favor da classe pode ser encontrado se retomarmos parte da discussão proposta por Dahrendorf em seu já referido livro (1982). Podemos nos reportar, mais especificamente, à segunda parte de seu livro, na qual o autor operacionaliza seu conceito de classes¹⁵. Dahrendorf afirma que os interesses econômicos estruturais das classes devem ser concebidos de duas maneiras: como "interesses latentes" ou como "interesses manifestos". Os primeiros dizem respeito aos interesses objetivos que o teórico infere ao localizar determinado agrupamento na estrutura de classes. No entanto, essa localização identifica apenas um "quase grupo", ou seja, uma classe que não necessariamente pode ter consciência de tais interesses. Quando determinado grupo de indivíduos pertencentes a essa classe se mobiliza criando um "grupo de interesse" (partidos, sindicatos, entre outras organizações) dentro da sociedade, então os interesses da classe passam a ser manifestos, os "interesses manifestos" (DAHRENDORF, 1982, p. 163). Dessa forma, os "interesses latentes" seriam aqueles definidos pela localização

da classe nos meios de produção, enquanto os "interesses manifestos" seriam aqueles encontrados nos programas dos grupos organizados, em suas formas de reivindicação e de atuação política (*ibidem*). No entanto, podemos ampliar o horizonte teórico permitido pela análise de Dahrendorf dizendo que os "grupos de interesse" podem não necessariamente manifestar os interesses de uma classe, mas também de outros grupos na sociedade, como aqueles chamados por Weber de "grupos de status".

O que decorre da síntese realizada acima é que, após a construção de "mapas de classes" tão complexos quanto os que aparecem nos estudos de estratificação social nos últimos anos, não apenas no campo marxista, a própria identificação de "grupos de interesses" que manifestem posições congruentes com os interesses das categorias criadas nesses novos mapas já nos mostra a validade do conceito de classe e a necessidade de que tal conceito seja aprimorado. Conclui-se que, na medida em que existem grupos organizados que atuam politicamente na defesa de certo conjunto de interesses econômicos, torna-se possível verificar qual ou quais localizações na estrutura de classes tais grupos organizados estão representando. Nesse sentido, a classe parece ainda ser um conceito com grande potencial explicativo na sociologia política (na medida em que ainda existem sindicatos, partidos, entre outros grupos que defendem interesses econômicos).

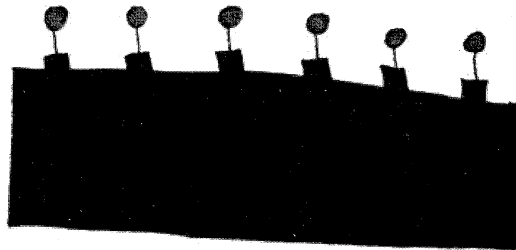
No que tange aos trabalhadores de escritório e o seu suposto processo de proletarianização, que tem implicações cruciais para a identificação de sua localização de classe e seus interesses econômicos, os avanços teóricos obtidos no campo marxista nos mostram um caminho frutífero. A grande questão referida a tal segmento diz respeito à dúvida sobre se este faria parte do proletariado, devido ao processo de proletarianização, ou se ocuparia uma localização de classe "superior", a despeito de tal processo. Vimos que Wright identifica os trabalhadores semi-autônomos como aqueles possuindo ao menos alguma parcela de controle sobre seu processo de trabalho. No entanto, o autor afirma que, com o processo de proletarianização, os trabalhadores de escritório, que a princípio poderiam ser considerados trabalhadores semi-autônomos, se localizariam na classe trabalhadora, por terem perdido o grau mínimo de controle que Wright julga ser necessário para se localizar acima da classe trabalhadora. Evidentemente, esse grau mínimo de controle, como vimos, acaba por ser uma medida arbitrária adotada por Wright na diferenciação entre essas localizações de classe. Entretanto, essa arbitrariedade não parece ser um grande problema. Seria possível dizer, em certa concordância com Abercrombie e Urry (1983), que a localização de classe dos trabalhadores de escritório seria uma questão em aberto, pois dependeria do estágio de desenvolvimento do modo capitalista em cada formação social específica. Sendo assim, em certas formações sociais, o processo de proletarianização

¹⁵ Grande parte dos críticos de Dahrendorf baseia suas críticas apenas na primeira parte do modelo proposto pelo autor, na qual este propõe que as classes devem ser definidas pelo critério da posse ou da falta de autoridade nas associações imperativamente coordenadas. No entanto, é difícil encontrar uma crítica que proceda numa análise mais sistemática da segunda parte do livro. Não é esse o nosso objetivo aqui, mas cabe dizer que a literatura sobre as teorias de classes negligenciou, em boa medida, a segunda parte da proposta de Dahrendorf.

dos *white collar workers*, devido a uma diversidade de circunstâncias históricas, poderia se encontrar em um nível mais agravado, ao passo que em outras formações sociais tal processo poderia não ser tão significativo. O limite de proletarização que definiria a localização desse segmento seria dificilmente definido sem alguma parcela de

arbitrariedade. Contudo, do ponto de vista das conseqüências políticas de tal processo, poderia se verificar se a proletarização do segmento em questão faz com que estes trabalhadores se alinhem politicamente aos operários, ou se ainda possuem grupos e estratégias diferenciadas de reivindicarem seus interesses.

Submetido em Agosto de 2007
Aprovado em Novembro de 2007



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERCROMBIE, N. & URRY, J. (1983). *Capital, Labour and the Middle Classes*. London, George Allen and Unwin.
- BEYNON, Huw (1996). "A Classe acabou? Reflexões sobre um tema controverso". *Dados*, 39, 2: 253-277.
- BURRIS, Vallon. "The Discovery of the New Middle Classes" (1995). In: VIDICH, Arthur (org.). *The New Middle Classes: Life-Styles, Status Claims and Political Orientations*. New York: New York University Press.
- BRAVERMAN, Harry (1981). *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CARCHEDI, Guglielmo. (1975a). "On the economic identification of the new middle class". *Economy and Society*, 4, 1: 1-86.
- _____. (1975b). "Reproduction of social classes at the level of production relations". *Economy and Society*, 4, 2: 361-417.
- DAHRENDORF, Ralf (1982). *As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília: Editora Unb.
- EDGEELL, Stephen. (1993). *Class*. London, Routledge.
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2002). *Estrutura de Posições de Classe no Brasil — Mapeamento, Mudanças e Efeitos na Renda*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio e Janeiro, IUPERJ.
- GIDDENS, Anthony (1975). *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARX, Karl (1984). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Global Editora.
- POULANTZAS, Nicos. (1973). "On Social Classes". *New Left Review*, 78, march-april: 27-54.
- _____. (1978). *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro, Zahar.
- REIS, Bruno P. W. (1991). "O Conceito de Classes Sociais e a Lógica da Ação Coletiva". *Dados*, 34, 3: 415-441.
- ROEMER, John (1982). *A General Theory of Exploitation and Class*. Cambridge, Mass; Harvard University Press.
- ROSS, George (1978). "Marxism and the New Middle Classes: French Critiques". *Theory and Society*, 5, 2: 163-190.
- THERNBORN, Göran (1983). "Why some classes are more successful than others". *New Left Review*, 138, march-april: 37-55.
- TOURAINÉ, Alain (1989). *Palavra e Sangue. Política e Sociedade na América Latina*. São Paulo, Trajetória Cultural/Editora Unicamp.
- WRIGHT, Erik Olin. (1976). "Class Boundaries in Advanced Capitalist Societies". *New Left Review*, 98, july-august: 3-41.
- _____. (1981). *Classe, Crise e o Estado*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1997a). *Classes*. London, Verso.
- _____. (1997b). *Class Counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.

Amizade e auto-identidade: contribuições giddensianas para uma teoria dos afetos*

Nina Gabriela Rosas

Granduanda em Ciências Sociais/UFMG

Palavras-chave:

Anthony Giddens; amizade; auto-identidade; relações de amizade; sociabilidade.

Key Words:

Anthony Giddens; friendship; self-identity; friend's relationships; sociability.

RESUMO: Esse trabalho visa apresentar em que a teoria giddensiana pode servir para pensar as relações entre amigos. Acredita-se que ao utilizar as noções que envolvem o conceito de identidade, conforme cunhadas por Anthony Giddens, seja possível entender como as relações de amizade estão estruturadas. As considerações sociológicas pontuadas aqui devem ser vistas como hipóteses; como possíveis embasamentos a fim de fazer um mapeamento dos vínculos amicais da atualidade. Se os indivíduos são capazes de criar e sustentar reflexivamente uma narrativa a respeito da própria vida, é proveitoso perceber como as amizades se comportam frente a isso. Chega-se ao final, com a expectativa de que esse ensaio possa representar uma pequena contribuição para uma teoria das afetividades.

ABSTRACT: This paper presents as major goal an exposition about how Giddens's theory can be useful to think the relationships between friends. At using the notions that involves the identity concept, as conceived by Giddens, it is hoped to be able to understand how this relationships are structured. The sociological considerations that are pointed here should be seen as hypothesis; as possible abasements for a systematization about friendly connections in the contemporary world. If the individuals are capable of create and maintain a reflexive narrative about their own lives, it is worth to note how the friendships are related to that. Finally, it is expected that this paper can represent a small contribution for the affection theory.

Introdução

O tema da amizade já foi alvo de muitos discursos e de diálogos diversos.¹ Se for lançado um olhar sobre as relações que os indivíduos estabeleceram entre si ao longo do tempo e do espaço, é possível perceber que muito já foi dito sobre a amizade, e, no entanto, ela quase não aparece no cenário da discussão sociológica atual. Sem tentar concluir de forma precipitada e/ou justificar que isso se dá por meio do declínio da relação amical, é notório que, hoje, as amizades não aparecem como preferência temática de reflexão, embora permeiem todo o âmbito cotidiano. Direcionar esforços para tal abordagem se torna relevante, além disso, por essas relações também constituírem parte da esfera íntima – se assim é possível classificá-las de antemão – que é tão presente em discussões diversas sobre a família, a sexualidade, o espaço público, entre outras.

O que apresento sobre as relações de amizade nesse ensaio é proveniente de uma pesquisa em andamento, que visa compreender as afetividades amicais modernas (dos dias de hoje) e, para tanto, revisa como a amizade era entendida e formulada ao longo do tempo. Apesar de as asserções demonstradas serem fruto desse estudo, não cabe aqui a apresentação dessa genealogia. Muito menos trago a pretensão de abarcar, em poucas linhas, uma síntese de tudo o que já foi escrito sobre a amizade. Ao contrário, a tentativa do trabalho é tecer algumas considerações sociológicas minimamente sensíveis aos textos históricos e filosóficos, com o único objetivo de

discutir como a amizade está estruturada numa época em que o indivíduo é dotado da capacidade de organizar sua biografia reflexivamente.²

Anthony Giddens é um dos autores mais importantes do século XX e XXI e seu destaque é dispensável mencionar. Acentua-se, porém, que ele traz em seu livro *Modernidade e Identidade* (2002) uma síntese das afetividades contemporâneas, acoplada à afirmação de que os indivíduos modernos são capazes de contar uma história coerentemente organizada sobre sua própria vida. A importância que o esforço sociológico desse autor tem para se pensar a amizade está no fato dele conferir à identidade (“auto-identidade”) um atributo de reflexividade e autonomia em termos de organização da vida particular e, assim, ser possível pensar como as amizades se comportam frente a isso. A partir de suas elucidações pode ser concluído que interpretar a própria trajetória de vida, organizando-a autonomamente, é próprio da modernidade. Se isso pode ser dito, como as relações de amizade são caracterizadas hoje? Esse é o tema a que me proponho. Nesse artigo, porém, inicio a pontuação de algumas considerações sobre tal temática. Por meio da teoria de Giddens, a posição que se assume desde o início é que a categoria de identidade como ele a compreende, além de levar as concepções identitárias para além da questão da diferença/reconhecimento³, pode fornecer um aparato teórico e, por que não, instrumental, para realizar uma pesquisa empírica sobre as relações entre amigos. Acrescenta-se que da teoria giddensiana toca-se nos conceitos de “relações puras”, “confiança básica”, “segurança ontológica” e “casulo

*Esse trabalho é uma parte do projeto que realizo no Pet de Ciências Sociais. Agradeço imensamente aos alunos integrantes desse programa e ao tutor Prof. Bruno Reis pelos comentários e sugestões; aos pareceristas da Revista Três Pontos pelas observações de grande valia; ao Prof. Renan Springer de Freitas pela correção sistemática, ao Prof. Paulo Henrique Osório pela orientação e amizade; a Rafael Almeida e Cláudio Castro Corrêa pelo apoio e motivação.

1 Início esse trabalho esclarecendo que ao contrário do que parece, esse tema já foi o cerne de uma dezena de obras em diversas épocas. (Ver VINCENT-BUFFAULT, 1996 e ORTEGA, 2002). Tais obras, no entanto, tinham muitas vezes um caráter dialógico e/ou filosófico, estando muitas vezes circunscritas a um contexto específico, e por isso, não as classifico aqui como propriamente do campo da sociologia, apesar de lançar mão delas, na maior parte das vezes, via outros autores.

2 Essa capacidade é, segundo Anthony Giddens, própria da modernidade. Parto desse pressuposto sem questioná-lo. Já adianto que todas as reflexões pontuadas como hipóteses serão testadas mais tarde.

protetor” que permeiam a compreensão do que ele denomina de “auto-identidade”.

Espera-se poder contribuir em alguma medida para a reflexão e sistematização ao menos conceitual das relações de amizade, aplicando nas e descobrindo-as por meio de matizes que ainda não foram explorados em relação a elas. Para isso, segue-se uma seção destinada a fazer considerações sociológicas sobre a história das relações de amizade, outra a pontuar conceitualizações de Anthony Giddens, e por último, uma tentativa de se explicar em que a teoria giddensiana pode contribuir para se pensar as relações de amizade, apontando para uma análise da sociabilidade amical hoje.

Sobre as relações de amizade

As considerações tecidas a seguir são paudadas principalmente na obra de Francisco Ortega, filósofo contemporâneo, que dedicou parte de seu esforço intelectual a fazer uma genealogia das relações de amizade (Genealogias da amizade, 2002) e de compreendê-las frente à esfera pública (Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault, 2000). A exposição de Ortega (2002) trata da amizade da Grécia antiga, de Roma, do cristianismo primitivo, da Renascença e da Modernidade. Ele consegue definir os contornos do que seria “amizade” em cada contexto desses, a partir da diferenciação da *amicitia* frente a outras relações sociais como o matrimônio, o parentesco, a irmandade religiosa, etc. A meu ver é possível extrair duas considerações fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho, a partir do pensamento de Ortega. Em primeiro lugar, ao traçar uma história da amizade, o autor acaba por demonstrar como esse vínculo é circunstancial e ligado às contingências das configurações nas quais ele se desenvolve; mesmo que se tenha uma concepção universalista de como a amizade deve ser. Segundo, sua explanação so-

bre as relações modernas não é tão satisfatória. Nela poderiam ser enxertadas algumas considerações sobre a fragilidade dos vínculos modernos, entre outras, que fariam sua análise mais fidedigna. Para tanto, a evocação das “relações puras” de Giddens pode acrescentar alguns pontos não percebidos por Ortega em seu esforço de traçar a história da amizade.⁴

Além de Ortega, aponta-se a importância de Francesco Alberoni e Anne Vincent-Buffault. Alberoni é um filósofo do século XX que volta seu esforço para compreender o valor universal da amizade. Buffault, historiadora também desse mesmo século, marca sua relevância para esse tema ao descrever a amizade no século XVII e XVIII.⁵ Essa escolha se fundamenta por eles contemplarem, em suas referências, obras de diversos outros autores clássicos e contemporâneos sobre a amizade, ao passo que não seria possível, para mim, estudá-las uma a uma. A limitação da escolha é evidente.⁶ O importante a ser frisado, no entanto, é que os vínculos de amizade podem ser considerados como algo que, ao olhar retrospectivamente com olhares modernos, seriam classificados como outro tipo de afetividade.

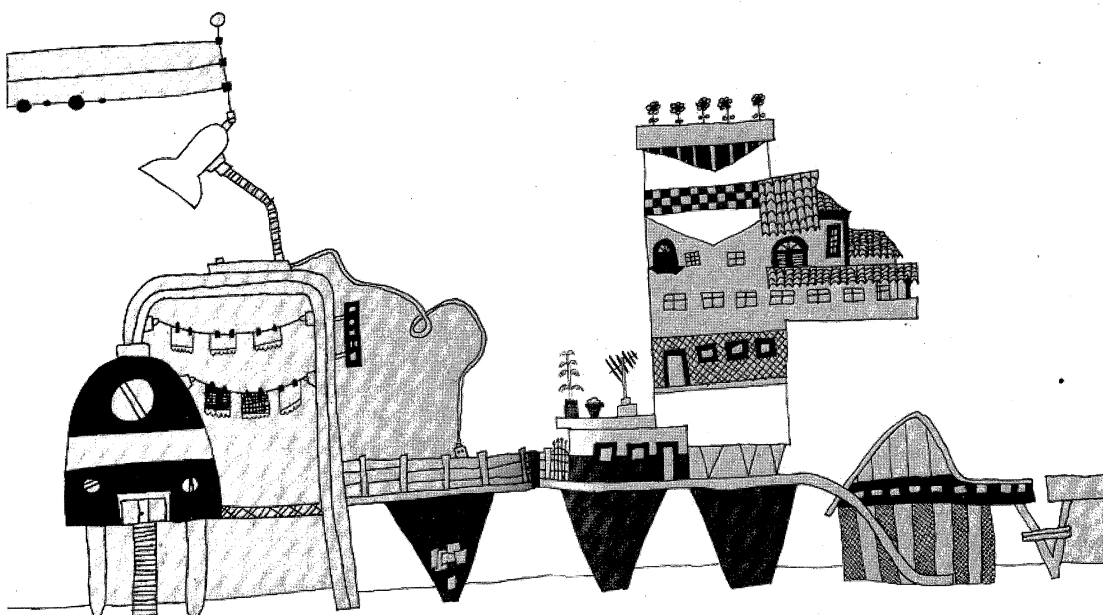
Ao estudar a trajetória histórico-filosófica da amizade perceber-se uma divisão clara e dicotômica, mesmo que aparentemente grosseira. De um lado, pode-se pensar (hipoteticamente) numa linha que norteia o pensamento de autores que concebem a *amicitia*⁷ como dotada de um conteúdo imutável. Eles buscam, a partir daí, extrair do contraste com as relações vigentes, o que é a verdadeira amizade. Dentro dessa perspectiva, pode ser colocada – com acento para a grande diferença de suas teorias amicais – a perspectiva platônica e aristotélico-ciceroniana. Consoante com essa busca pelo aspecto normativo desse tipo de afeto destaca-se Francesco Alberoni. Acentuo a presença desse autor para abolir possíveis deduções de que esse pensamento de que a amizade tem um conteúdo indelével já foi su-

³ Infelizmente não é possível discorrer sobre a forma como o interacionismo e outras vertentes do pensamento sociológico entendem e abordam a identidade. Espera-se que essa diferença seja minimamente dedutível na medida em que a teoria da auto-identidade é exposta abaixo.

⁴ Eu poderia me ater apenas em fazer apontamentos complementares e substitutivos da concepção moderna de amizade apresentada por Ortega. Em princípio, quero com essa elucidação apenas afirmar que em se tratando de afetividade contemporânea, lanço mão de outras considerações que não apenas as dele. Não desconheço as produções recentes do autor sobre “bioidentidade” e “biosociabilidade”, mas não considero que esses conceitos sejam interessantes para essa discussão.

⁵ Cito esses autores aqui por eles terem sido base para as reflexões sociológicas que proponho nessa introdução sobre as relações de amizade. Considerações mais pontuais sobre suas obras não fazem sentido nesse contexto.

⁶ Como consequência disso, reconheço que o que é dito sobre amizade nesse texto pode incorrer nas mesmas interpretações, talvez errôneas ou limitadas, dos críticos aqui evocados. Espero que essa forma de construção de um panorama das relações de amizade não seja por isso comprometido.



perado. De acordo com a divisão que proponho, do outro lado, paralelamente, notar-se-ia um pensamento norteado por uma percepção de que as amizades são históricas, *strictu sensu*, condizentes com as relações estabelecidas com a família, a noção de ciência, a prática da sexualidade e da política. Para esses autores, a amizade não possui qualquer atributo ou atribuição metafísica visto que é condizente com a estrutura social que configura determinado grupo. Essa segunda forma de pensamento pode ser encontrada em Agostinho, Buffault, Ortega, dentre outros. Toma-se essa última imagem da amizade como posição central para esse artigo.

A perspectiva da amizade como fenômeno meramente histórico⁷ começa a ser vislumbrada na análise platônica do *"philos"*. Apesar de Platão ter um compromisso com a busca pela verdade e pelo amor – daí se vê sua possível crença no conteúdo inato da amizade – é em seu próprio trabalho para conceituá-la enquanto tal que se percebe a relação desta com o *eros paidikon*, típico da Grécia antiga. Na medida em que os jovens gregos eram iniciados na filosofia, nas atividades físicas e na sexualidade, por meio de um vínculo com homens mais velhos, surgia a "antinomia dos rapazes", uma ambivalência presente nessa relação. Os jovens passivos sexualmente estavam destinados a não exercerem sua cidadania na *"polis"*. Como tentativa de sublimar essa *"ars erótica"* problemática, Platão desenvolve o que Ortega interpreta como "ontologia platônica da *philia*", uma forma de prevalecer com o caráter educativo dessa relação abstraindo a sexualidade que ela continha.

Outro exemplo digno de nota está na concepção cristã primitiva, que considerava incorreto o emprego do termo amizade, visto que ele conotava o particularismo, o egoísmo e a posse da relação amical, bem como as alianças políticas e militares que eram estabelecidas e que poderiam caracterizá-las. Dessa forma, o vínculo da fraternidade universal, do amor a Deus e à família da fé estava destinado à *caritas christiana*, ao amor ágape. Acontece assim uma inversão da hierarquia pagã, que considerava a amizade como o melhor vínculo de convivência.⁸

No próprio exercício da amizade, portanto, havia uma busca por defini-la enquanto tal, pensá-la e repensá-la, refinando-a ou descartando-a como modelo de referência. A ligação da *amicitia* com outras instituições sociais (em sentido lato) afetava diretamente os atributos e atribuições destinados a ela. Ou seja, a amizade aparece como um fenômeno eminentemente social, no sentido de ser passível de alteração tão logo, ou paralelamente, se alterassem outras configurações sociais. Um exemplo disso é a amizade dos conventos e colégios do século XVIII, que organizavam a educação das moças e dos rapazes em função da separação dos sexos e da disciplina militar (no caso masculino), decaindo depois em detrimento da amizade mista. Isso é explicitado logo no começo da obra de Buffault:

"Nascida essencialmente da atividade guerreira, a mitologia da amizade heróica e cavalheiresca está ligada ao perigo e à ação, à fraternidade de armas, ao exercício da coragem, do heroísmo, a uma solidariedade frente ao adversário. Na época moderna e contemporânea, ela é transposta para a vida civil ou profissional e para uma sociabilidade masculina que tende a celebrar suas especificidades, distinguindo-se do universo feminino". (Buffault, 1996, p. 14)

Assim, o que se pode perceber é que mesmo aqueles autores que se propunham ou acabavam por defender uma amizade dotada de atributos metafísicos e universais, corroboraram para a demonstração de que a amizade é um fenômeno histórico, circunstancial, dotado das características particulares de cada sociedade.

Pensando nas relações de amizade no contexto da "modernidade tardia", de antemão é possível ressaltar as transformações ocorridas nesse tipo de vínculo. Obviamente, é possível notar que não se fala de amizade no sentido dos pares famosos de amigos, como Montaigne e La Boetie, ou nem mesmo de acordo com as concepções clássicas rapidamente apresentadas. Em linhas gerais, as relações modernas são dotadas de uma complexidade própria a essa modernidade. O efeito das mídias e dos meios de comunicação tem gerado outras relações de tempo/ espaço. A 'livre' possibilidade de escolha de gênero e a extensão ou frouxidão das categorias renda, faixa etária, raça, etc., podem levar a amizade a perpassar tais fronteiras ou a ficar reclusa em alguma dessas barreiras. Ou pode ser até mesmo que as relações de amizade em nossa cultura sejam residuais, persistindo ainda como grandes bolsões de tradição. De todo modo, seria vago tentar delinear essas fronteiras sem um trabalho de campo. Não obstante, o que se visualiza é que as influências das relações com os amigos na vida do indivíduo dito moderno, reflexivo, capaz de "perpetrar suas ações" e estruturar as instituições à sua volta, são obscuras e ainda pouco sondáveis.

Sobre a teoria de Anthony Giddens

Giddens dedicou parte de sua obra a tratar a questão da modernidade, da transformação da intimidade e da identidade. Nesse período onde se observa o surgimento dos estados nacionais, a contenção das emoções, o refinamento e elevação do patamar de embaraço, como pontuou Norbert Elias, Anthony Giddens elabora e apresenta o "tipo ideal" de vínculo da época – as "relações puras". Elas são o avesso da solidariedade tradicional feudal e são caracterizadas, principalmente, por estarem além das relações econômicas, políticas e religiosas.

Esse vínculo se trata de uma relação iniciada pela satisfação que o contato com o outro pro-

⁷ Os termos *amicitia*, amizade e amical são utilizados com o mesmo significado. As variações são apenas recurso estilístico.

⁸ As considerações apresentadas sobre a análise platônica da *philia* e da amizade cristã são oriundas do pensamento de Francisco Ortega.

⁹ Esses são apenas alguns exemplos, dentre diversos, que podem ser evocados para pensar as amizades não como inatas e dotadas de atributos atemporais, mas, historicamente organizadas e constituídas.

porciona e vai se estender até quando esse benefício perdurar. Giddens aponta a amizade como um exemplo desse afeto que se mantém exclusivamente pelas recompensas que traz para os envolvidos (GIDDENS, 2002, p.87) (Francesco Alberoni concebe a amizade também como uma relação que se mantém pelos encontros sucessivos e que são responsáveis pela concepção de uma temporalidade granular). Essa forma de relacionamento se caracteriza pela ausência quase absoluta de obrigatoriedades recíprocas e pode ser rompida tão logo não apresente mais valor intrínseco. Isso não quer dizer que não exista tensão no relacionamento, mas que ela é uma ameaça significativa que pode provocar seu rompimento. Outro atributo desse afeto é que a relação pura é organizada de modo aberto: uma avaliação pessoal é feita periodicamente com vistas a validar ou não o compromisso requerido. Ela também se caracteriza pela intimidade que confere e pelas satisfações necessárias que proporciona, além da confiança que requer e exige para que seja prosseguida. Esse tipo de vínculo aparece, segundo o autor, na amizade, no casamento e nos domínios da sexualidade. Requer, em suma, confiança mútua, reciprocidade, decisão de ambos em permanecerem mutuamente vinculados, autodomínio, autenticidade e comprometimento.

Em um mundo tão plural, como a maior parte dos autores que tratam da modernidade o concebe, os indivíduos têm uma vasta gama de opções de escolhas para fazer cotidianamente. Giddens chama esse conjunto de escolhas que se rotinizam e as atividades e caminhos mais ou menos coerentes a que um indivíduo abraça de "estilo de vida". Não há como não tomar essas decisões cotidianas. Apesar da liberdade em se fazê-las, elas são obrigatórias. Adicionalmente, coloca-se que elas preenchem não só as necessidades práticas como "dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade" (GIDDENS, 2002, p. 79).

Além dessa postulação do protótipo da relação típica da modernidade, tomo o conceito de "auto-identidade" desenvolvido por Anthony Giddens. A inovação do autor está em conferir uma roupagem totalmente nova à noção de identidade. Além disso, ressalto que o que é interessante para o propósito desse trabalho é que a "auto-identidade" não é uma série de características distintivas que um agente deve ter, mas sim a capacidade inerente ao indivíduo moderno de contar uma história para si ou para outros sobre sua própria vida, dotando-a de coerência e significado, sendo possível, a partir disso, dar seqüência às atividades cotidianas. Giddens enfatiza que essa habilidade é própria apenas da modernidade e não deve ser confundida com autoconsciência. A falta ou a deficiência dessa aptidão resulta em problemas psíquicos. A noção de auto-identidade, portanto, trata de um processo de criação, sustentação e continuação de uma narrativa biográfica referida internamente. Não se pode dizer, nesse sentido, em perder, achar ou reunir identidades fragmentadas (assim o autor se distancia das discussões

sociológicas e principalmente antropológicas atuais sobre identidades). Não se trata também de um epifenômeno, percebido somente na infância ou adolescência. Consoante com o estilo de vida, com a auto-reflexão da modernidade, enfim, com as demandas às quais os indivíduos se deparam, essa identidade supõe uma narrativa, uma forma de organizar o mundo à sua volta, de modo pessoal. A auto-identidade não se trata, portanto, de um conjunto de escolhas feitas pelos indivíduos ou de seus percursos de vida, antes, é a forma com a qual ele faz tais escolhas, refletindo, gerenciando, revendo, desfazendo e refazendo suas tomadas de decisão.

Complementarmente, Giddens ressalta que é importante para os agentes terem espaços em que possam ser totalmente honestos consigo mesmos. Dessa forma, é possível rever os acontecimentos, as escolhas feitas e as pessoas com as quais se relacionou, e conferir a esses cenários novas cores, introduzir ou alterar falas e passos, colocar numa nova ordem. Dessa forma, trata-se de constituir um "eu" reflexivo, corrigindo o passado e antecipando o futuro. A autobiografia tem essa função de remodelar a história de vida do indivíduo por meio de suas próprias mãos. Assim:

"(...) a autobiografia — particularmente no sentido amplo de uma auto-história interpretada, produzida pelo indivíduo em questão, seja escrita ou não — está realmente no centro da auto-identidade na vida social moderna. Como qualquer outra narrativa formalizada, ela é algo que deve ser trabalhado, e certamente demanda esforço criativo". (GIDDENS, 2002, p.75)

Anthony Giddens elabora um conceito que aponta para uma característica que segundo ele é própria da época vigente. Essa habilidade compatível e desenvolvida pela modernidade não tem sido até então valorizada como objeto de investigação científica. Uma ressalva importante nesse sentido é que o autor, ao propor o conceito de "auto-identidade", faz uma junção tanto do que é vivenciado por um recém nascido até o que é maturado na idade adulta. Giddens faz isso por meio da pontuação dos mecanismos de "confiança básica" e "segurança ontológica. Para tratar de "auto-identidade", ele lança mão de certa engenharia de formação da mente e da personalidade. Nesse sentido, o autor explica que a "segurança ontológica" é o que oferece respostas às questões existenciais: interrogações sobre a finitude da vida, sobre a origem do ser em termos de realidade, questionamentos quanto à percepção de outras pessoas, enfim, perguntas sobre a coerência do que é presenciado pelo indivíduo. Para responder a essas questões, as relações de confiança desenvolvidas nos primeiros vínculos ("confiança básica") são responsáveis pela consolidação de um real, por um sentido de "irrealidade" que conforta e protege contra ansiedades

e ameaças potenciais. Destarte, ele percorre outro trajeto que não o dos “estudos culturais”, conferindo à identidade um caráter bem afim às características da modernidade reflexiva.

Algumas considerações

Pensar as relações de amizade na contemporaneidade é um caminho muito extenso que pode ser realizado por várias veredas diferentes. A opção por trabalhar esse tema se deve ao fato de muito já ter sido dito a respeito de um “dever ser” da amizade e quase nada na direção de uma teoria social dos afetos. O designo cunhado aqui é o de cooperar homeopaticamente nesse último sentido. Para isso, é necessário acrescentar que algumas impossibilidades impediram a citação pontual de um trabalho importante nesse trato¹⁰. Acredita-se, todavia, conseguir dar um passo adiante por meio da inserção de categorias giddensianas para se pensar a amizade nos dias de hoje. Com essa proposta, contudo, não ignoro que outras possibilidades de entendimento serão inevitavelmente obscurecidas, como por exemplo, uma discussão relativa a outros aspectos da sociabilidade que poderia ser apresentada por meio da consideração de Bauman, Simmel ou Mauss (entre outros), passíveis de serem relacionadas ou complementarem a noção de amizade atual.

Giddens também é sensível em notar as transformações da esfera íntima como duplamente relacionada à modernidade. Por um lado, ele acentua que mudanças nessa esfera são decorrentes de transformações “macro”, mas também declara que as alterações “micro” podem e têm arrolamento com formas institucionais. Essa defesa confere ao

indivíduo a possibilidade de exercer mudança, inclusive no que diz respeito à afetividade amical, visto que trata da institucionalização do privado como produto da rotinização de ações individuais para as quais há liberdade de decisão.¹¹ Esse raciocínio duplo pode ser encontrado em outros escritores, mas no autor, ele está presente envolvendo a concepção de identidade e deve ser enfatizado. Citando-o:

“A modernidade deve ser entendida num nível institucional; mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual, e portanto com o eu. (...) O eu não é uma entidade passiva, determinada por influências externas; ao forjar suas auto-identidades, independentes de quão locais sejam os contextos específicos de ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas conseqüências e implicações”. (GIDDENS, 2002, p. 9)

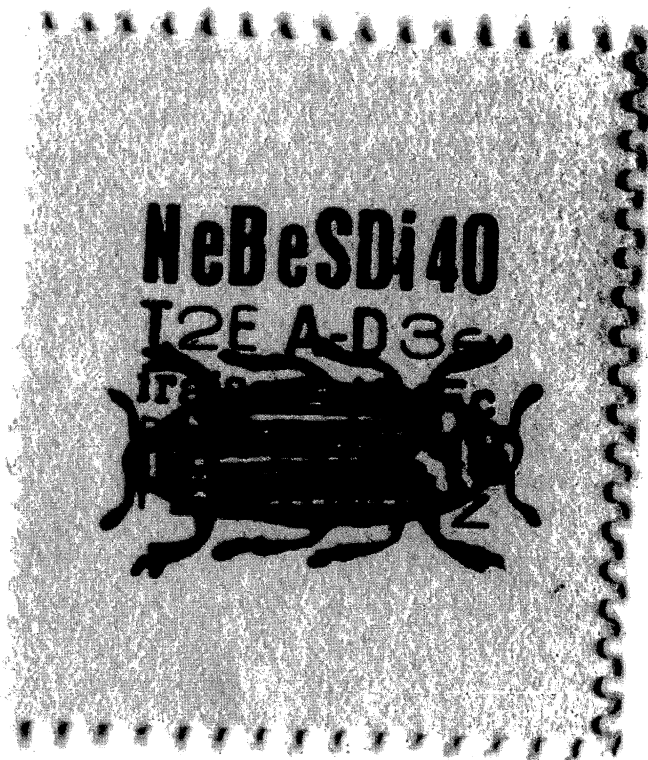
Com isso, se conclui que as mudanças mais singelas nas organizações das amizades podem e devem implicar na promoção de alterações das formas institucionalizadas desse afeto. Em contrapartida, ou no sentido inverso, novas estruturas de afetividade condicionarão as condições em que as amizades serão desenvolvidas.¹²

Assim, vislumbro propor algumas implicações que a nova aptidão de cunho sócio-psicológico (“auto-identidade”) traz para a compreensão das relações amicais. A concepção de que amizade é uma simples aproximação de “iguais” mediada por afinidade, maneira trivial de pensar o afeto entre amigos, é pintada com novos matizes por meio

¹⁰ Alusão a Cláudia Rezende Barcellos. Os significados da amizade.

¹¹ Creio não ser interessante para esse tema entrar nas controvérsias que o raciocínio da estruturação pode gerar. Apesar de não desconhecer essa discussão, tomo Giddens como base para a análise aqui desenvolvida.

¹² Além do exposto sobre a amizade, muito poderia ser pontuado sobre o amor, que é outro tipo de sentimento sempre presente nas tentativas de se definir o que são relações amicais. Entretanto, pensa-se que a exposição desse artigo, apesar de não detalhar o enamoramento, contém descrições (para fins de análise) fidedignas sobre os afetos de amigos.



dessa concepção. Em primeiro lugar, insere-se nesse percurso a idéia de reflexão, que vai além da reflexividade da modernidade tardia. O que se aborda, como já norteado, é a capacidade do agente de ver “por cima” e gerenciar suas próprias atitudes, o que também pode ser suposto para as relações de amizade. Isso não mais significa pensar apenas como se o que funcionasse fosse unicamente um comportamento estímulo-resposta. Não é o fato apenas do indivíduo perceber que o outro não possui as atribuições necessárias para fazer parte de seu grupo de amigos que orientará a definição de uma “rede” de convivência. Mas marcadamente, a capacidade dele em eleger, constituir, estabelecer e comandar um conjunto de próximos de maneira condizente com suas expectativas e anseios. Isso não significa tratar a amizade de forma apenas instrumental e funcional (também não quer dizer descartar essas dimensões), mas é, principalmente, conferir a habilidade de estruturar relações, que vai além da definição de contatos profissionais interessantes.¹³

A auto-identidade, também, é proposta por Giddens tanto como sólida o bastante para assegurar a continuidade de vida ao indivíduo, quanto frágil, suficientemente, que outra história qualquer poderia ser contada em detrimento da atual. Nesse sentido, se assim mesmo o for, as relações de amizade podem contribuir para a história de vida pessoal. Isso só seria legítimo (consoante com o pensamento giddensiano) com a validação dos agentes, ou seja, se os indivíduos corroborassem, mesmo que de forma indiretamente consciente, para que outros interferissem em suas tomadas de decisões, das menores, como comprar uma roupa, a maiores tais como ingressar numa universidade, fazer um aborto, mudar de país, se casar..

Concomitantemente, é possível supor baseado nas asserções já mencionadas, que as relações de amizade propiciam aos indivíduos a montagem um leque que forneça parâmetros comparativos, ou seja, elementos de possíveis atitudes, que os levem a (re) constituírem, (re) significarem e (re) ordenarem a própria percepção, servindo de recursos para suas ações. Isso significa dizer que a credibilidade nos amigos faz funcionar uma engrenagem que configura (talvez até não conscientemente) quais são as coisas certas e erradas, aquilo que deve ou não ser feito; por meio da junção de uma (ou mais) “moral” que é reunida. Nesse sentido, se relacionar com um amigo implicaria em escolher não só a amizade, mas, se aquele indivíduo fará parte das referências que se quer colecionar. Isso levaria a pontuar os vínculos de amizade nos dias de hoje como significativamente presentes na organização da vida dos agentes. E se isso for observável, a amizade precisa voltar a fazer parte de uma agenda de pesquisa sociológica.

Outra possibilidade a ser apontada é uma analogia entre relações de amizade e as fragilidades do que Giddens chama de “casulo protetor”. Para ele, “confiança básica” e “segurança ontológica”

dão origem a essa carapaça de proteção que filtra perigos potenciais, protegendo o indivíduo de ansiedades e ameaças a sua integridade. Essa casulo é um sentido de “irrealidade” que coloca entre parentes riscos eminentes que abalam a sensação de segurança indispensável ao seguimento da rotina. Ressalta-se que apesar da “segurança ontológica” e a “confiança básica” estarem confinadas às relações das crianças com os cuidadores, o casulo pode ser abalado até mesmo na vida adulta, pode ser rompido temporariamente, e prejudicando o indivíduo em sua trajetória. O que poderia afetá-lo, segundo o autor, são acontecimentos que remetem às questões existenciais de alguma forma, como acidentes de carro, mortes de parentes e conhecidos, entre outros. Com o tempo, o casulo é restaurado e a normalidade reina novamente. Como dito:

“Confiança, relações interpessoais e uma convicção da “realidade” das coisas andam de mãos dadas nos ambientes sociais da vida adulta. As repostas do outro são necessárias na sustentação de um mundo “que é observável” e “que responde”, e no entanto não há como confiar em termos absolutos”.(GIDDENS, 2002, p. 53)

As relações de amizade podem ter influência nesse processo de re-erguimento do casulo, não mais no sentido de firmarem uma confiança que é básica e seria formada na infância, mas na possibilidade de em conversas de intimidade restaurarem a segurança momentaneamente perdida. A partir do ponto que se é considerado que os amigos podem oferecer suporte a um rompimento de matrimônio ou à saída da casa dos pais, essas interferências se tornam mais significativas; pois se passaria a recorrer ao(s) amigo(s) para a obtenção de recursos que apoiassem as ações individuais. Se essa hipótese for percebida como faceta do “real”, os amigos estarão amplamente envolvidos com as respostas que os agentes se dão quanto a assuntos cotidianos ou até mesmo na constituição de uma veracidade dialógica a respeito da existência.

Conforme aponta Alberoni (apesar de pensar que isso serve para a amizade em qualquer época da vida), relacionar-se com o outro é descobrir a diferença e o risco da solidão individual, é perceber tanto as desigualdades quanto as semelhanças, é se descobrir. É, deste modo, uma outra forma de se relacionar consigo mesmo. O amigo é visto como alguém que aponta o caminho condizente com nossos gostos e preferências, mas sem o qual não seria possível enxergar sozinho. Ele não é ditador de suas próprias vontades, mas, na medida em que se relaciona permite ao outro a descoberta de coisas que não poderia fazê-las sem a ajuda dele. Alberoni defendia que esses eram atributos de uma amizade universal, mas percebeu essas características em pleno século XX, apontando muito pouco para a crise (ou simplesmente mudança) desse tipo de afeto, o que me

¹³ Nesse ponto é importante acrescentar que há novas formas de extensão e gerência do grupo de amizade, como a internet, blogs e espaços afins. Além disso, outros tipos de convivência podem estar sob a égide da amizade. Não obstante, essas são dimensões para outros trabalhos.

permite pensar que ele vislumbrava essa relação ideal ainda nos dias de hoje.

Final

Ainda é proveitoso pensar as afetividades entre amigos e como elas estão dispostas no cenário brasileiro do século XXI. Nota-se em diversas obras, que praticamente até o século XVIII, a história da *amicitia* era uma história da amizade masculina. Os laços afetivos entre as mulheres ou passavam despercebidos, ou nem sequer existiam. Além disso, os vínculos amicais (se é que ao dar a eles esse nome não utilizamos de uma concepção moderna) se apropriaram da sexualidade e a tinham como prática inerente. Por motivos diversos (possíveis de serem pontuados em tese) como a incorporação do sexo e do amor pela família por meio do matrimônio, a formulação da categoria "homossexual" e do "homossexualismo",

entre outros, a amizade há que ser repensada enquanto prática de convivência. Mesmo que atualmente já se aponte, até por deduções de senso comum para uma decadência da família enquanto instituição social, é preciso verificar quais são os atributos que a amizade pode lançar mão.

Concluindo, Anthony Giddens não tem uma teoria das relações de amizade e revisitá-lo por meio dessa temática também seria também proveitoso. No entanto, a proposta de usar a teoria da "auto-identidade" para se pensar as afetividades entre amigos é apontar caminhos estimulantes para realizar observações práticas¹⁴ e poder perceber a importância da amizade e sua influência. Isso me faz pensar que o vínculo de amizade hoje pode estar resignado a ser somente instrumental, como muitas vezes tem sido; ser a impessoalização da(s) rede(s) de amigos, ou existir apenas como resíduo de um tipo de vínculo que em breve desaparecerá do cenário intersubjetivo subsumido por outra forma de sociabilidade.

Submetido em Agosto de 2007
Aprovado em Outubro de 2007



¹⁴ O trabalho aqui exposto é parte das elucidações teóricas que dão suporte para a pesquisa prática que estará sendo realizada seqüentemente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERONI, Francesco. (1989) *A amizade*. Rio de Janeiro
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. (1997) *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. da UNESP.
- CÍCERO; SOUZA, Gilson César Cardoso de. (2001) *Da amizade*. São Paulo: Martins Fontes.
- ELIAS, Norbert. (1995) *A sociedade de corte*. Lisboa: Estampa.
- _____. (1990-93) *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2 v
- GIDDENS, Anthony. (2003) *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1993) *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo.
- _____. (1991) *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP.
- _____. (2002) *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- _____. (1983) *Profiles and critiques in social theory*. Berkeley: University of California.
- GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (1999) *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. UNESP.
- ORTEGA, Francisco. (2002) *Genealogias da amizade*. São Paulo: Ed. Iluminuras.
- SILVA, Tomaz da Silva; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (2003) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- STINCHCOMBE, Arthur L. (1968) *Constructing social theories*. New York: Harcourt, Brace & World.
- VINCENT-BUFFAULT, Anne. (1996) *Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Políticas públicas do Governo do Estado do Rio de Janeiro para o uso do trabalho da mão-de-obra prisional como elemento de ressocialização

Carolina Gagliano Rodrigues

Graduanda em Ciências Sociais / UFF

Palavras-chave: Ressocialização; trabalho prisional; políticas públicas; Rio de Janeiro.

Key Words: Re-socialization; prison labor; public policies; Rio de Janeiro.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é refletir sobre as políticas públicas adotadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para o uso da mão-de-obra prisional, entendendo que o trabalho atua como um importante elemento de ressocialização do indivíduo condenado à pena privativa de liberdade. Partindo de uma concepção de políticas públicas proposta que entende como tais "o que o governo escolhe ou não fazer", foram pesquisadas as medidas adotadas nos últimos governos relacionadas à administração dos presídios, para se perceber qual é ou quais são políticas adotadas pelo Estado para a promoção do trabalho dentro dos presídios.

ABSTRACT: This essay intend to reflect on public policies adopted by the Government of Rio de Janeiro State in the using of prison labor, accepting that work acts as an important element of re-socialization of man under private penalty of freedom. Beginning by a conception of proposed public policies understood at the same time as "what the government chooses or not to make", the procedures adopted in the last governments concerning to the penitentiaries administration had been searched, identifying which is or which are the adopted policies by the State to the promotion of labor inside penitentiaries.

Introdução

O presente trabalho nasceu como inquietação após uma visita técnica à Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira, localizada dentro do Complexo Penitenciário de Bangu, o mais famoso da cidade do Rio de Janeiro e talvez um dos mais noticiados pela imprensa brasileira na atualidade, orientada pela professora Edna del Pomo de Araújo, docente do departamento de sociologia da Universidade Federal Fluminense. O objetivo deste trabalho é fazer uma análise sobre as políticas públicas adotadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para o uso da mão-de-obra prisional como elemento de ressocialização do indivíduo condenado à pena privativa de liberdade.

Apesar de se tratar de uma penitenciária industrial que teoricamente deveria assegurar condições de trabalho para todos os seus internos, não foi difícil constatar que o trabalho é um privilégio para poucos. De acordo com a literatura corrente a respeito do assunto produzida principalmente entre juristas e representantes do sistema penitenciário o trabalho, tanto dentro quanto fora da penitenciária, é um forte fator de reintegração do indivíduo preso à sociedade de modo a evitar a reincidência criminal e conseqüente retorno à cadeia, sendo o ócio prisional um fator de estímulo ao egresso. (MARIÑO, 2002). Na literatura sociológica, historiográfica ou filosófica essa

idéia já não é consensual. O trabalho penal é apontando muitas vezes como uma tentativa de inculcação do hábito do labor nos indivíduos, o que seria fundamental para o funcionamento do sistema capitalista, mas inútil no que diz respeito reintegração dos infratores ao convívio social pleno.

Este trabalho pretende problematizar a questão do trabalho dentro do sistema prisional do Rio de Janeiro, sobretudo, com relação às ações efetivas do Governo Estadual (responsável direto



pela administração dos presídios) para a promoção de acesso do preso ao trabalho dentro da penitenciária.

Metodologia

Foi feita uma visita técnica à Esmeraldino Bandeira, fundamental para a reflexão sobre a indagação que este trabalho pretende começar a responder, ainda que sem a pretensão de esgotar o assunto. A partir desta visita, será acrescentada uma reflexão teórica sobre políticas públicas e sobre sistema penitenciário com base em livros e artigos acadêmicos. A linha teórica adotada para a conceituação de políticas públicas é a proposta por Dye (1984), que define política pública como "o que o governo escolhe ou não fazer" (SOUZA, 2006). Para a compreensão do trabalho prisional como elemento de reintegração social o maior respaldo é encontrado dentro do próprio Código Penal Brasileiro, como podemos verificar nos comentários do jurista Júlio Fabbrini Mirabete à Lei Nº. 7.210 ou de Lei de Execuções Penais, além de ser recorrente no discurso de quem trabalha dentro do sistema penitenciário. Há que se considerar ainda a dimensão política do trabalho do preso. Não só fator de reintegração do preso ao convívio social, o trabalho prisional também movimenta a economia do estado e contribui para a redução de custos que o Estado tem com cada preso, que atualmente é de cerca de R\$ 931,00 mensais.¹

Além disso, foram pesquisadas no site da ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) todas as medidas adotadas nos últimos governos relacionadas à administração dos presídios, a fim de se refletir qual é ou quais são as políticas públicas adotadas por estes governos para assegurar o trabalho prisional.

A princípio, pretendia-se um recorte analítico para as duas últimas gestões, ou seja, dos governos de Anthony Garotinho (1998-2002) e Rosinha Garotinho (2002-2006), mas dada a dificuldade em reunir material suficiente para análise foi feito um recorte do período de 1977 em diante. O ano de 1977 foi tomado como referência por ser um marco para o trabalho prisional no Rio. Neste ano foi instituída a Fundação Santa Cabrini, órgão vinculado à Secretaria de Administração Prisional (SEAP) que atua como regulador do trabalho prisional remunerado no Estado do Rio de Janeiro.

Emprego e desemprego fora dos presídios

Fora do universo prisional, dados oficiais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que a taxa de desocupação (percentual de pessoas desocupadas procurando trabalho entre os economicamente ativos), é estimada em 10,1%² para o mês de maio de 2007. Para o estado do Rio de Janeiro, este mesmo índice está mensurado 8,0%. Dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) apontam um índice de

desemprego de 16,4%³ para o mesmo mês.

Apesar das diferenças metodológicas que dão as diferenças entre os índices, em síntese uma leitura superficial desses dados permite dizer o que é notório e consensual em nossa sociedade: o alarmante contingente de pessoas em busca de uma ocupação remunerada.

Dessa forma, esbarramos numa questão conjuntural que abre espaço para uma indagação de cunho ético. Se, para o indivíduo que anda conforme a lei está difícil obter uma ocupação, e mais, uma ocupação remunerada de qualidade, por que oferecer empregos para um indivíduo infrator condenado? Este trabalho não pretende oferecer uma resposta a esta questão, mas essa problemática serve para refletir sobre a enorme dificuldade em se oferecer postos de trabalho dentro das penitenciárias.

A Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira

A Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira situa-se dentro do Complexo Penitenciário de Bangu, localizado no município do Rio de Janeiro. Inaugurada em 1957, sua arquitetura é diferente da proposta para as penitenciárias atuais. Seus muros são menos altos e há uma área verde bastante considerável para uma penitenciária. A principal característica do presídio já está apontada no próprio nome. O fato de ser uma penitenciária industrial significa que os presidiários trabalham simultaneamente ao cumprimento da pena o que, sem dúvida alguma, faz com que esta seja uma unidade referência na ressocialização dos indivíduos ali detidos e se configure como exceção no regime carcerário do estado.

Há 4 turmas de guardas que fazem a segurança nos 2 pavilhões (A e B) do presídio, que tem capacidade para 992 presos, mas que, de acordo com o chefe de segurança, durante os últimos meses não tem abrigado o efetivo pleno.

Os pavilhões contam com 8 celas coletivas com capacidade para 162 detentos cada. As celas possuem um aspecto desorganizado e sujo dado o grande contingente de pessoas vivendo no mesmo lugar. As roupas lavadas e postas para secar dentro das celas conferem umidade e mofo ao local. Cada preso tem sua própria cama e, na medida do possível, eles procuram decorar o ambiente com recortes de jornais e revistas, bem como improvisar divisórias com papelão para a garantia de uma privacidade mínima.

A Penitenciária é de regime fechado e segurança média. Os detentos cumprem pena de até 15 anos. A maioria está lá por ter cometido crimes de tráfico e roubo, mas há também condenados por homicídio, estelionato entre outros delitos.

A rotina da penitenciária é bastante intensa. São feitos ao dia 2 "conferes" que são as contagens dos presos. Após o 1º confere da manhã os pavilhões são abertos para a circulação e trabalho dos detentos e à noite é feito um novo confere para o recolhimento deles e o fechamento dos

¹ Extraído do site da Fundação Cabrini. www.santacabrini.rj.gov.br Acesso: 18 jun. 07.

² IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego (PME) - Maio de 2007. A PME produz mensalmente estimativas de emprego e desemprego para 6 regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

³ DIEESE - Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) - Maio de 2007. A PED produz mensalmente estimativas de emprego e desemprego também para 6 regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal.

pavilhões. À noite os inspetores tomam conta da unidade e se tornam responsáveis por qualquer ocorrência. Todo o presídio é monitorado por câmeras.

Apesar de se denominar uma Penitenciária Industrial verificou-se que o trabalho, principalmente remunerado, constitui-se como privilégio, o que propicia a existência de atividades informais exercidas pelos presos dentro das celas como serviços de cabeleireiro, lavagem de roupas, arrumação de camas e um comércio intenso de produtos como doces, biscoitos e produtos de limpeza. Esses são os serviços informais permitidos pela administração do presídio e a moeda de troca oficial para eles é o dinheiro propriamente dito.

Lá funcionam, entretanto, atividades de trabalho formais tais como uma padaria industrial, uma fábrica de tijolos ecológicos e um grande galpão onde funcionam algumas empresas. Dentro desse galpão há produções de peças artesanais como miniaturas de fontes de água e vasos de cerâmica, pinturas em tela, marcenaria e serralheria onde cadeiras, jogos infantis e outros itens são produzidos. Há também uma fábrica de placas e uma fábrica de embalagens de quentinhas, que fornece o produto para todo o complexo. Um trabalho interessante é feito por uma grande empresa, que ocupa mão-de-obra prisional para a reciclagem de *pallets* de madeira. Há ainda uma mini-horta cuidada pelos detentos, bem como auxílio às atividades administrativas e burocráticas da penitenciária.

Para o exercício dessas atividades formais, as empresas se instalam dentro da Penitenciária através de uma intermediação promovida pela Fundação Santa Cabrini, cuja missão institucional foi assim definida:

"A Fundação Santa Cabrini é o órgão estadual responsável pela gestão do trabalho realizado pelos internos do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de promover a ressocialização e a profissionalização do detento, facilitando sua reinserção na sociedade. Cabe à Fundação oferecer postos de trabalhos aos presos, bem como garantir a remuneração destes e a redução da pena em um dia a cada três dias trabalhados".⁴

Podemos destacar algumas dimensões que o trabalho prisional assume para o governo do estado:

- o trabalho é considerado um fator de ressocialização do indivíduo condenado;
- tem caráter profissionalizante, admitindo que o preso futuramente sairá do presídio;
- o trabalho é pago com remuneração e remissão de pena.

Nesse sentido a Fundação faz a intermediação entre empresas que queiram se utilizar da mão-de-obra prisional e as instituições penitenciárias.

sa se dispõe a instalar sua unidade industrial dentro do presídio, disponibilizando o maquinário apropriado e os insumos necessários. Em outros casos, a instituição estabelece convênios com órgãos públicos ou não governamentais (ONG) para a execução de programas e projetos destinados à ocupação e profissionalização da população carcerária".⁵

Na visita à Penitenciária, pôde-se perceber que algumas empresas que já operaram lá dentro foram fechadas, como uma fábrica de fraldas, outra de produtos hospitalares e ainda um ônibus-escola que servia para aulas de mecânica, mas que estava desativado. De acordo com os agentes penitenciários isso não chega a ser um fenômeno constante, mas estaria relacionado às próprias regras do mercado. Quando uma empresa não repassa as verbas destinadas à Fundação para o pagamento contratual e da mão-de-obra ela é desativada da unidade prisional. De acordo com os agentes penitenciários, neste caso, a mão-de-obra destas empresas é realocada para outros postos.

Apesar dos vários argumentos, de ordem pragmática ou mesmo filantrópica, que podem ser apresentados para o investimento e geração de empregos nas penitenciárias não foram percebidas grandes ações por parte da Fundação no sentido de estimular novos contratos ou mesmo manter os já existentes.

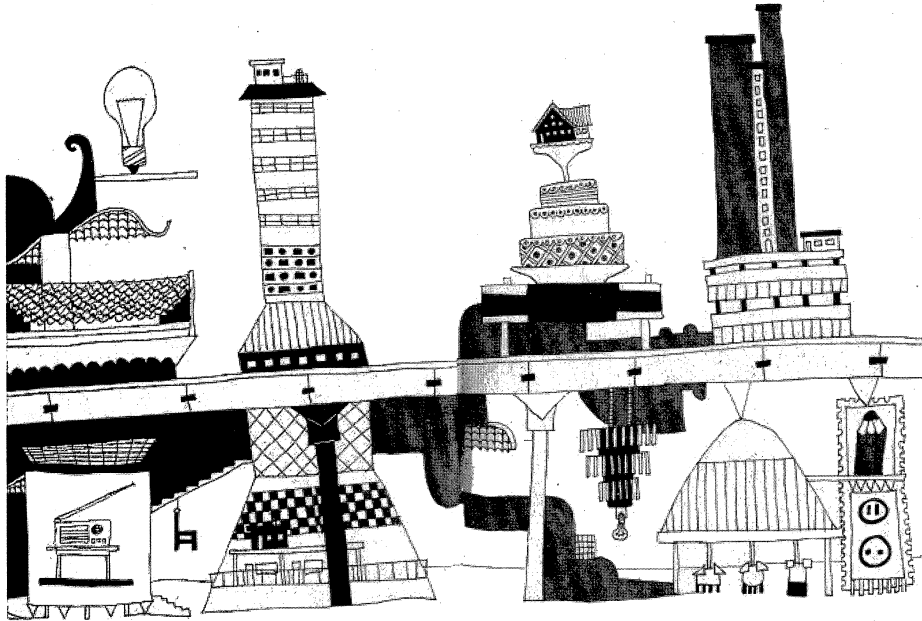
Trabalho, poder e ressocialização

Teoricamente, vários autores propõem discussões sobre o trabalho prisional. Rushe e Kirchleimer (1939) analisam o desenvolvimento das formas e métodos de punição com uma abordagem materialista histórica. A idéia principal é a de que "Todo sistema de produção tende a descobrir punições que correspondem às suas relações de produção". Isto significa que em última instância a economia seria o determinante das sanções do sistema penal. Sendo assim, as mudanças históricas dos métodos de punição, que incluem formas de tratamento mais brandas aos prisioneiros principalmente no abrandamento dos castigos físicos corporais, seriam resultantes não de uma mudança puramente ideológica relacionada com considerações humanitárias, e sim com o desenvolvimento de um novo sistema econômico. Essas modificações estariam relacionadas com a possibilidade de exploração do trabalho dos prisioneiros; material humano à disposição das autoridades em um contexto de profunda escassez de mão-de-obra.

Sem a formação do que Marx denomina como "exército de reserva", os salários dos trabalhadores eram elevados a níveis que tornavam as condições dos proprietários pior que a dos seus trabalhadores como afirma De La Court; ou nas palavras de Elsas fazia com que "salário real correspondesse ao suprimento da força de trabalho" (in RUSHE & KIRCHLEIMER, 1939). As conseqü-

⁴ Fundação Santa Cabrini. *op. cit.*

⁵ *idem*



ências para o sistema penal foram suspensões ou reduções das execuções. Um criminoso vivo e apto poderia ser utilizado para fins militares ou para trabalhar nas indústrias.

A força de trabalho disponível para o controle do Estado era o contingente de trabalhadores que exerciam atividades ilegais tais como mendigos e prostitutas e os que eram seus assistidos por lei e/ou por tradição como viúvas, loucos, órfãos. A história das políticas públicas voltadas para esses grupos poderia então, ser melhor compreendida sob uma ótica em que são combinados elementos de caridade e de direito penal para sua formulação. (RUSHE & KIRCHLEIMER, 1939).

Modificações na legislação para a mendicância, tais como o surgimento das casas de correção no século XIV e das *workhouses* no XVI permitia que o Estado utilizasse o material humano à sua disposição para o trabalho. Essas instituições combinavam aspectos de instituições religiosas e penais com o objetivo transformarem os socialmente indesejáveis em força útil de trabalho.

Para Foucault a punição é vista como uma função social complexa e as análises dos métodos punitivos devem ser encaradas como técnicas específicas no campo mais geral dos processos de poder. A tecnologia do poder estaria baseada no princípio da humanização da penalidade e no conhecimento do homem.

A disciplina aplicada nas sociedades contemporâneas, nas quais a vigilância constante sobre o corpo exercida por meio de instituições que seguem o modelo panóptico idealizado por Bentham, é em si um tipo de poder, uma tecnologia política que permitiria o controle sobre os indivíduos.

Foucault sugere que as práticas de punição, devem ser entendidas como parte integrante da história do corpo político e não meramente como conseqüências jurídicas.

A punição perde seu caráter sensorio para uma economia de suspensão de direitos e bens como a liberdade. A execução passa a visar à alma e não mais o corpo. Apesar disso a punição restritiva de liberdade e impositória do uso

do tempo do condenado continua atuando com complementos punitivos referentes ao corpo tais como redução alimentar, privação social, confinamento em locais insalubres entre outras. A isso o filósofo denomina de "economia do castigo".

Foucault é um dos pensadores mais pessimistas com relação ao uso do trabalho penal enquanto elemento de um projeto de regeneração do prisioneiro. A sua hipótese é de que a prisão contemporânea desde suas origens esteve ligada a um projeto de transformação dos indivíduos. Nesse sentido a visão de que sua concepção estaria atrelada à idéia de um depósito de delinqüentes não seria verdadeira. A prisão deveria ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto à escola, a caserna ou o hospital e agir com precisão sobre os indivíduos. O fracasso do sistema penitenciário é constatado quase simultaneamente à formulação do projeto. Por volta de 1820, já haveria registros da prisão como fábrica de novos criminosos ou como instituição responsável por afundar os prisioneiros ainda mais na criminalidade.

O papel do trabalho penal na economia geral seria então de moldar, de dar a forma ideal do trabalhador ao indivíduo. A concepção primitiva do trabalho penal seria o aprendizado da própria virtude do trabalho. Não ensinar nada para que os prisioneiros nada pudessem fazer saindo da prisão.

O filósofo indica que a própria concepção de trabalho penal poderia ter sido formulada justamente com o intuito de produzir entre delinqüentes e operários um desentendimento fundamental para o funcionamento do sistema capitalista: a concorrência entre a mão-de-obra do operariado e a mão-de-obra prisional.

Analisando o sistema penitenciário francês do século XIX a historiadora Michelle Perrot segue as idéias foucaultianas. Assim como Foucault ela também aponta o encarceramento como pilar da organização penitenciária contemporânea e assinala a questão da reincidência verificada já naquela época. Enquanto a prisão fracassava, triunfava a exclusão.

Os condenados à prisão eram em boa parte oriundos das classes proletárias mais pobres. Uma espécie de subproletariado enche as prisões de tal modo que estas passam a ser concebidas para eles em função de seu nível econômico e cultural.

Já no século XIX a reincidência ao crime chama a atenção dos estudiosos pelo elevado índice. Os reincidentes - classificados muitas vezes como rebeldes a todo tipo de trabalho - eram marginalizados e excluídos. O sistema penal ao invés de reintegrar, como se supunha no seu projeto inicial, expulsa, evacua e suprime aqueles a quem considera como irrecuperáveis.

A exclusão conforme Perrot serviria à finalidade de defender a sociedade industrial burguesa fundada sobre a propriedade e sobre o trabalho. Aos prisioneiros cabe o trabalho e o uso sistemático do tempo - pivôs do sistema. Os hábitos do trabalho e da poupança são impostos. O ensino é aplicado de forma limitada, pois o excesso de instrução era considerado pernicioso aos condenados. A moral das prisões consistiria justamente em proclamar as virtudes do trabalho aos infratores. Apesar de um discurso de ressocialização, o que a historiadora verifica são homens destruídos pelo regime penal, sem quaisquer chances de reintegração à sociedade após a saída da cadeia.

No âmbito da produção científica e acadêmica nacional sobre o tema, Thompson (1976) classifica os estabelecimentos prisionais a partir de seus objetivos definindo as penitenciárias como estabelecimentos que tem por alvo "punir retributivamente, prevenir pela intimidação e regenerar através da ressocialização, exige a lei que propicie aos convictos: isolamento, durante o repouso noturno, e trabalho remunerado" (THOMPSON, 1976). O autor aponta ainda a incoerência quanto às finalidades da pena de prisão, que seriam três: punir de modo a retribuir o mal causado, prevenir novas infrações através da intimidação e regenerar o preso transformando-o de criminoso em não-criminoso. Ele aponta ainda que o Código Penal Brasileiro de 1969 determina em seu artigo 37 que a pena deve exercer sobre o condenado "ação educativa no sentido de uma recuperação social" e no artigo 52 "O tratamento penitenciário terá como objetivo a preparação do apenado para a vida livre futura na sociedade" (in THOMPSON, 1976). O problema se daria justamente na concepção de uma "punição reformadora", já que punir e intimidar são atos incoerentes com qualquer tentativa de ação pedagógica. Baseado em Galtung, Thompson aponta as incompatibilidades entre a função punitiva da atividade terapêutica, que contribuiria para a ressocialização do preso. Desta forma qualquer elemento que se pretenda utilizar, de modo a contribuir para a regeneração do indivíduo infrator deve ter esse caráter terapêutico. Mas, como o próprio autor indaga e responde à sua questão, é impossível um sistema penitenciário exclusivamente regenerador e sem caráter punitivo.

De acordo com a Lei de Execuções Penais, do Código Penal Brasileiro, no seu artigo 28 "o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.". A LEP prevê ainda que o trabalho, obrigatório, tenha remuneração mínima de três

quartos do salário mínimo, bem como redução de 1 dia de pena para cada três dias trabalhados, além de finalidade educativa e produtiva.

Observa-se que a LEP ao considerar que um dos objetivos do trabalho prisional é a formação profissional do condenado, admite a idéia de que este é um elemento de reinserção ao convívio social pacífico.

De acordo com Mirabete (1990) em seus comentários à LEP:

"O trabalho prisional não constitui, portanto, per se, uma agravamento da pena, nem deve ser doloroso e mortificante, mas um mecanismo de complemento do processo de reinserção social para prover a readaptação do preso, prepará-lo para uma profissão, inculcar-lhe hábitos de trabalho e evitar a ociosidade. Exalta-se o seu papel de fator ressocializador, afirmando-se serem notórios os benefícios que da atividade laborativa decorrem para a conservação da personalidade do delinqüente e para a promoção do "autodomínio físico e moral de que necessita e que lhe será imprescindível para seu futuro na vida em liberdade, como ensino Belaustegui". (MIRABETE. 1990, p.110)

Nas palavras de Jaime Melo de Sá, atual Diretor-Presidente da Fundação Santa Cabrini e representante do sistema penitenciário estadual:

"O trabalho é a única forma de se buscar a regeneração do preso pois, qualificado, ele terá mais chance de se redimir ao retornar à sociedade. Para tanto, é preciso que os governos colaborem dando-lhes oportunidades de ocupação em atividades que possam agregar valor econômico e profissional, tais como reforma e confecção de móveis escolares, fabricação de uniformes e roupas hospitalares, fraldas geriátricas, artefatos de madeira e outros. Se imaginarmos que todas as pessoas que cometeram crimes não serão mais capazes de se recuperar, não teremos mais condições de viver em sociedade, pois o conceito mais nobre, que é o da vida, não terá mais sentido". (IDEM)

Políticas públicas

A temática "políticas públicas" é um tanto quanto controversa. Várias definições são possíveis de ser aplicadas, mas como já foi apontado para a discussão que se pretende neste trabalho foi feita uma opção metodológica por uma corrente teórica específica. Dye (1984) define políticas públicas como aquilo que o governo escolhe ou não fazer, seguindo Bacharach e Baratz (1962) que defendiam que a escolha de um governo por não agir mediante determinado problema também é uma forma de política pública (SOUZA, 2004).

É quase um consenso, entretanto, entre as diversas correntes, que o Estado – através dos governos – é a instituição que por excelência promove políticas públicas. Dado que é o único agente com capacidade de promover ações universais, no sentido de atingirem a toda uma sociedade, e que essas políticas para serem públicas precisam ser revestidas desse caráter universalista é que foi adotada a concepção do Estado como único promotor legítimo de políticas públicas, em contraposição a outros atores sociais tais como movimentos sociais, sindicatos, ONGs e etc. Esses outros atores sociais podem participar no processo decisório da elaboração das políticas públicas, mas como resultado de um embate e conflitos entre os diversos agentes envolvidos numa determinada disputa de interesses e não como elaboradores e executores. (SOUZA, 2004).

Mas, para este trabalho, adota-se a concepção mais convergente entre diversos autores que discorrem sobre o assunto de que políticas públicas implicam não apenas numa decisão política, mas também em implementação, execução e avaliação das medidas adotadas.

Nesse sentido buscamos verificar quais ações os últimos governos do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio dos seus poderes Executivo e Legislativo, adotaram ou deixaram de adotar para a promoção de trabalho dentro do sistema prisional.

Políticas públicas adotadas no Estado do Rio de Janeiro

Em 1977, ainda sob a égide da ditadura militar, o Governador Floriano Faria Lima através do Decreto-Lei Nº. 360, de 22 de Setembro de 1977 "Autoriza a instituição da Fundação Santa Cabrini para organizar e promover o trabalho prisional remunerado." Esse Decreto-Lei deliberava sobre as atribuições da Fundação, a quem ela se submeteria, a origem dos recursos, a quem caberia administração e outras disposições transitórias.

Essa lei foi modificada no ano seguinte, com a inclusão do seguinte parágrafo no seu artigo 1º:

"§ 1º - A Fundação, na medida de suas possibilidades, proporcionará, também, formação profissional aos presidiários, e colaborará com o Departamento do Sistema Penitenciário no atendimento de suas finalidades, em especial no concernente à segurança à manutenção e a conservação dos estabelecimentos penais, à educação geral dos internos e à prestação de serviço social e de assistência religiosa, as quais poderão estender-se às suas famílias, bem como às das vítimas dos delitos".⁶

No âmbito de competências do Poder Legislativo, no ano de 2000 (governo de Anthony Garotinho), é aprovada a Lei nº 3.416 de autoria do Deputado Carlos Minc que "Dispõe sobre as condições e a efetivação do trabalho dos presidiários do sistema penitenciário de estado do

Rio de Janeiro." Entre outras coisas essa lei prevê a incumbência ao Poder Público Estadual, através do Poder Executivo, de dispor normas e implementar estruturas físicas destinadas à efetivação de atividade laboral por parte dos internos do Sistema Penal Estadual, a consideração do nível de instrução, da formação profissional, e ainda outras aptidões do interno, além de aquisição por parte dos órgãos do Estado de produtos comercializados pela Fundação Santa Cabrini com dispensa de licitação e remuneração do trabalho prisional.

Em parte, essa lei ratifica a Lei Federal nº 7.210 ou Lei de Execuções Penais, bem como "As regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil", instituída em 1994 pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Poucos dias depois de sua publicação, a Lei foi vetada pelo então governador do Estado Anthony Garotinho, através da Lei 3.401/ 2000 que declarou "sem efeito o ato de aprovação da Lei Nº. 3.401, de 09 de maio de 2000."

Cabe ressaltar que há um vácuo 23 anos (de 1977 a 2000) sem leis que falassem diretamente sobre utilização do trabalho prisional. Durante todo esse período, todas as outras medidas adotadas pelo Poder Executivo, no que diz respeito ao sistema penitenciário, estavam relacionadas à instituição de penitenciárias, mudanças de nomes, destinação de verbas complementares e gratificações para os profissionais do sistema, mas nada que tivesse impactos diretos sobre as condições dos presos ou mesmo que estimulasse a geração de postos de trabalho dentro dos presídios ou que melhorasse as condições dos já existentes.

Hoje, há o projeto de lei na Câmara dos Deputados, Nº. 117/2007, de autoria do Deputado Dica, cuja ementa "Autoriza o poder executivo a dispor sobre a utilização de mão-de-obra carcerária e dá outras providências.". Este projeto prevê que o Poder Executivo celebre convênios com outras instâncias do poder público (Secretarias de Estado, Prefeituras Municipais e Ministérios) para a utilização de mão-de-obra de sentenciados recolhidos em estabelecimentos de regime fechado e semi-aberto, para a execução de serviços e a produção de bens de interesse das comunidades próximas ao estabelecimento penal. O projeto contempla ainda que os convênios ofereçam, quando necessário, a formação e o treinamento da mão-de-obra.

Gostaria de ressaltar a justificativa do autor para a transformação do projeto em Lei:

"Dentre as inúmeras formas de combate à violência, uma delas é, com certeza, o combate à ociosidade do sentenciado. Na origem das rebeliões em presídios, fugas em massa, está, além do excesso de população, a cultura de não fazer nada. Já socialmente desajustados e testemunhas de tantas desigualdades, os apenados, se não tiverem uma ocupação digna, quase que certamente além de não serem reinseridos na sociedade, voltarão a delinquir". (Rio de Janeiro. PL Nº 117/2007).

Esse texto mostra o quanto a idéia do trabalho como elemento de ressocialização é corrente dentro dos discursos do poder público, bem como evidencia o fracasso do atual sistema penitenciário.

Com base nesses documentos, podemos concluir, ainda que de forma reduzida ou simplificada, que os governos do Estado do Rio de Janeiro têm adotado uma política de não incentivo ou não incremento do labor prisional, relegando esta questão a segundo plano.

De forma mais global, pode-se pensar que não tem havido políticas públicas de ressocialização do indivíduo condenado à pena privativa de liberdade, dadas as evidências do fracasso do sistema penitenciário com relação ao que seria a sua principal finalidade: transformar o indivíduo transgressor da lei em indivíduo apto a viver em liberdade junto ao restante da sociedade.

Conclusões

Como conclusão pode-se dizer que os governos do Estado do Rio de Janeiro têm adotado já há algum tempo uma política de não promoção ao trabalho prisional e talvez até uma política de não ressocialização do indivíduo condenado à pena privativa de liberdade.

A principal crítica que se fazia ao sistema penitenciário do século XIX era de que a prisão não punia o suficiente. A questão que Foucault coloca com relação a isso é muito pertinente. É justo que o condenado sofra mais do que os outros homens? Poderíamos ampliar a questão da seguinte forma: É justo que o condenado tenha menos acesso a oportunidades de trabalho do que os outros homens?

Ainda que o uso utilitarista do labor prisional, apenas como elemento de aquisição de mão-de-obra barata para atendimento dos interesses capitalistas, ou como imposição do hábito laborial numa sociedade baseada na conflituosa relação entre capital e trabalho, pudesse ser criticado e combatido, nem mesmo esses elementos têm sido considerados para a ocupação do tempo e da força de trabalho dos detentos em atividades economicamente produtivas.

O fracasso do sistema penitenciário em reinserir o indivíduo ao convívio social de forma plena, ou seja, de forma que ele se adapte à vida livre e se sustente de forma lícita, através do seu trabalho, pode ser evidenciado, entre outras formas, na ociosidade e, conseqüentemente, na não-preparação do preso a um mercado de trabalho cada

vez mais exigente.

De maneira mais simplificada nos valem da afirmação de Mirabete:

"Se o Estado tem o direito de exigir que o condenado trabalhe conforme os termos legais, tem o preso o "direito social" ao trabalho (art. 6º, da Constituição Federal de 1988). Como pelo seu status de condenado em cumprimento de pena privativa de liberdade, ou de objeto de medida de segurança detentiva, não pode exercer esse direito, ao Estado incumbe o dever de dar-lhe trabalho". (MIRABETE, 1990, p. 110)

Citando Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994)

"À luz desse entendimento, pode-se inferir que o trabalho realmente constitui precioso elemento para a reintegração social, à medida que ele é um operador fundamental na própria construção do sujeito e, ainda, um mediador privilegiado, senão único, entre inconsciente e campo social, e entre ordem singular e ordem coletiva. Nessa construção do sujeito, envolvem-se não apenas os aspectos concretos do trabalho, mas também os aspectos simbólicos, como seus desejos, suas aspirações".⁷

Ou seja, não apenas como forma de sobrevivência, o trabalho configura-se na própria construção identitária do indivíduo e como estratégia de transformação na auto-concepção que o preso vem a fazer de si mesmo de "criminoso", em "homem trabalhador".

Para concluir utilizo-me das palavras de Lemos, Mazzili e Klering (1997)

"Portanto, para que o trabalho prisional realmente constitua uma estratégia de ressocialização, deve-se basear em ações concretas, e não somente num discurso ideológico; deve levar em conta, principalmente, os aspectos referentes ao desenvolvimento pessoal dos apenados, utilizando e aprimorando sua capacidade de percepção, bem como suas habilidades, para a resolução de problemas complexos e de serem criativos e inovadores, dentro de um processo real de trabalho". (LE MOS, MAZZILI & KLERING, 1997, p. 136)

⁷ DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. Psicodinâmica do trabalho - Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994. apud LEMOS; MAZZILI, & KLERING, 1997, p. 142

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Edna Del Pomo. (2003) *O Circulo Vicioso ou o Retorno Impossível*. (Dissertação de Mestrado).
- BACHRACHB, P. e BARATZ, M. S. (1962.) "Two Faces of Power", *American Science Review* 56: 947-952. apud SOUZA, Celina. (2006) Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. [online], no. 16, pp. 20-45. Acesso: 24 Jun. 07.
- BRASIL. (1984) *Lei de Execução Penal*. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984.
- _____. (1995) *Regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil*. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.
- DYE, Thomas D. (2006) *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984. apud SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. [online]. no. 16, pp. 20-45. Acesso: 24 Jun. 07.
- FANDIÑO MARIÑO, Juan Mario. (2002) Análise comparativa dos efeitos da base socioeconômica, dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal. *Sociologias*. [online]. no. 8, pp. 220-244. Acesso: 23 Jun. 07. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200010&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1517-4522.
- FOUCAULT, Michel. (1977) *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1986) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Graal.
- LEMOS, Ana Margarete; MAZZILLI, Cláudio; KLERING, Luís Roque. (1997). "Análise do Trabalho Prisional: Um Estudo Exploratório". Anais do XXI ENANPAD (Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração), Angra dos Reis, RJ – Disponível em <www.anpad.org.br> Acesso: 22 jun 07.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. (1990) "Execução Penal: comentários à Lei nº. 7.210, de 11-07-84". 3. ed. São Paulo: Atlas.
- PERRON, Michelle. (1988) *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RUSCHE, Georg & KIRCHLEIMER, Otto. (1999) *Punição e Estrutura Social*. Tradução de Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos.
- SOUZA, Celina. (2006) Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. [online]. no. 16, pp. 20-45. Acesso: 24 Jun. 07. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1517-4522.
- THOMPSON, Augusto. (1976) "A Questão Penitenciária". Petrópolis: Vozes.

SITES CONSULTADOS

- ALERJ. Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. <www.alerj.rj.gov.br> Acesso: 20 jun. 07.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos. <www.dieese.org.br> Acesso: 01 jul 07 Fundação Santa Cabrini. Disponível em www.santacabrini.rj.gov.br Acesso: 18 jun. 07. IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <www.ibge.gov.br> Acesso 01 jul 07.

Associativismo e confiança interpessoal: uma abordagem culturalista da política em BH*

Claudia Fioretti Bongianino

Mariah Lança de Queiroz Casséte

Vinicius Baptista Soares Lopes

Graduandos em Ciências Sociais/UFMG

Palavras-chave: Cultura política; associativismo; confiança interpessoal

Key Words: Politic culture; associativism; interpersonal thrust..

RESUMO: A abordagem clássica da Cultura Política apresenta a confiança interpessoal e o *associativismo* como fatores decisivos na dinâmica política de uma dada região. Nesse trabalho, introduzimos uma diferenciação entre *associativismo político e civil*, assim como entre confiança interpessoal difusa e localizada, buscando investigar, à luz dos dados da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (2002), se essa diferenciação produz implicações interessantes para os estudos culturalistas e, em particular, para uma mais ampla compreensão da dinâmica política da capital mineira.

ABSTRACT: The classic approach of Politic Culture presents interpersonal thrust and associative practices as factors that influence political dynamics. In this paper, we introduce a differentiation between political and civil associativism, as well as between a diffuse and localized interpersonal thrust. In doing so, we intend to investigate if this differentiation has implications to the culturalist approach and specially if it gives us a better understanding of the political environment of Belo Horizonte.

Introdução

Uma forma bastante original de se tratar a política é a perspectiva que, comumente, denominamos de Cultura Política. Os pesquisadores dessa área crêem ser importantes em suas análises levar em conta aspectos culturais dos cidadãos, pois a política se constituiria fundamentalmente no campo da *práxis*, realizando-se não apenas no plano teórico, normativo e institucional, mas também na esfera do relacionamento e da convivência entre os indivíduos reunidos em uma mesma comunidade. Seria impossível não considerar tais aspectos nas pesquisas que se realizam em ciência política.

Assim, o adequado desenho institucional não seria suficiente para garantir o bom funcionamento de um sistema político. No caso da democracia, para que haja estabilidade e bom funcionamento institucional, seria necessária a presença de uma cultura cívica.

Assim, no presente trabalho, partimos do pressuposto de que a cultura política pode contribuir para um melhor ou pior desempenho institucional dos regimes políticos, posto que estudos clássicos (PUTNAM, 1996; ALMOND & VERBA, 1963) demonstram que o bom funcionamento da democracia está significativamente relacionado com aspectos subjetivos das pessoas, ou seja, com seus sentimentos, suas atitudes e seu conhecimento em relação ao convívio social e à política.

Nesse sentido, procuraremos realizar uma revisão teórica a respeito dos principais assuntos de estudo da cultura política contemporânea, focando no tema do *associativismo* e da *confiança interpessoal*. Em seguida, buscaremos testar o efeito sobre a confiança interpessoal da participação em associações - introduzindo uma diferenciação entre associações políticas e civis, além

de propor uma distinção entre confiança difusa e localizada (a ser esclarecida adiante) - na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Para tanto, valer-nos-emos dos dados da PRMBH (2002)¹.

Associativismo e Confiança Interpessoal: uma reflexão sociológica

Duas das principais variáveis utilizadas por teóricos e estudiosos para identificar e quantificar a cultura política democrática de uma determinada população tem sido o *associativismo* e a *confiança interpessoal*.

De acordo com a tradição teórica iniciada por Émile Durkheim, uma das maiores fontes geradoras de confiança entre os indivíduos é a participação em associações. Em seus estudos dedicados às modalidades de desenvolvimento

* Agradecemos a imensurável atenção com que a cientista social Luciana Conceição de Lima olhou para esse trabalho, inclusive nos orientando enormemente na feitura da parte estatística. Agradecemos também a revisão atenta do Prof. Dr. Mário Fuks, sempre tão atencioso com os autores desse texto, no sentido de nos possibilitar um refinamento maior de nosso trabalho. Agradecemos, por fim, ao parecerista anônimo pelas sugestões que ajudaram a enriquecer esse trabalho.

¹ A Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PRMBH) foi realizada em 2002 pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Trata-se de uma pesquisa por amostragem probabilística, que reuniu 1029 casos.



de bases sociais morais - as quais implicariam o estabelecimento de vínculos solidários entre os indivíduos -, tal autor destaca que o fato de as pessoas se reunirem periodicamente em eventos nos quais compartilham interesses e objetivos comuns (como agrupamentos profissionais e associações religiosas) promove a difusão de um sentimento de pertencimento ao grupo, gerando o estreitamento dos laços sociais e solidariedade (DURKHEIM, 1899, 1891 e 1996).

Nesse sentido, retomando o núcleo central da teoria elaborada por Émile Durkheim (1989, 1991), seria possível pensar que o agrupamento de indivíduos, promovido pela sua participação em associações, contribui para um maior adensamento dos laços sociais, gerando solidariedade e confiança mútua.

De maneira análoga, para a abordagem culturalista, os sentimentos de solidariedade, confiança e tolerância compartilhados por indivíduos de uma mesma comunidade podem permitir que sejam superados os problemas decorrentes de um "oportunismo" individualista, no qual os sujeitos agem fundamentalmente de maneira isolada e não coletiva, por manterem permanentemente uma atitude de desconfiança, uns em relação aos outros (PUTNAM, 1996).

Dedicamo-nos, pois, à tentativa de compreender em que medida as pessoas, ao se relacionarem entre si e com a arena política por meio de associações formais, desenvolvem a confiança interpessoal. Atualmente, há estudos que mostram ser positiva a relação entre associativismo e confiança interpessoal, cabendo-nos, aqui, pensar essa realidade à luz das peculiaridades da cultura política brasileira e, quando possível, da região metropolitana de Belo Horizonte.

Abordagens teóricas

1 - A tradição culturalista na política

A cultura política, como área da Ciência Política, abrange todo aquele tipo de estudo que busca reconhecer nos aspectos culturais de uma comunidade certos elementos que se relacionam de forma importante com a vida política da mesma. Os autores que enxergam a democracia como um sistema mais profundo e abrangente do que um simples procedimento político-institucional não podem deixar de considerar os valores, as atitudes e os costumes das pessoas como relevantes para suas análises. A visão culturalista porta uma compreensão da democracia que abrange não apenas os procedimentos institucionais, mas também as relações sociais que os fomentam, de maneira a não se ignorar a importância da subjetividade na investigação do objeto político. Para essa vertente culturalista, a experiência pessoal e social dos indivíduos também configura um aspecto essencial de análise. Sabe-se que a igreja, a família, a escola, e o ciclo de amizades contribuem para a formação psicossocial das pessoas, influenciando-lhes as possibilidades de ação.

Dessa forma, é possível afirmar também que tais aspectos constituem substratos fundamentais a estudos e pesquisas, quando se pretende analisar as características da dinâmica política de determinada região.

Estudos realizados por Gabriel Almond e Sidney Verba, nos idos de cinquenta do século passado, foram os primeiros a enfatizar a relevância de aspectos culturais nos estudos da ciência política contemporânea. Esses autores introduziram a variável cultura como elemento relevante na análise de sistemas e instituições políticas, na medida em que evidenciaram tipos de culturas que seriam mais congruentes com o sistema político democrático do que outras. A análise das atitudes dos sentimentos e das crenças dos indivíduos proporcionaria uma melhor compreensão da dinâmica da vida política de uma determinada comunidade, além da possibilidade de se obter uma visão mais rica e abrangente a respeito dos fatores que influenciam na consolidação e estabilidade dos regimes democráticos modernos. Uma das principais conclusões a que chegaram Almond & Verba é a de que realmente existe um tipo de cultura, caracterizada por aspectos subjetivos específicos, que proporciona um contexto mais propício para o desenvolvimento da democracia. Esse tipo cultural, afirmam os autores, seria verificado, fundamentalmente, em dois países: nos Estados Unidos e na Inglaterra, ou seja, as duas nações que, justamente, conseguiram manter, ao longo do tempo, um sistema democrático mais estável e eficiente. Assim, não é difícil perceber o enorme impacto da obra, *The Civic Culture* (1963) para a ciência política, já que se caracteriza como sendo a grande responsável por inaugurar essa nova perspectiva de análise que, mesmo passível de questionamentos, vem sendo constantemente retomada, por suscitar férteis questões as quais os cientistas políticos contemporâneos não podem desconsiderar.

2 – Associativismo e confiança interpessoal

Na obra *Comunidade e Democracia* (1996), Putnam destaca a relação entre desempenho institucional e cultura, a partir de um minucioso estudo realizado na Itália, nos vinte anos após a descentralização e a regionalização das atribuições governativas desse país. Ao desenvolver essas análises, ele adota uma perspectiva claramente culturalista, pois encontra no civismo (conceito que esclareceremos adiante) o elemento mais importante e primordial para explicar o desenvolvimento prático das instituições democráticas italianas. Entretanto, Robert Putnam não é exclusivamente culturalista, pois, para esse autor, a dinâmica institucional e aquela sócio-econômica também são importantes na configuração da política democrática, embora, em última instância, estas sejam explicadas por aquela. A própria experiência italiana mostra que a criação de governos regionais, em longo prazo, foi capaz de alterar a forma de se conceber - tanto das elites políticas, quanto da população em geral - a democracia, por

transformar certos aspectos da ideologia, das orientações, das visões e concepções dos líderes políticos e da comunidade. Contudo, mudanças mais profundas e esperadas, como aumento da eficiência administrativa das regiões e, principalmente, a diminuição das desigualdades entre as regiões sul e norte, por exemplo, processaram-se de maneira marcadamente distinta de acordo com a região. Tais constatações permitem, portanto, uma indagação acerca da possibilidade de existirem realmente fatores mais arraigados no âmago social e que influenciam diretamente a dinâmica da vida política e democrática de uma sociedade. A resposta a essa pergunta residiria exatamente na cultura. Haveria, pois, uma relação dinâmica entre instituições políticas, economia e cultura, uma moldando a outra, embora pareça que a variável cultural seja preponderante.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, para Putnam (1996), a cultura política democrática pode ser expressa pelo civismo. Tal princípio pode ser encontrado em comunidades nas quais prevalece a participação política e o interesse pela coisa pública; a participação em associações civis, cujas relações intra-individuais são marcadas pela horizontalidade e reciprocidade; e, finalmente, pelos sentimentos de solidariedade, tolerância e confiança de que os indivíduos compartilham. Segundo esse autor, o conceito de civismo poderia ser operacionalizado por meio de uma variável que ele denomina capital social – conceito que englobaria a cultura cívica e a confiança interpessoal. Assim, poder-se-ia dizer que, em uma comunidade na qual existisse um elevado índice de confiança interpessoal e associativismo, haveria também uma maior possibilidade de se melhorar o desempenho institucional dos governos.

Entretanto, cabe aqui ressaltar que a cultura política a que os autores acima fazem referência nem sempre são observadas, na prática, em todos os países democráticos. Estudiosos como Norris (1999), Newton & Norris (1999), Power & Jamison (2005) percebem na contemporaneidade um declínio da confiança nas instituições políticas por parte das pessoas. Vejamos, por exemplo, o caso mais geral da América Latina e, em particular, o do Brasil. Marta Lagos (2000) acredita que a cultura política latino-americana não é semelhante àquela observada, como já fizemos menção, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Diferenças estruturais nos processos de formação do Estado e da Nação dos países de colonização espanhola e portuguesa contribuiriam para que tivéssemos uma cultura política diferente daquela observada nos países anglo-saxões. Entretanto, não podemos afirmar que nos países que compõem a América Latina haja uma descrença generalizada em relação ao regime político democrático. Dados do Latinobarômetro – frutos da realização de um *survey* no ano de 2006 – comprovam a ampla adesão das pessoas ao regime democrático, ao passo que observam a desconfiança dos cidadãos em relação às instituições políticas. A visão mais ampla de Lagos, condensada no conceito de “síndrome da desconfiança”, reporta-se a uma

desconfiança generalizada, seja aquela interpessoal, seja aquela referente ao bom funcionamento do regime – incluindo-se aqui a desconfiança nas instituições políticas. Ademais, acrescenta Lagos, a despeito de desconfiarmos amplamente da eficiência de nosso regime democrático, silenciemo-nos, mantendo as aparências de que nossa política funciona à maneira como gostaríamos. Trata-se aqui daquilo que a autora denomina de “máscara sorridente” – a capacidade que os regimes democráticos latino-americanos têm de sobreviver, mesmo em face aos problemas políticos que tanto desgastam a imagem de nossas instituições e de nosso regime (LOPES, 2004).

As percepções sobre a cultura política dos cidadãos latino-americanos podem ser transpostas para o caso brasileiro, como faz José Álvaro Moisés (2006). A despeito de possuímos, há mais de vinte anos, um regime democrático, nossa cultura política, segundo os estudiosos de que estamos tratando, não se modificou no mesmo ritmo, concomitantemente, à nossa atual democracia. Em nosso país, pode-se observar a presença de desconfiança generalizada em relação às instituições políticas e aos políticos. Cremos ser bastante razoável pensar que a desconfiança nos políticos e nas instituições políticas que caracteriza a cultura política nacional pode ser igualmente percebida quando analisamos regiões sub-nacionais, tanto em relação aos estados, quanto em relação aos municípios e às regiões metropolitanas².

Operacionalizando conceitos: confiança - difusa e localizada

Nesse trabalho, entendemos que a variável *confiança interpessoal* poderia ser subdividida em *confiança interpessoal difusa e localizada*, sendo que aquela corresponderia ao que denominamos de *percepção global de confiança*. Por outro lado, existiria toda uma série de dimensões, ligadas à confiança nas pessoas com quem se convive de maneira mais próxima e corriqueira, que estariam relacionadas mais diretamente à confiança localizada, constituindo aquilo que denominamos de *confiança em vizinhos*³.

Dessa forma, os objetos específicos desse artigo são quatro. Aqueles que dizem respeito ao associativismo são: (1) a participação em associações políticas; (2) a participação em associações civis. Aqueles que dizem respeito à confiança interpessoal, por sua vez, são: (3) percepção global de confiança; (4) a confiança nos vizinhos.

(1) Consideramos *associativismo político* toda forma de participação em organizações ligadas a assuntos considerados públicos.⁴

(2) Consideramos *associativismo civil* toda forma de participação em grupos, não ligados diretamente a assuntos públicos, nos quais indivíduos compartilham interesses e objetivos comuns.⁵

(3) Consideramos *percepção global de confiança* a confiança interpessoal naquilo que diz respeito especificamente a seu aspecto difuso, mais abrangente e impessoal.⁶

2 Justifica nossa apreciação hipotética para os níveis sub-nacionais o fato serem escassos os estudos destinados à captação da cultura política regional, no caso brasileiro.

3 Diversos estudos (por exemplo, HARRÉ, 1999 e COHEN, 1999, *apud* Moisés 2005) já apontavam para o fato de se poder considerar a confiança política como um caso particular de confiança interpessoal. A confiança interpessoal é vista, portanto, como uma variável bastante ampla, que engloba tanto uma dimensão macro – como no caso da confiança política – quanto uma dimensão micro – relacionada especificamente à interações sociais de caráter mais íntimo.

4 Foi considerado, portanto, como *Associativismo Político*, participação em entidades/associações ligadas à defesa dos direitos humanos (mulheres, crianças, idosos, homossexuais, negros, portadores de deficiência, outra), grupos de fé e política, partidos políticos e reuniões do Orçamento Participativo.

5 Foi considerado, portanto, como *associativismo civil*, participação em associações religiosas (grupo de jovens, de casais, outra), entidades/associações beneficente ou de caridade, recreativa e/ou esportiva, ligadas à defesa dos consumidores, a questões específicas (saúde, educação, moradia, meio ambiente, cultura, outra), entidades empresariais e patronais, entidades estudantis, grupos de auto-ajuda, sindicato de trabalhadores, associações profissionais e associações comunitárias.

6 Para operacionalizar a variável *percepção global de confiança* foram utilizadas as respostas à pergunta “Você diria que podemos confiar nas pessoas ou cuidado nunca é demais?” do questionário da PRMBH 2002.

(4) Como confiança nos vizinhos, consideramos a confiança interpessoal naquilo que diz respeito especificamente a seu aspecto localizado, menos abrangente e mais direta.⁷

Hipótese de pesquisa

Partimos, primeiramente, das conclusões obtidas por Putnam (1996), segundo as quais o associativismo (tanto político quanto civil) estaria positivamente relacionado com a confiança interpessoal. Além disso, levamos em consideração os resultados obtidos por Moisés (2006) ao aplicar a tese culturalista ao caso brasileiro. Nos estudos desse autor, verificou-se a presença de uma desconfiança generalizada em relação às instituições políticas e aos políticos. Assim, propomo-nos testar a relação entre associativismo e confiança interpessoal na Região Metropolitana de Belo Horizonte, além de nos propormos a trabalhar uma questão não levantada pelos autores, a saber, qual é a relação entre associativismo e confiança, quando essas variáveis são subdivididas em suas categorias constitutivas, isto é, distinguindo o associativismo político do associativismo civil, por um lado, e a confiança nos vizinhos da percepção global de confiança, por outro. Pretendemos, assim, verificar se, no caso da RMBH, o associativismo relaciona-se positivamente com a percepção global de confiança e com a confiança nos vizinhos. No presente trabalho, portanto, o problema de pesquisa fica assim definido:

I. Relação entre associativismo e confiança:

O associativismo global (incluindo aqui o associativismo civil e aquele político) produz efeitos positivos sobre a confiança nos vizinhos e sobre a percepção global de confiança.

II. Relação entre associativismo político e confiança:

O associativismo político produz efeitos positivos sobre a confiança nos vizinhos e, em particular, sobre a percepção global de confiança.

Metodologia

Ao buscar testar as hipóteses acima apresentadas, empregamos uma metodologia que pode ser descrita da seguinte forma:

I. Para testar a hipótese de que o associativismo (político e/ou civil) produz efeitos positivos sobre a confiança difusa, partimos da proposição de que, quando a relação entre associativismo e confiança é controlada por outras variáveis, ela pode apresentar resultados diferentes. Assim, empregou-se um modelo de Regressão Logística Binária para verificar o efeito da participação em associações sobre a confiança difusa, controlada por sexo e escolaridade.

A equação geral do modelo fica definida da seguinte forma:

$$\ln \left(\frac{Y}{Y-1} \right) = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_k X_k + \varepsilon$$

As variáveis da Regressão Logística Binária para verificar o efeito da participação em associações sobre a confiança no nível macro, controlado pelo sexo e escolaridade ficam assim especificadas:

Variável dependente

Confiança – Indicadores de confiança no nível macro.

- Percepção global de confiança – (*dummy*). Cuidado nunca é demais = 0. Podemos confiar na maioria das pessoas = 1.
- Grupo de referência: 1- Podemos confiar na maioria das pessoas.

Variável independente

Associativismo – Indicadores de participação em associações políticas e civis

- Participação em associações – (*dummy*). Não participa = 0 e Participa = 1.
- Participação em associações políticas – (*dummy*). Participa de associações civis = 0. Participa de associações políticas = 1.
- Sexo do indivíduo – (*dummy*). Sexo feminino = 0. Sexo masculino = 1.
- Escolaridade do indivíduo (em anos)

II. Para testar a hipótese de que o associativismo (político e/ou civil) produz efeitos positivos sobre a confiança localizada, partimos da proposição de que – assim como no caso da percepção de confiança do indivíduo em relação a sua comunidade – também a confiança nos vizinhos pode apresentar resultados diferentes quando há o controle da relação entre associativismo e confiança por outras variáveis. Empregou-se um modelo de Regressão Logística Multinomial para verificar o efeito da participação em associações sobre a confiança localizada, controlados sexo e escolaridade.

A equação geral do modelo fica definida da seguinte forma:

$$\ln \left[\frac{Y=j}{Y=i} \right] / \left[\frac{p(Y=1)}{p(X=i)} \right] = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_k X_k + \varepsilon$$

E a razão das chances será calculada e interpretada em percentuais através de:

$$(e^{\beta} - 1) * 100$$

As variáveis da Regressão Logística Multinomial para verificar o efeito da participação em associações sobre a confiança no nível micro, controlado pelo sexo e escolaridade.

Variável dependente

Confiança – Indicadores de confiança no nível micro

- Possibilidade de se confiar nos vizinhos de bairro/ vila: 1-Concorda totalmente, 2-Concorda em parte, 3-Discorda em parte, 4-Discorda totalmente.
- Grupo de referência: 1- Concorda totalmente. Indivíduos que concordam totalmente com a afirmação segundo a qual "pode-

⁷ Para operacionalizar a variável *confiança nos vizinhos*, foram utilizadas as respostas à pergunta "Pode-se confiar nas pessoas que moram nesse bairro/ vila?" do questionário da PRMBH 2002. Embora tenha nos parecido importante incluir a variável sexo como alternativa demográfica para se controlar os resultados, ela não se mostrou significativa em nenhum dos modelos de regressão estatística rodados.

se confiar nas pessoas, que vivem no seu bairro/ vila".

Variável independente

Associativismo – Indicadores de participação em associações políticas e civis

- Participação em associações – (*dummy*). Não participa = 0 e Participa = 1.
- Participação em associações políticas – (*dummy*). Participa de associações civis = 0.

Participa de associações políticas = 1.

- Sexo do indivíduo – (*dummy*). Sexo feminino = 0. Sexo masculino = 1.
- Escolaridade do indivíduo (em anos)

Resultados

Nas tabelas 1, 2, 3 e 4, podem-se observar os resultados obtidos, através de modelos de regressão estatística realizados com base nos dados da PRMBH (2002), a respeito da relação associativismo e confiança, controlando os resultados por anos de escolaridade e sexo⁸.

TABELA 01- Resultado do modelo de regressão logística

Associativismo Global e percepção global de confiança

Grupo de referência: Pode-se confiar na maioria das pessoas

	B	Sig	Exp(B)	(Exp(B)-1)*100
Associativismo global	0,563	0,019*	1,756	75,622
Escolaridade	0,094	0,001*	1,099	9,851
Sexo	0,161	0,485	1,174	-17,414

Fonte: PRMBH (2002). Elaboração própria dos autores.

* Coeficiente significativo para teste bilateral

A tabela 1 nos mostra que participar de associações aumenta em mais de 75% as chances de um indivíduo dizer que se pode confiar na maioria das pessoas, a dizer que cuidado nunca é demais, controladas as variáveis controladas as variáveis escolaridade e sexo. Da mesma forma, cada ano a mais de escolaridade eleva em quase 10% as chances de se confiar em outrem, mantidos constantes associativismo e sexo.

Já na tabela 2, observamos que a relação entre associativismo global e confiança mostrou-se significativa apenas nos casos de concordância ou discordância parcial com a afirmativa segundo a

qual se pode confiar nas pessoas que moram nesse bairro/vila. Como se pode perceber na tabela, " quando expostas a tal situação maior ou menor é a chance de pessoas participar em associações diminui em quase 40% as chances de um indivíduo dizer que discorda parcialmente da afirmativa acima referida, a dizer que concorda totalmente com ela, controladas as variáveis escolaridade e sexo. Por sua vez, cada ano a mais de escolaridade eleva, novamente, em quase 10% as chances de se dizer que discorda parcialmente, mantidos constantes associativismo e sexo.

TABELA 2 - Resultado do modelo de regressão multinomial

Associativismo global e confiança nos vizinhos

Grupo de referência: Concorda totalmente

(com a afirmativa segundo a qual pode-se confiar nas pessoas que moram neste bairro/vila)

		B	Sig	Exp(B)	(Exp(B)-1)*100
Concorda em parte	Associativismo	-0,041	0,855	0,960	-4,004
	Escolaridade	0,027	0,292	1,027	2,734
	Sexo	-0,346	0,109	0,707	-29,252
Discorda parcialmente	Associativismo	-0,502	0,028*	0,605	-39,469
	Escolaridade	0,086	0,001*	1,090	9,021
	Sexo	0,082	0,708	1,085	8,519
Discorda totalmente	Associativismo	-0,388	0,145	0,678	-32,167
	Escolaridade	0,022	0,463	1,022	2,239
	Sexo	-0,278	0,273	0,757	-24,291

Fonte: PRMBH (2002). Elaboração própria dos autores.

* Coeficiente significativo para teste bilateral

Na tabela 3, percebe-se que participar de associações políticas diminui em mais de 54% as chances de um indivíduo dizer que se pode confiar na maioria das pessoas, a dizer que cuidado nunca é demais, controladas as variáveis escolaridade e sexo. Cada ano a mais de escolaridade

eleva em mais de 15% as chances de se confiar em outrem, mantidos constantes associativismo e sexo.

Finalmente, na tabela 4 podemos observar que a relação entre associativismo político e confiança mostrou-se significativa apenas no caso de discor-

⁸ Embora tenha nos parecido importante incluir a variável sexo como alternativa demográfica para se controlar os resultados, ela não se mostrou significativa em nenhum dos modelos de regressão estatística rodados.

dância parcial com a afirmativa segundo a qual se pode confiar nas pessoas que moram nesse bairro/vila. De fato, participar em associações aumenta em quase 120% as chances de um indivíduo dizer que discorda parcialmente da afirmativa acima referida, a dizer que concorda

totalmente com ela, controladas as variáveis escolaridade e sexo. Por sua vez, ser homem, em relação a ser mulher, diminui em mais de 50% as chances de se dizer que concorda parcialmente, mantidos constantes associativismo e escolaridade.

TABELA 3 - RESULTADO DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA**Associativismo político e percepção global de confiança****Grupo de referência: Pode-se confiar na maioria das pessoas**

	B	Sig	Exp(B)	(Exp(B)-1)*100
Associativismo Político	-0,784	0,057*	0,456	-54,363
Escolaridade	0,136	0,001*	1,146	14,591
Sexo	0,021	0,946	1,022	2,159

Fonte: PRMBH (2002). Elaboração própria dos autores.

* Coeficiente significativo para teste bilateral

**Coeficiente significativo para teste unilateral

TABELA 4 - RESULTADO DO MODELO DE REGRESSÃO MULTINOMIAL**Associativismo político e confiança nos vizinhos****Grupo de referência: Concorda totalmente**

(com a afirmativa segundo a qual pode-se confiar nas pessoas que moram neste bairro/vila)

		B	Sig	Exp(B)	(Exp(B)-1)*100
Concorda em parte	Associativismo	0,378	0,325	1,459	45,933
	Escolaridade	0,015	0,672	1,015	1,525
	Sexo	-0,714	0,025*	0,490	-51,018
Discorda parcialmente	Associativismo	0,413	0,293	1,511	51,067
	Escolaridade	0,058	0,121	1,059	5,943
	Sexo	-0,357	0,278	0,700	-30,009
Discorda totalmente	Associativismo	0,788	0,077**	2,198	119,841
	Escolaridade	-0,031	0,486	0,970	-3,034
	Sexo	-0,261	0,506	0,770	-22,970

Fonte: PRMBH (2002). Elaboração própria dos autores.

* Coeficiente significativo para teste bilateral

**Coeficiente significativo para teste unilateral

Conclusão

Partindo dos dados por nós tratados, podemos observar que apenas uma das hipóteses levantadas nesse trabalho é confirmada. Os modelos de regressão relativos ao associativismo global e à confiança interpessoal (difusa e localizada) demonstraram que, controlados a escolaridade e o sexo, quando as pessoas participam de associações, maior é a chance delas confiarem nas pessoas – assim como afirmam os trabalhos de Putnam (1996) e Almond & Verba (1963).

É importante ressaltar ainda a importância da variável escolaridade, que se mostrou positivamente relacionada com a confiança interpessoal em quase todos os modelos de regressão estatística, controlados associativismo e sexo. Nesse sentido, observamos nos dados aqui analisados que, quando os cidadãos possuem escolaridade, maior a chance de crerem nas instituições políticas, fato que parece ser corroborado,

sobretudo, pela relação positiva entre escolaridade e confiança difusa. Entrementes, não há consenso na literatura sobre a relevância do grau de escolaridade na possibilidade de se crer positivamente nas instituições políticas, ainda mais quando se releva o próprio desempenho das instituições políticas. Em trabalhos ulteriores, caberiam formulações hipotéticas para se investigar esse fenômeno.

Por fim, chamamos a atenção para o fato de que o modelo relativo ao associativismo político e à confiança interpessoal localizada – mais uma vez controlados escolaridade e sexo – não se revelou significativo, enquanto aquele relativo ao associativismo político e à confiança interpessoal difusa evidenciou resultados opostos aos esperados. Quando as pessoas participam de associações políticas, menor é a chance delas confiarem em outrem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, Gabriel Abraham & VERBA, Sydney. (1963). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- DURKHEIM, Émile (1996). *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1989-1991). *A divisão do trabalho social*. 3. ed. Lisboa: Presença.
- LAGOS, Marta (2000). A Máscara Sorridente da América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, Vol.VI, nº1, 2000, pp.1-16.
- LIMA, Luciana C. (2006). "Os efeitos dos laços fracos sobre os laços fortes: uma relação entre associativismo e indicadores de capital social". *Revista Três Pontos*. Ano 2, n.2 (set 2005/ fev 2006). Belo Horizonte: O Lutador.
- LOPES, Denise Mercedes Nuñez Nascimento. (2004). Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. *Opin. Pública*, vol.10, no. 1, p.162-187. ISSN 0104-6276.
- MOISÉS, José Álvaro, (2005), *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo : Ática.
- _____. (2006). "A avaliação das instituições democráticas e a qualidade da democracia no Brasil". Trabalho apresentado no 20o. Congresso Mundial da IPSA – Fukuoka 2006, Julho 8-13 (Sessão "Latin American Cluster of Neglected Issues").
- PUTNAM, Robert D., (1996), *Comunidade e democracia : a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.
- NEWTON, Kenneth e NORRIS, Pippa (1999), "Confidence in Public Institutions: Faith, Culture or Performance?". Trabalho apresentado no Annual Meeting of the American Political Science Association, Atlanta, 1-5 de setembro de 1999.
- NORRIS, Pippa (org.) (1999), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. Oxford: Oxford University Press
- ZALLER, John (1992), *The Nature and Origins of Mass Opinion*. Cambridge: Cambridge University Press.

Dádivas Glocalizadas¹: A Cooperação Internacional em Itaobim*

Fernanda Cimini Salles

Recém-graduada
em Relações Inter-
nacionais/ PUC-MG

Palavras-chave:
Cooperação Inter-
nacional; dádiva;
antropologia

Key Words:
Internacional
cooperation; gift;
anthropology

RESUMO: A partir do olhar da Antropologia, o artigo pretende compreender a força moral que movimenta pessoas, instituições e recursos na estruturação de um campo de proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes que extrapola os limites municipais e se conecta à arena mais vasta da cooperação internacional. O caso recortado para se perceber essa dinâmica é o município de Itaobim, no Médio Vale do Jequitinhonha.

ABSTRACT: Based on the view of Anthropology, this work aims to understand the moral force that moves people, institutions and resources towards the establishment of a field of protection and promotion of child and youth rights that goes beyond the limits of the village and connects it to a wider international arena. The case picked to analyse this dynamic is the village of Itaobim, in the region of Médio Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.

Introdução

Neste artigo pretendo sistematizar os principais argumentos desenvolvidos no trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais que apresentei no ano de 2007, em que tive a oportunidade de me familiarizar um pouco mais com o olhar antropológico ao buscar compreender a construção de vínculos sociais e políticos entre atores locais e internacionais em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. A etnografia realizada voltou-se para uma localidade específica, o município de Itaobim, localizado na região do Médio Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, considerado um dos maiores bolsões de miséria do país. Dentre os vários problemas sociais da região, a situação de vulnerabilidade das crianças e adolescentes é apontada como uma questão grave tanto pelos órgãos públicos como pelos relatórios acadêmicos já produzidos sobre a região (PROGRAMA PÓLOS, 2004).

Organizações não-governamentais estrangeiras, atentas a essa questão, já desenvolvem trabalhos em alguns municípios do Vale. Em Itaobim, destaca-se a Casa da Juventude, mantida pela Fundação Papa João XXIII, de origem italiana e que possui parceria com uma instituição alemã, a KNH, e também a ASCAI vinculada diretamente ao Fundo Cristão para Crianças. A seleção do município de Itaobim justifica-se em razão da maior visibilidade da cooperação internacional nas práticas e nas relações estabelecidas entre atores internacionais e locais pela atuação da Casa da Juventude e da ASCAI. Isso não significa que os demais municípios do Vale estejam isolados desse contexto internacional de desenvolvimento. O ponto é que em Itaobim o campo dos direitos das crianças e adolescentes parece mais consolidado ao centrar-se em torno dessa instituição de caráter transnacional, a Casa da Juventude.

Tendo isso em vista, o objetivo da pesquisa era tentar compreender a força moral dos recursos materiais e simbólicos provenientes da cooperação internacional na construção de vínculos de identidade, posições sociais e relações políticas entre as pessoas pertencentes ao campo do desenvolvimento. Para isso, buscou-se analisar a articulação, a posição e os papéis desempenhados pelas entidades e lideranças locais no campo da assistência às crianças e adolescentes no âmbito do município. Meu objetivo nas viagens a campo era observar as práticas dos agentes intermediários da cooperação internacional, identificando os aspectos da cosmologia local, bem como as categorias nativas, que são ressignificadas pelo internacional² e o ressignifica. Essa experiência trouxe-me algumas inspirações e inquietações, que tentarei expor aqui, sumariamente, para que sirva de mote para pesquisas e diálogos futuros.

Cooperação internacional: um campo, um desenho, vários lugares

Não há uma única definição sobre o que seja o campo da cooperação internacional, isso é, quais os agentes, os objetos, as regras e os valores que o compõem. Os agentes da cooperação internacional podem ser as pessoas, os Estados, as agências receptoras dos financiamentos, e também entidades não-governamentais que atuam tanto no âmbito nacional quanto internacional. As formas como esses agentes se vinculam e se organizam para oferecer ou receber a ajuda internacional são muito distintas e variam em cada caso e área temática.

Por isso, o conceito de campo nos servirá para a configuração analítica das unidades relevantes da cooperação internacional atuante em Itaobim. Segundo Pierre Bourdieu (1983), o que determina a existência de um campo bem como os seus limi-

¹ O termo glocal é cunhado por Arif Dirlik como expressão de um projeto de defesa do lugar em contraponto às teorias da globalização que tendem a marginalizar as experiências das localidades específicas. No glocalismo, formas de globalização local se convertem em forças políticas no lugar e para o lugar (DIRLIK *apud* ESCOBAR, 2005). Utilizamos a expressão "dádivas glocalizadas" em consonância a esse projeto, uma vez que nosso foco converge para as dinâmicas locais de Itaobim.

* Este texto é uma versão resumida do trabalho de conclusão do curso "As pessoas como agentes da cooperação internacional: o espírito da dádiva no financiamento de projetos para crianças e adolescentes no Médio Vale do Jequitinhonha" orientado pelo professor Daniel Simião (UFMG).

² Por "internacional" estou me referindo às dinâmicas que extrapolem os limites nacionais, aquilo que é identificado pelos próprios moradores como o "estrangeiro". Acredito que essa definição possa ser expandida em futuros trabalhos.

tes é a ação e a interação visível dos atores em torno de um objeto comum, de modo que essas relações se estruturam em microcosmos autônomos no interior do mundo social mais amplo. O campo é, sobretudo, um espaço relacional que denota uma exterioridade (aquilo que não pertence ao campo) e uma interioridade heterogênea, em que atores, instituições, discursos e forças morais ocupam posições relativas, diferenciadas e, muitas vezes, conflitantes.

Além disso, todo campo possui uma *doxa*, ou seja, uma opinião consensual compartilhada por todos os agentes no que diz respeito às formas de classificação, àquilo que é interessante ou não, às coisas que têm valor e às regras válidas no campo. Pertencer a um campo não é algo gratuito, ao contrário, exige dos agentes investimentos de tempo, recursos, trabalho, dinheiro, além da posse do capital³ valorativo naquele campo e a aceitação da *doxa*. Muitas vezes, agentes que ocupam posição dominante podem impedir a entrada de novos agentes, de modo que é comum haver disputas de forças no interior do campo.

A partir desses elementos, o recorte proposto nesse artigo refere-se a uma subdivisão do campo mais amplo das ações internacionais de proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes. Cabe considerar que o campo da cooperação internacional não é composto por unidades fechadas e coerentes, mas por uma rede complexa de pessoas dotadas de preferências, capacidades e valores morais que dão vida e sinergia ao campo (RIBEIRO, 2007). Daí, as relações pessoais desenvolvidas nesse contexto institucional serem de extrema importância, pois são através delas que as políticas construídas pelos tais agentes nucleares ganham vida e forma local. Em última instância, só é possível falar em um campo da cooperação internacional porque existem atores locais que interpretam, vivenciam e recriam as regras e os valores deste campo em seu cotidiano.

Deparamo-nos, assim, com uma problemática já bastante conhecida no desenvolvimento da antropologia: o binarismo global/ local. Márcio Goldman (1999) identifica a conciliação do local com o universal como um dilema recorrente na aplicação tanto dos métodos quanto das teorias antropológicas no estudo das sociedades complexas, que perpassa todas as escolas da antropologia. Segundo o autor, o grande desafio e, talvez, a originalidade da antropologia residiria nesta constante tentativa de um particularismo minucioso conjugado a uma ambição totalizadora.

O campo da cooperação internacional é em si uma expressão eloqüente da articulação do global com o local de modo que ambos os níveis se misturam de tal forma que se torna difícil distingui-los – configura-se, pois, como um objeto pertencente a uma esfera glocalizada. Por outro lado, é justamente na separação entre aquilo que é local e global que é possível identificar a dinâmica de poder própria a cada esfera. No campo do desenvolvimento, espera-se que a utilização de códigos lingüísticos e canais institucionais que

dêem acesso ao global, possa configurar uma assimetria de poder entre as entidades e pessoas locais, favorecendo àquelas com vínculos externos. Nesse sentido, George Marcus afirma que não há algo único e isolado que se possa chamar de global no contraste local/ global, uma vez que esse global aparece como uma dimensão vivenciada em situações locais, observadas no ensaio etnográfico (MARCUS, 2006).

Na cooperação internacional observada em Itaobim, a relação entre as pessoas e instituições estrangeiras com as crianças e adolescentes beneficiadas não é estabelecida diretamente. Ao contrário, os mediadores locais são peças fundamentais nessa dinâmica. São eles: os gestores do projeto na sede nacional, os coordenadores locais, os técnicos e assistentes sociais, os monitores de atividades, os funcionários, os voluntários, entre outros diversos parceiros públicos e privados que permitem que os recursos doados, materiais e simbólicos, sejam convertidos para o benefício do seu público alvo. Pode-se mesmo falar de uma atuação internacional localizada.⁴ Vê-se, assim, que a temática do desenvolvimento humano para a criança e o adolescente é um campo complexo que engloba inúmeros agentes, diversas direções de fluxos de pessoas e troca de recursos, diferentes tipos de vínculos, parcerias e jogo de forças, tanto no âmbito internacional quanto local.

Tentar compreender toda essa complexidade é uma tarefa por demais ambiciosa, e foge às pretensões e capacidades desse artigo. No entanto, tentarei problematizar esse desenho institucional da Cooperação Internacional sob uma lógica de construção de vínculos sociais entre seus agentes que não se restrinja a uma visão mercantilista, estatocêntrica ou associativista, mas que dê conta de todas elas simultaneamente. Por isso, nada mais propício do que resgatar o trabalho de Marcel Mauss⁵ por via da teoria da dádiva.

Campo da Cooperação Internacional: A dádiva

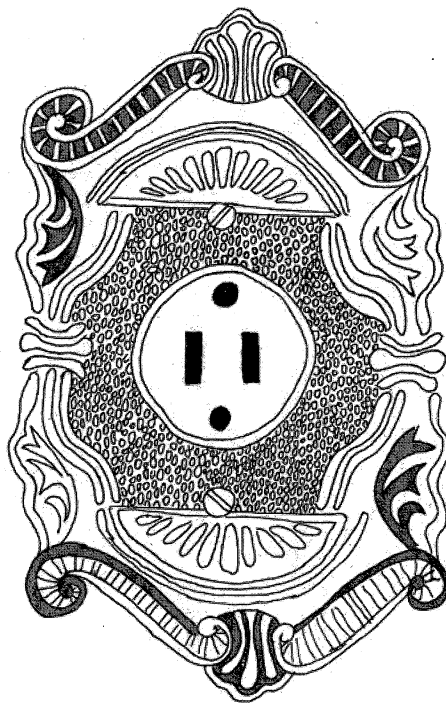
A cooperação internacional, como propõe Kelly Silva, é um fenômeno complexo que envolve trocas, criação de vínculos, posições hierárquicas e diferentes apropriações de poder (SILVA, 2006). Assim como o faz a autora, podemos significar esse fenômeno como um campo de circulação de dádivas, cujas implicações analíticas extrapolam a simples troca de mercadorias e conhecimento. A principal contribuição de Marcel Mauss à tradição sociológica e antropológica, segundo Alain Caillé, é a possibilidade de se pensar a *gênese* do vínculo social e da aliança, de pensar o dom e o político. O paradigma do dom pressupõe que o laço social é o que há de mais útil nesse mundo, sem ele nenhum outro tipo de contrato social seria possível, nem mesmo as relações do mercado ou do Estado (CAILLÉ, 2002).

Em todas as sociedades, tradicionais ou modernas, é possível identificar o dom original, qual

3 O conceito de capital é usado por Bourdieu em um sentido mais amplo do que o valor econômico, incluindo também bens culturais, simbólicos, sociais, etc.

4 Para uma melhor compreensão das discussões acerca do binarismo global/ local, bem como da vivência localizada de ONGs internacionais, ver o trabalho da Anna Catarina Vianna (2006).

5 Marcel Mauss é sobretudo conhecido como antropólogo e etnólogo e juntamente com Émile Durkheim é considerado um dos principais fundadores da Escola Francesa de sociologia. Os trabalhos de Mauss destacam-se por uma "variedade vertiginosa de temas" (Gomes *apud* Lanna, 2000), dentre as quais se inclui a obra *Ensaio sobre a dádiva* (1924).



seja, um sistema de reciprocidades de caráter interpessoal que denota a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir bens materiais ou simbólicos. A circulação dessas dádivas (presentes, hospitalidade, doações, serviços, dinheiro, conhecimento técnico, gestos, sonhos, memórias, etc.) permite superar a distância entre eu e o outro, gerando laços de solidariedade, confiança e amizade. A dádiva aproxima pessoas diferentes e as torna semelhantes, pois para dar algo adequadamente devo colocar-me no lugar do outro, e ao receber aquela dádiva, esse outro recebe também algo de mim.

O dom envolve um paradoxo, e é justamente esse paradoxo que o torna eficaz. Dar, receber e retribuir são obrigações universais, mas ao mesmo tempo são obrigações livres, espontâneas e criativas. Em cada campo social existem regras específicas sobre o que e para quem se dar, sendo o dom socialmente instituído. No entanto, os rituais e o simbolismo que o envolve criam uma atmosfera de liberdade e generosidade, o que dá sentido ao dom. O dom não é um ato desinteressado, não se trata de altruísmo. Em alguma medida aquele que dá espera uma retribuição, mas o dom está justamente em abrir-se à incerteza desse retorno, que não obedece necessariamente à lógica contratual moderna em que as partes estabelecem *a priori* os termos da troca e as sanções caso ela não seja cumprida.

As regras da troca (dar, receber, retribuir) manifestam-se simultaneamente nos diversos aspectos da sociedade, constituindo-se, pois, como um fato social total. Na perspectiva de Mauss é inútil isolar os símbolos da morfologia social, uma vez que sua proposta é justamente pensar a relação intrínseca entre simbolismo, sociedade e o dom. Por isso, pensar a cooperação interna-

cional sob um viés utilitarista, isso é, sob a lógica racional dos interesses, ganhos e perdas em jogo é compreender apenas uma parte desse fenômeno, e deixar de lado a dimensão simbólica que o constitui. A existência de uma lógica hierárquica que diferencie posições de honra e prestígio também está fortemente presente na sociabilidade internacional e permanece como condição *sine qua non* para a ajuda internacional. Dar algo é demandar reconhecimento e legitimação de uma posição superior. Receber é confirmar o vínculo e a posição de inferioridade nessa estrutura hierárquica. Retribuir é um passo adiante que reafirma o vínculo estabelecido e procura inverter a direção da dívida.

Uma indagação importante que merece nossa atenção diz respeito às motivações das pessoas para criar vínculos que extrapolem seu ambiente social e nacional, fomentando doações e trocas intercontinentais. O desejo de reconhecimento social e prestígio perante seus pares seria o principal mecanismo para a criação e manutenção desses vínculos? O cientista político Tomohisa Hattori (2003) propõe a análise das organizações de ajuda internacional à luz da teoria de Mauss e compreende a dádiva como expressão de uma virtude (disposição interna) que se institucionalizaria em prática virtuosa observável. Partindo de um argumento aristotélico, Hattori afirma que os recursos doados por essas organizações seriam práticas morais de benevolência, profundamente enraizadas na história ocidental, que não devem ser interpretadas apenas como programas redistributivos, mas como um tipo de filantropia entre pessoas, intermediada por essas entidades.

Para que esse reconhecimento seja efetivado, o autor salienta a necessidade de duas condições: primeiramente, que as práticas virtuosas

sejam identificadas por meio de seus sinais visíveis e segundo, que existam agentes intermediários com autoridade para julgar tais práticas como virtuosas. Nessa lógica, as ONGs internacionais, como a KHN e a Associação Papa João XXIII seriam instrumentos que proporcionariam a oportunidade para a compra de reconhecimento social por parte dos doadores. A virtude dessas práticas estaria justamente no anonimato das doações diante de seus beneficiários, bem como nas justificações éticas para auxiliar aquele que está em situação inferior no *ranking* do desenvolvimento. Essas justificações podem ser de caráter religioso, pautadas na caridade cristã, ou de caráter laico, pautadas na virtude cívica e no desejo de justiça social.

O argumento central defendido por Hattori é de que embora essas justificações éticas para a dádiva precedam e mesmo contradigam a ideologia neo-liberal, as trocas de presentes entre pessoas de países ricos e de países pobres acabam por criar as condições materiais para que esses últimos aceitem e se enquadrem nessa mesma ordem capitalista. Nesse sentido, a ajuda internacional seria um dom típico do modo de produção do capitalismo, uma vez que a doação demandaria uma resposta que fosse coerente com essa lógica, ou seja, os pobres devem provar que merecem a dádiva e que são eficientes⁶ na alocação dos recursos recebidos. Se esses recursos não forem empregados pelos beneficiários de modo a promover o desenvolvimento (na concepção do doador), corre-se o risco deles cessarem. Por isso, conclui Hattori, os termos mais familiares ao campo da ajuda internacional são "trabalho pesado", "integridade" e "eficiência", que representariam tanto as expectativas e as motivações do doador, quanto a disposição dos beneficiários em receber e retribuir a dádiva.

O trabalho desenvolvido por esse autor é interessante ao voltar-se para a dimensão socializante das trocas na cooperação internacional nos moldes propostos nesta pesquisa. Porém, em que medida ele pode ser considerado um avanço em direção a uma abordagem menos utilitarista é algo questionável. Observa-se que Hattori no desenvolvimento de sua argumentação apropria-se parcialmente da Teoria da Dádiva, ao pensar apenas na criação de vínculos sociais e na hierarquia mantida pela troca. Ao fazer isso, deixa-se de lado a compreensão da dádiva como um fato social total, que estaria para além da esfera capitalista. Apesar de salientar os aspectos sociais ali envolvidos, essa análise perde a dimensão simbólica da dádiva, a magia (*hau*)⁷ inerente à troca, afinal, a dádiva não se restringe à troca de recursos, mas é também troca de palavras, gestos, sacrifícios.

Como mencionado anteriormente, é impraticável estruturar o campo da cooperação sem levar em consideração o papel dos monitores e coordenadores locais para o andamento dos projetos sociais. Por isso, a ajuda internacional não pode ser vista exclusivamente como o campo do anonimato e de uma intermediação vazia, isso é,

que apenas cumpra o papel de distribuição de recursos. Ao contrário, nosso argumento é de que a doação modifica e reforça as posições sociais e as relações políticas entre os agentes do município de Itaobim, contribuindo para alterar o jogo de forças e os próprios princípios que norteiam o campo local de ação social.

A cooperação internacional em Itaobim: alguns relatos

Foi possível identificar na cooperação internacional observada em Itaobim alguns objetivos claros de intervenção, em que se destaca a busca de mudanças nas categorias nativas. Alterá-las significa construir diferentes visões de mundo, reconfigurar o que venha a ser o 'certo' e o 'errado', o 'puro' e o 'impuro', o 'dentro' e o 'fora' de um campo social. As relações de troca que se estabelecem entre pessoas de fora e pessoas de Itaobim se movem por uma força moral capaz de modificar instituições locais, aproximando identidades até então muito distantes. A esse fenômeno, típico da modernidade, Stuart Hall denomina "identidades partilhadas".

Embora o autor se refira a um conjunto de pessoas que são distanciadas umas das outras no tempo e no espaço, mas que compartilham do consumo de uma mesma mercadoria ou de um mesmo serviço, é possível pensar essa relação para além das implicações do mercado capitalista. A mercadoria, no caso dos movimentos sociais e das ONGs, seria o próprio desenvolvimento e os serviços a ele relacionados,⁸ conferindo a estrangeiros e itaobienses envolvidos nessa temática uma noção de pertencimento a um mesmo padrão de identidade. Como sugere Giddens e pôde ser constatado em Itaobim:

"Nas condições da modernidade [...] os lugares são inteiramente penetrados e moldados em termos de influências sociais muito distantes. O que estrutura o lugar não é simplesmente o que está presente na cena; a 'forma visível' do local oculta as relações à distância que determinam sua natureza".
(GIDDENS *apud* HALL, 1995, p. 55)

Até mesmo em um lugar distante a 604Km de um grande centro urbano, o internacional se faz presente e altera substancialmente as noções de tempo e espaço, coordenadas básicas de todos os sistemas de representação. Isso só é possível porque existem pessoas preocupadas em dispor dos códigos lingüísticos para ter acesso às relações de troca para além do município, do estado e do país. O espaço do campo do desenvolvimento é dinâmico, elástico e, como contra-face à globalização capitalista, tende a se expandir para lugares ainda menos acessíveis. As coordenadoras da Casa da Juventude promovem este contato ao convidar moradores das cidades vizinhas e também da área rural para participar de seus rituais – festas, eventos, seminários, mobilizações

⁶ O conceito de eficiência é aqui entendido como a melhor maneira para se conseguir alcançar resultados desejados com o menor custo possível.

⁷ *Hau* é a obrigação criada na troca, gerador não só da ascendência do doador sobre o beneficiário, mas também capaz de criar o vínculo entre almas, em que parte de si é presenteada junto ao objeto trocado. Segundo Marcel Mauss, "a palavra *hau* designa [...] a alma e o poder das coisas inanimadas e vegetais" (MAUSS, 2003, p.198).

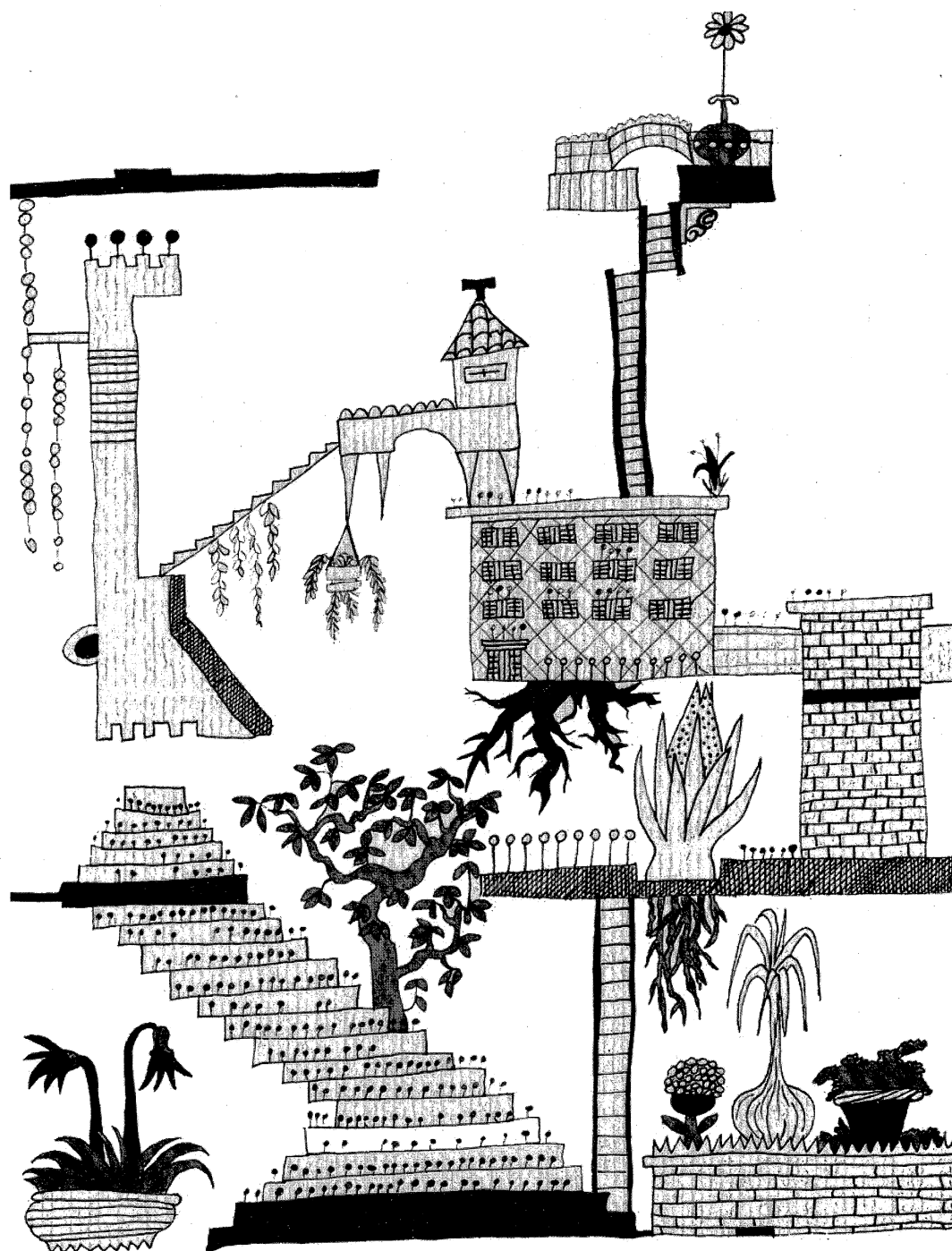
⁸ Cabe considerar a existência de um mercado próprio à cooperação internacional, em que algumas empresas se especializam em certas atividades para prestarem serviços aos agentes da cooperação visando o lucro como qualquer empresa capitalista (PNUD,1992). No entanto, esse tipo de atividade não pareceu relevante na cooperação observada neste trabalho etnográfico, podendo ser um assunto melhor desenvolvido em outra oportunidade.

políticas – e, com isso, permite a aproximação de grupos de pessoas à margem da solidariedade internacional. As práticas do campo local de desenvolvimento têm reestruturado a noção de distância espacial entre itaobienses e estrangeiros. As trocas e os vínculos se estabelecem a despeito dos milhares de quilômetros que os separam, sendo o papel dos intermediários crucial para aproximar os itaobientes ao internacional.

Outro elemento espacial observado em Itaobim que já começa a se modificar é o dualismo entre centro e periferia. O trabalho de mobilização da Casa da Juventude tem contribuído para que a periferia cada vez mais adquira uma posição central no município. Nenhum evento organizado por essa entidade se fecha dentro da periferia, ao contrário, mescla-se com elementos do centro, diluindo as fronteiras entre os dois espaços. Des-

de carros de som que transitam pelas ruas da cidade até mesmo manifestações que acontecem na praça central mobilizam igualmente moradores do centro e da periferia. Uma vez que toda a ação do campo se direciona para os bairros marginalizados, na medida em que Itaobim começa a ser reconhecido na região por seus avanços sociais, a periferia deixa de estar à margem e passa a ser vista pelos moradores como um espaço incorporado pelo centro.

Além de modificar a noção de espaço, a cooperação internacional também reconfigura o modo como as crianças e adolescentes organizam seu tempo, ao centralizar sua preocupação com o preenchimento das horas vagas de seus beneficiários. A regra do campo de proteção à infância e juventude é transformar as horas livres em momentos de produção saudável, para se evitar o



tempo para a bandidagem, para o trabalho ilegal, para as drogas, para a pista.⁹ Diferente dos jovens que não freqüentam os diversos programas do campo, aqueles que são beneficiados já aprendem e internalizam, desde cedo, uma rotina em que o tempo para estudar, brincar, alimentar e produzir segue a uma mesma estrutura.

A modernidade, contrariamente a que muitos liberais tentam nos convencer, não elimina a noção de pessoa, até porque não encontramos indivíduos circulando pelas ruas, mas pessoas com raça, cor, gênero, religião, status econômico, nacionalidade, entre outras características definidoras de posições sociais. Em Itaobim, são as pessoas que fazem a cooperação internacional ganhar vida e não as entidades estatais, não-governamentais ou indivíduos 'puros'. Nesse ponto, podemos perceber que em Itaobim o valor-eficiência das relações, isso é, das ações voltadas para se atingir resultados com a maximização de benefícios, celebrado na lógica individualista se colocaria em um segundo plano, de modo que prevalece o valor confiança entre as pessoas como forma privilegiada do vínculo glocalizado.

Esse vínculo não somente sustenta as trocas entre pessoas da Casa da Juventude, estrangeiros e pessoas das outras entidades, como também modifica as posições sociais e as relações políticas entre os agentes do município de Itaobim, contribuindo para alterar o jogo de forças e os princípios que norteiam o campo local. Isso pôde ser observado na posição hegemônica alcançada pela Casa da Juventude, seguida da ASCAI, em contraposição ao poder público recém-chegado. Não podemos desconsiderar em nenhum momento a posição também das coordenadoras de cada entidade e a formação de panelinhas institucionais entre elas. Não obstante, o elemento que se mostrou mais forte nesse jogo de forças foi o acesso privilegiado a fonte de recursos internacionais no papel de intermediários, que contribuiu para honra e posição de precedência das duas ONGs.

Identificamos, por fim, um tipo particular de dádiva entre estrangeiros na relação do apadrinhamento. A troca de cartas e presentes entre crianças itaobienses e padrinhos estrangeiros segue a uma ordem estrutural e previsível que nos permite caracterizá-la como um ritual celebrado entre doadores e beneficiários. Um obstáculo observado nessa relação foi o idioma. A tradução tende a simplificar e a formatar um discurso já constrangido por uma série de regras do que pode ou não ser dito. As cartas são, normalmente, pequenas e diretas para cumprirem sua função de confirmação das dádivas. Nos casos em que o adolescente já tem um grau mais avançado de escrita, surgem outros assuntos como clima, curiosidades do outro país ou família. Ainda assim, na maioria das vezes esse diálogo aparece como inteligível para as partes, pois refere-se a contextos culturais e sociais muito dispares.

O apadrinhamento de estrangeiros no tocante a relação direta entre padrinho-afilhado se configura como uma troca silenciosa. O ritual das cartas, além de vincular crianças e padrinhos, conecta as diferentes pontas por onde circulam os bens trocados e, assim, cristaliza e dá sentido a uma rede ainda mais ampla de pessoas. Essa prática de sociabilidade apresenta uma dimensão funcional importante ao fortalecer os vínculos estabelecidos pelas coordenadoras das ONGs locais com a sede estrangeira, pois reafirma a confiança dos padrinhos com o trabalho delas.

Considerações Finais

Nosso olhar buscou privilegiar as diversas formas como o internacional pode ser reconhecido pelas pessoas em Itaobim por meio das práticas dos intermediários da cooperação. Infelizmente, por questões de espaço, limitamos esse artigo à apresentação da nossa perspectiva teórica, desprivilegiando um enfoque mais sistemático aos dados etnográficos. Acreditamos que, assim, abrimos um diálogo extensivo às ciências sociais e cimentamos o caminho para que os itaobienses possam aparecer "em carne e osso" em outras oportunidades. Em linhas gerais, foram identificados três tipos de movimentos que configuram a circulação de dádivas. Cada um desses movimentos mereceria uma descrição densa de suas dinâmicas, mas por hora preferimos apenas apresentá-los ao leitor.

O primeiro deles refere-se à relação entre ONGs locais e ONGs internacionais. O contato dos coordenadores locais com as sedes regionais e internacionais das ONGs permite não só a circulação de recursos financeiros, mas também do *ethos* religioso e do *ethos* burocrático próprio ao campo da cooperação internacional. O compartilhamento desses dois tipos de *ethos* aproximam os diferentes pontos do campo bem como consolida as relações de confiança entre os agentes envolvidos.

O segundo movimento diz respeito à relação entre as doadores internacionais e beneficiários locais, isso é, a troca de cartas e presentes entre padrinhos e crianças. É no apadrinhamento à distância que a metáfora das entidades locais enquanto agentes intermediários da cooperação internacional ganha concretude e visibilidade no contexto político de Itaobim, pois são esses agentes que fazem a tradução literal do contato entre padrinhos e crianças.

Por fim, o terceiro movimento observado foi a circulação de dádivas entre os próprios agentes no contexto de Itaobim. Foi possível observar que o vínculo internacional e a visibilidade desse contato garante a posição de precedência da Casa da Juventude no município. Não há quem não considere a entidade como uma referência no Vale do Jequitinhonha. A Casa da Juventude não só esteve presente em praticamente todos os eventos e mobilizações do município para as temáticas sociais, como também participou ativamente

⁹ Termo nativo para se referir a BR116.

na organização da maioria deles, reafirmando sua posição também nos rituais próprios ao campo do desenvolvimento.

Desse modo, as trocas estabelecidas entre atores locais e estrangeiros se sustentam em um dom original. Como colocado por Caillé, "o dom constitui o motor e o performer por antonomá-

sia das alianças. O dom é que as sela, as simboliza, as garante e lhes dá vida." (CAILLÉ, 2002, p. 21). Pôde-se observar, assim, que o paradigma da dádiva não apenas se atualiza nas sociedades modernas por meio da cooperação e de relações de troca, mas também serve como força motriz de relações sociais que extrapolam fronteiras.

Submetido em Agosto de 2007
Aprovado em Novembro de 2007



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. (1983). *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero Limitada.
- CAILLÉ, Alain. (2002). *Antropologia do dom. O terceiro paradigma*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Editora Vozes.
- ESCOBAR, Arturo (2005). "O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?" In: LANDER, Edgardo (org) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina, C Sur Sur, CLACSO, p. 133-168.
- GOLDMAN, Márcio. (1999). *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- HALL, Stuart. (1995). *A Questão da Identidade Cultural*. Tradução: André Jacinto e Simone Frangella. Campinas, IFCH/UNICAMP.
- HATTORI, Tomohisa. (2003). "Giving as a Mechanism of Consent: International Aid Organizations and the Ethical Hegemony of Capitalism". *Sage Publications*, USA, Lehman College.
- LANNA, Marcos. (2000) "Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva". *Rev. Sociol. Polít.*, 14: p. 173-194, Curitiba.
- MAUSS, Marcel (2003). *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac e Naify. Tradução: Paulo Neves
- PROGRAMA PÓLOS DE CIDADANIA. (2004). *A responsabilidade social da administração pública na efetividade dos direitos humanos: ação da efetividade dos direitos de crianças e adolescentes na microrregião do Médio Vale do Jequitinhonha (MG)*. Belo Horizonte, Movimento Editorial.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. (2007) "Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento". In: SILVA, Kelly e SIMIÃO, Daniel (orgs.) *Timor-leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 275-299.
- SILVA, Kelly. (2006) "A cooperação internacional como dádiva. Algumas aproximações". *Série Antropológica*, Brasília.
- VIANNA, Ana Cristina. (2006) *Repensando o Binarismo local/global entre ONGs em Recife e Olinda e sua financiadora inglesa: possibilidades e limites do conceito de modernidades regionais*. Trabalho apresentado na ABA. Goiânia.

Nominata

Agradecemos àqueles que atuaram como pareceristas na edição 3.2 (2006) e neste volume (edições 4.1 e 4.2, de 2007), por sua presteza e empenho na avaliação dos artigos:

Alessandra Chacham, (Puc-MG);
Alexandre Antonio Cardoso, (FAFICH-UFMG);
Alexandre Ratner Rochman, (UNESP);
Ana Lúcia Modesto, (FAFICH-UFMG);
Ana Paula Baltazar, (Arquitetura-UFMG);
André Junqueira Caetano, (Puc-MG);
Andrea Ciacchi, (UFPB);
Antonio Augusto Pereira Prates, (FAFICH-UFMG);
Antônio Julio de Menezes Neto, (FAE-UFMG);
Arlete Moisés Rodrigues, (Unicamp);
Augusto Carvalho Borges, (FAFICH-UFMG);
Áurea Cristina Mota, (FAFICH-UFMG);
Carlos Roberto Horta, (FAFICH-UFMG);
Cândido Luiz de Lima Fernandes, (FACE-UFMG);
Carlos Ari Vieira Sundfeld, (Direito-FGV-SP / Puc-SP);
Carlos Aurélio Faria, (Puc-MG);
Cecilia Loreto Mariz, (UFRJ);
Cícero Araújo, (USP);
Claudia Feres Faria, (FAFICH-UFMG);
Corinne Davis Rodrigues, (FAFICH-UFMG);
Daniel Schroeter Simião, (FAFICH-UFMG);
Daniela Paiva de Almeida Pacheco, (FAFICH-UFMG);
Danielle Cireno Fernandes, (FAFICH-UFMG);
Déborah Lima, (FAFICH-UFMG);
Denise Rodrigues, (UERJ);
Doriam Borges, (IUPERJ);
Edson Miagusko, (USP);
Eduardo Lima, (FUMEC);
Edwin Boudewijn Reesink, (UFBA);
Eleonora Schettini Martins Cunha, (FAFICH-UFMG);
Felipe Nunes dos Santos, (FAFICH-UFMG);
Fernanda Delvalhas Piccolo, (UFRJ);
Flávia Ferreira Pires, (Brunel University of England);
Francisco Mata Machado Tavares, (UMA);
Gabriel Ferreira Braga, (FAFICH-UFMG);
Geraldina Luiza de Miranda, (FAFICH-UFMG);
Henrique Zeferino de Menezes, (Unicamp);
Inês Assunção de Castro Teixeira, (FAE-UFMG);
João Paulo Bachur, (USP);
José Alcides Figueiredo Santos, (UFJF);
José Carlos Reis, (FAFICH-UFMG);
Léa Freitas Perez, (FAFICH-UFMG);
Lígia Helena Hahn Lückmann, (UFSC);
Lucas Carvalho, (FAFICH-UFMG);
Luciana Correa do Lago, (UFRJ);
Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, (IUPERJ);
Luis Antonio Francisco de Souza, (USP);
Luiz Antonio Machado da Silva, (IUPERJ);
Luiz Cláudio Lourenço, (Uni-BH);
Magna Maria Inácio, (FAFICH-UFMG);
Marcelo Sevaybricker Moreira, (FPAS);
Marcos Antonio Pedlowski, (UENF);
Maria de Lourdes Dolabella, (FAFICH-UFMG);
Maria José Nogueira, (FIOCRUZ);

Maria Lígia de Oliveira Barbosa, (UFRJ);
Mariana Prandini Fraga Assis, (UFOP / UFMG);
Marlise Miriam de Matos Almeida, (FAFICH-UFMG);
Murilo Cassio Xavier Fahel, (Fundação João Pinheiro);
Otavio Soares Dulci, (FAFICH-UFMG);
Patrícia Birman, (UERJ / Vrije Universiteit Amsterdam);
Paula Miranda Ribeiro, (CEDEPLAR-UFMG);
Pierre Sanchis, (FAFICH-UFMG);
Carlos Ranulfo Felix de Melo, (FAFICH-UFMG);
Renan Springer de Freitas, (FAFICH-UFMG);
Renarde Freire Nobre, (FAFICH-UFMG);
Ricardo Mariano, (Puc-RS);
Rita de Cassia Fazzi, (Puc-MG);
Rodrigo Ednilson de Jesus, (FAFICH-UFMG);
Ronaldo de Noronha, (FAFICH-UFMG);
Rozeli Maria Porto, (UFSC);
Ruben Caixeta de Queiroz, (FAFICH-UFMG);
Stephen Grant Baines, (UnB);
Sulamita Fonseca Lino, (Arquitetura-UFMG);
Taiane Las Casas Campos, (Puc-MG);
Tania Barbosa Quintaneiro, (FAFICH-UFMG);
Vera Alice Cardoso da Silva, (FAFICH-UFMG);
Walter de Paula Lima, (USP);
Willian Ricardo de Sá, (FACE-UFMG).

Somos especialmente gratos aos antigos editores, Fabrício Mendes Fialho, Frederico Batista Pereira, Guilherme Alberto Rodrigues e Rogério Jerônimo Barbora, pela assessoria nas atividades rotineiras e companheirismo na condução do periódico; à Brígida Campbell, pela disposição permanente; ao CACS e à Diretoria da FAFICH pela parceria e viabilização da publicação; aos departamentos de Sociologia e Antropologia e de Ciências Políticas, pela confiança.

Informações e Instruções para Colaboradores

A COMISSÃO EDITORIAL E A SELEÇÃO DOS ARTIGOS

O processo de seleção dos artigos que serão publicados estará submetido a uma prévia avaliação da Comissão editorial, obedecendo a princípios seletivos pré-estabelecidos pela coordenação expostos no seguinte endereço: www.fafich.ufmg.br/~revistatrespontos.

A comissão será formada por doze (12) integrantes, sendo seis (6) alunos, selecionados pelo próprio conselho atualmente formado e aprovados pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais e pelos Departamento de Sociologia e Antropologia e Departamento de Ciência Política, e seis (6) professores correspondentes às três áreas afins ao curso de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), indicados pelos respectivos departamentos pelos critérios por eles estabelecidos.

Dentro das atribuições da Comissão Editorial, destaca-se:

- Reunir-se periodicamente, como convocação prévia de todos os membros;
- Promover a publicidade da revista em livrarias, faculdades de ciências humanas e sociais, bem como no próprio ambiente acadêmico;
- Zelar pelo caráter acadêmico-científico do periódico;
- Definir o corpo de pareceristas adequado às demandas dos colaboradores.

Os critérios de seleção dos artigos pela Comissão Permanente serão os seguintes:

- Originalidade do trabalho;
- Cientificidade do artigo;
- Articulação das idéias e qualidade da escrita;
- Adequação às normas da Revista;
- Relevância da publicação.

Normas aos colaboradores da REVISTA TRÊS [...] PONTOS:

1. ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS:

A *Revista Três [...] Pontos* recomenda aos seus colaboradores que enviem seus trabalhos (artigos, ensaios bibliográficos ou resenhas) condizentes com as seguintes normas:

- 1.1. O recebimento de trabalhos será feito unicamente via e-mail.

§ Contato: revistatrespontos@fafich.ufmg.br

- 1.2. O autor deve inserir no campo "assunto" do e-mail as palavras "Submissão de artigo".
- 1.3. Os artigos apresentados devem conter no mínimo 3 mil palavras e no máximo 6 mil.
- 1.4. As Resenhas não devem ultrapassar 3 mil palavras.
- 1.5. Os livros resenhados deverão: (1) ter lançamento recente ou (2) serem pouco conhecidos pelo público, mas ainda assim relevantes (P.Ex.: Obras Raras tornadas públicas recentemente). Em poucas palavras, *recomendamos originalidade na escolha dos livros a serem resenhados*.
- 1.6. Para que o corpo de pareceristas não tenha acesso à identidade do(s) autor(es), a Comissão Editorial fará uma cópia do artigo sem quaisquer dados sobre o autor (nome, instituição, professor orientador, agradecimentos), e tal cópia será enviada para os pareceristas de modo a garantir o anonimato do autor.

Normas e orientação para formatação de artigos

1. **Formatação do documento:** os trabalhos devem ser apresentados de modo legível. A formatação do artigo deve ser feita da seguinte maneira:

- 1.1. **Entre linhas:** um e meio (1,5).
- 1.2. **Margens** (todas): 2,5 cm.
- 1.3. **Alinhamento:** justificado.
- 1.4. **Fonte:** Times New Roman, tamanho 12.
- 1.5. **Grifos:**
 - 1.5.1. **Aspas** (" "): apenas para metáforas, transcrições e citações.
 - 1.5.2. **Negrito:** somente para títulos de capítulos, tópicos, tabelas e gráficos.
 - 1.5.3. **Sublinhado:** jamais é utilizado.
 - 1.5.4. **Itálico:** palavras estrangeiras, títulos de livros, jornais, artigos, teses etc., quando aparecerem no corpo do texto. Apenas muito excepcionalmente o itálico deve ser usado para ressaltar palavras e expressões — sugerimos, no entanto, que esse artifício seja evitado.

2. **Estrutura do artigo:** o artigo deve apresentar dois resumos, um em português e outro em inglês, também se aplicando tal norma às palavras-chave.

- 2.1. **O artigo ainda deve conter as seguintes informações:** o(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es), qual(is) período(s) está(ão) cursando, o nome da universidade. Caso pertençam a alguma linha ou projeto de pesquisa, os autores devem explicitá-los juntamente com o nome de seus professores orientadores— em caso de alunos de outra universidade, o número de registro na universidade e, caso seja(m) bolsista(s) de iniciação científica, a(s) instituição(ões) ao qual está(ão) vinculado(s) e a(s) área(s) de pesquisa. Além disso, deve(m) indicar e-mail para contato. O(s) colaborador(es) deve(m) especificar caso deseje(m) que o e-mail conste no trabalho.
- 2.2. **Os resumos** devem ser redigidos pelo próprio autor do trabalho. O resumo deve ser a síntese dos pontos relevantes do texto, em linguagem clara, concisa e direta, e deve conter cerca de *5 linhas*. No caso dos resumos em inglês, a Comissão Editorial está autorizada a realizar modificações, caso considere conveniente, especialmente quando os resumos não estiverem devidamente elaborados de acordo com critérios gramaticais e semânticos da língua.
- 2.3. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não devam ser incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Essas notas devem ser reduzidas ao mínimo, devem estar dispostas em ordem numérica ao longo do texto (recomenda-se que se utilize o sistema automático de inserção de notas de rodapé dos programas de texto, como o Microsoft Word).
- 2.4. **Figuras:** são desenhos, gráficos, fotografias, fotomicrografias, etc., com os respectivos títulos precedidos da palavra FIGURA e do número de ordem em algarismo arábico. No texto devem ser indicados pela abreviatura Fig., acompanhada do número de ordem.
- 2.5. **Quadros:** denomina-se quadro a apresentação de dados de forma organizada, para cuja compreensão não seria necessária qualquer elaboração matemático-estatística. A identificação se fará com o nome do elemento QUADRO, seguido do número de ordem em algarismo romano.
- 2.6. **Tabelas:** Na apresentação de uma tabela devem ser levados em consideração os seguintes critérios: toda tabela deve ter significado próprio, dispensando consultas ao texto; a tabela deve ser colocada em posição vertical, para facilitar a leitura dos dados. No caso em que isso seja impossível, deve ser colocada em posição horizontal, com o título voltado para a margem esquerda da folha. Se a tabela ou quadro não couber em uma página, deve ser continuado na página seguinte. Neste caso, o final não será delimitado por traço horizontal na parte inferior e o cabeçalho será repetido na página seguinte. Não devem ser apresentadas tabelas nas quais a maior parte dos casos indiquem inexistência do fenômeno. É recomendável que o autor sempre inclua a fonte dos dados utilizados na tabela, geralmente abaixo da mesma.

Orientações técnicas: Citações e referências bibliográficas

1. **Citação de autores no texto:**

- 1.1. Um autor: No caso em que o nome do autor vem entre parênteses, este deve estar em letra maiúscula, seguido de vírgula, e o ano da publicação:

Exemplo: (FIALHO, 2004).

1.2. No caso da indicação do autor estar fora dos parênteses, o nome do autor não deve estar em letras maiúsculas, como no exemplo:

Exemplo: "Fialho (2004) afirma ..."

1.2. No caso da existência de dois autores para a mesma publicação, a formatação segue o mesmo padrão mostrado acima, mas deve haver o acréscimo da letra "&", no caso da menção feita entre parênteses:

Exemplos: "Nunes e Silame (2006) defendem..." ou "(NUNES & SILAME, 2006)";

1.3. Três ou mais autores: até três autores, todos devem ser referenciados.

Exemplo: "Martins, Jorge e Marinho (1972)" ou "(MARTINS, JORGE e MARINHO, 1972)";

1.4. Mais de três autores: devem ser mencionados os três primeiros autores, seguidos da expressão "*et al.*" em itálico, acrescida da data e da página, conforme já mostrado:

Exemplo: "JARDIM, SUZANO, JAMIL *et al.* (1965)" ou "(JARDIM, SUZANO, JAMIL *et al.*, 1965)";

1.5. Citação de trabalhos de diferentes autores: todos eles são mencionados, obedecendo-se a ordem alfabética ou cronológica:

Exemplos: "Atanasiu (1967), King (1965), Lirons (1955), Thomas (1973)"; ou "(ATANASIU, 1967, KING, 1965, LIRONS, 1955, THOMAS, 1973)";

1.6. Citações de diversos documentos de mesmos autores publicados em um mesmo ano: são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas do alfabeto após a data, e sem espaçamento.

Exemplo: "Carraro (1973a)", "Carraro (1973b)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965a)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965b)";

1.7. Coincidência de autores com o mesmo sobrenome e data: acrescentar as iniciais de seus prenomes:

Exemplo: "Barbosa, N. (1958)"; "(BARBOSA, R., 1958)";

1.8. Citação de citação: identificar a obra diretamente consultada. A expressão latina *apud* significa citado por, conforme, segundo.

Exemplos: "Silva *apud* Pessoa (1980) diz:" ou "(SILVA *apud* PESSOA, 1980)";

1.9. Citação onde conste a numeração das páginas utilizadas: acrescentar uma vírgula após o ano da publicação, seguindo de "p.", espaçamento e o número da página. No caso em que a citação ocupa duas páginas na publicação original, então utiliza-se o hífen entre os números das páginas

Exemplos: "(BARBOSA, 2006, p. 45)" ou "(BARBOSA, 2006, p. 46-47)";

2. Transcrição textual de parte da obra:

2.1. Citação: é a menção no texto de uma informação colhida de outra fonte. Pode ser direta, indireta e citação de citação.

2.1.1. Citação direta: é a cópia exata ou transcrição literal de outro texto (leis, decretos, regulamentos, fórmulas científicas, palavras ou trechos de outro autor). O tamanho de uma citação determina sua localização no texto da seguinte forma:

2.1.1.1. Até 3 linhas: deve ser contida entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

Exemplo: De acordo com Faria (2003, p. 32), "A essa determinação, Pêcheux denomina de 'formação ideológica'[...]"

2.1.1.2. Mais de 3 linhas: deve ser destacada com um recuo da margem esquerda (4 cm), com letra aspas e em itálico.

Exemplo:

De acordo com BORGES (2003, p. 45),

"Pelos dados do IBPT, os contribuintes brasileiros pagaram aos governos federal, estaduais e municipais a soma de R\$ 546,97 bilhões no ano passado (R\$ 482,36 bilhões em 2002). Esse valor indica que a carga sobre o PIB cresceu 0,23 ponto percentual em 2003 em relação a 2002. Com base nesse aumento, a carga tributária do ano passado será de 36,68% do PIB -estava em 36,45% em 2002".

2.2. Supressões, acréscimos e comentários: utilizar colchetes []

Exemplo: "Esta [a cultura humana] só desenvolveu-se porque o homem tem a faculdade lingüística por excelência. Isto é, o homem necessita de significados para viver [...]"

2.3. **Ênfase em trechos da citação:** indicar com a expressão "grifo nosso" ou "grifo do autor" entre parênteses, após a chamada da citação.

2.4. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não são incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Sugerimos que tais notas sejam pouco utilizadas.

2.5. **Referências bibliográficas:** para a elaboração das referências bibliográficas solicitamos que seja seguida uma padronização própria da *Revista Três [...] Pontos*. As regras gerais são as seguintes:

2.5.1. **Livro:** sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em itálico /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ número da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. (Obs: No caso de 2 autores, separa-los com "&". No caso de três ou mais autores, separa-los com ponto e vírgula ";").

Exemplo: SACHS, Ignacy. (1986), *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2ª edição, São Paulo, Vértice.

2.5.2. **Artigo:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas" /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas.

Exemplo: REIS, Elisa. (1982), "Elites agrárias, state-building e autoritarismos". *Dados*, 25, 3:275-96.

2.5.3. **Coletânea:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / "título do capítulo entre aspas" /VÍRGULA/ in (em itálico) / iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea em itálico /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

Exemplo: ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975", in O.B. Lima & S.H. Abranches (orgs.), *As origens da crise*, São Paulo, IUPERJ/Vértice.

2.5.4. **Teses acadêmicas:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em itálico /PONTO/ grau acadêmico a qual se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO.

Exemplo: SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de Mestrado, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

2.5.5. **Sites:** NOME DO SITE /PONTO/ <endereço eletrônico> /PONTO/ Data de acesso /PONTO.

Exemplo: CÂMARA DOS DEPUTADOS. <www.camara.gov.br>. Acessado entre 20/03 e 15/07 de 2006.

OBS: Pedimos que atentem para o fato de que só devem utilizar nas Referências Bibliográficas as obras citadas no corpo do texto.

IMPORTANTE: Todas as normas não mencionadas neste regulamento deverão seguir o padrão ABNT.